

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DÉDALLO DE PAULA NEVES

A REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E O OCASO DE  
UMA INTELECTUALIDADE (1978-1982)

CURITIBA

2021

DÉDALLO DE PAULA NEVES

A REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E O OCASO DE  
UMA INTELECTUALIDADE

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia. Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades; Eixo Temático: Produção e Circulação do Pensamento Social. Departamento de Sociologia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientação: Prof.º Dr.º Rodrigo Czajka

CURITIBA  
2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Neves, Dédallo de Paula

A revista Encontros com a Civilização Brasileira e o ocaso de uma  
intelectualidade (1978-1982). / Dédallo de Paula Neves. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná. Orientador : Prof. Dr. Rodrigo Czajka

1. Intelectuais e política. 2. Materialismo. 3. Cultura. 4. Encontros com  
a Civilização Brasileira (Revista). I. Czajka, Rodrigo, 1976-. II. Título.

CDD – 305.552



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **DÉDALLO DE PAULA NEVES** intitulada: **A REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA E O OCASO DE UMA INTELECTUALIDADE (1978-1982)**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO CZAJKA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 16 de Abril de 2021.

Assinatura Eletrônica

16/04/2021 16:58:52.0

RODRIGO CZAJKA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

16/04/2021 18:10:11.0

MARCOS FRANCISCO NAPOLITANO DE EUGENIO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

16/04/2021 17:19:35.0

FLAMARION MAUÉS PELÚCIO SILVA

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECN. DE SÃO PAULO)

Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocioufpr@hotmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 89542

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 89542

## AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa não teria sido possível sem o trabalho coletivo do grupo de pesquisa *Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina* (CPMSAL), cujos debates foram fundamentais à minha formação enquanto pesquisador.

Também não teria sido possível sem o professor e orientador Dr. Rodrigo Czajka com suas leituras e indicações pacientes e dedicadas; sem as suas orientações, desde o princípio, a pesquisa e o pesquisador aqui materializados não seriam uma hipótese de realidade.

Devo muito às leituras dos professores Dr. Flamarion Maués e Dr. Marcos Napolitano, cujos apontamentos na qualificação foram decisivos e muito contribuíram para a pesquisa. Também agradeço por terem aceitado a construir este trabalho comigo na defesa com as sugestões, questionamentos e comentários.

Gostaria de agradecer a todos aqueles, e são muitos, que de uma forma ou de outra possibilitaram essa empreitada, com particular atenção ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, aos professores, secretários e meus colegas de turma.

Apesar de este texto ter sido escrito por este conjunto de pessoas, os erros e imperfeições são somente meus.

## RESUMO

A revista *Encontros com a Civilização Brasileira* foi um dos últimos empreendimentos editoriais da Civilização Brasileira antes de sua venda em 1982. Circulou entre os anos de 1978 e 1982 com 29 volumes publicados. Em formato livro, com uma média de 250 páginas, a revista foi um espaço de retomada do projeto editorial interrompido em 1968 pelo AI-5: a Revista da Civilização Brasileira. Nesta pesquisa, a *Encontros* será mobilizada como a expressão material da intelectualidade que tinha em mente a construção de um Brasil moderno, mas assistia ao final da década de 1970 a emergência de debates críticos a essa concepção. Elencamos como problema a ser verificado o ocaso dessa intelectualidade, e trazemos como hipótese quatro fatores que intensificaram a sua diluição na transição das décadas de 1970 e 1980: a consolidação da indústria cultural, a profissionalização do intelectual com seu lugar de atuação na universidade, a crítica ao vanguardismo intelectual, que aponta para o esgotamento dos problemas da modernização da cultura brasileira, gestados no movimento modernista de 1922, que denominaremos nesta pesquisa de “longo modernismo”. A partir de uma análise material da cultura, nosso objetivo é verificar nos textos da *Encontros* o ocaso desse perfil intelectual vanguardista e, consequentemente, os próprios temas e como eles foram compreendidos no momento de transição de entendimento sobre a figura do intelectual na sociedade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Encontros com a Civilização Brasileira*; intelectuais; materialismo cultural; sociologia da cultura

## **ABSTRACT**

The magazine *Encontros com a Civilização Brasileira* was one of the last publishing ventures of the *Civilização Brasileira* before its sale in 1982. It circulated between 1978 and 1982 with 29 published volumes. In book format, with an average of 250 pages, the magazine was a space for resuming the editorial project interrupted in 1968 by *AI-5: Revista da Civilização Brasileira*. In this research, *Encontros* will be mobilized as the material expression of the intellectuality that had in mind the construction of a modern Brazil, but watched in the late 1970s the emergence of critical debates to this conception. We list as a problem to be verified the decline of this intellectuality, and we hypothesize four factors that intensified its dilution in the transition of the 1970s and 1980s: the consolidation of the cultural industry, the professionalization of the intellectual with his place of work in the university, criticism of intellectual avant-garde, which points to the exhaustion of the problems of the modernization of Brazilian culture, generated by the 1922 modernist movement, which in this research we will call “long modernism”. Based on a material analysis of culture, our objective is to verify in the texts of *Encontros* the decline of this avant-garde intellectual profile and, consequently, the themes themselves and how they were understood in the moment of transition of understanding about the image of the intellectual in Brazilian society.

**KEYWORDS:** *Encontros com a Civilização Brasileira*; intellectuals; cultural materialism; sociology of culture

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. UM DEBATE METODOLÓGICO EM TORNO DE CULTURA E A INDÚSTRIA CULTURAL NO BRASIL.....	23
1.1. Compreensão de “cultura” em Raymond Williams.....	23
1.2. As formações culturais em Williams e na <i>Encontros</i> .....	26
1.3. Cultura dominante, emergente e residual em Williams.....	30
1.4. A cultura nos anos 1960 enquanto dominante.....	38
1.5. Autonomização dos escritores, mercado editorial e indústria cultural Brasil.....	43
2. O INTELLECTUAL NA ENCONTROS.....	54
2.1. A intelectualidade nos anos 1960 e 1970: a RCB e a <i>Encontros</i> .....	54
2.2. A perspectiva da Encontros sobre o intelectual.....	69
2.3. A Universidade como nova esfera de debate.....	79
3. O EPÍLOGO DO LONGO MODERNISMO EM MOACYR FÉLIX, <i>UM POETA NA CIDADE E NO TEMPO</i> .....	93
3.1. O modernismo brasileiro.....	95
3.2. O longo modernismo.....	99
3.3. Encontros e desencontros de Moacyr Félix.....	102
3.3.1. Modernismo e modernidade em Moacyr Félix em tempos de esgotamento.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXO I.....	131
ANEXO II.....	133
ANEXO III.....	156



## INTRODUÇÃO

“Façamos política cultural”, “uma revista é necessária”, “publiquemos uma revista”. Com estas três convocatórias, Beatriz Sarlo (1992, p. 9) apresenta a importância, e o seu reconhecimento por parte dos intelectuais, das revistas culturais. Ao longo do século XX, as revistas foram o meio por excelência da expressão da existência material de um grupo que desejava intervir na realidade. Esta vinculação entre o meio e o tempo, levou Sarlo a dizer que o desejo de fazer uma revista foi repetido centenas de vezes por intelectuais latino-americanos<sup>1</sup>. Embora também tenha dito que “nada é mais velho que uma revista velha” (1992, p. 9). Apesar do aparente descrédito às revistas culturais, Sarlo pretendia em seu ensaio chamar a atenção para o oposto. Para a possibilidade de “congelar” um presente e através das análises desses periódicos verificar a posteriori as intenções, rupturas, permanências, conjunturas que concretizaram as hipóteses delineadas ou os equívocos analíticos do calor da hora.

Como uma forma de engajamento e intervenção no tempo presente, à revista escapa a consagração quase atemporal dos livros. O que se apresenta como desvantagem, dá a ela a possibilidade do compromisso com a conjuntura política, social e cultural (CRESPO, 2011, p. 99); daí o “façamos política cultural”.

Regina Aída Crespo prefere destinar às revistas um lugar entre o dia de amanhã e o de ontem, ou seja, “entre a transcendência dos livros e a transitoriedade dos jornais” (2011, p. 99). Enfatizamos com as palavras do diretor-responsável da *Encontros com a Civilização Brasileira*, objeto desta pesquisa, Ênio Silveira, no primeiro editorial da revista: “Mantendo o dinamismo de uma revista, na maior estabilidade temporal de um livro, os Encontros com a Civilização Brasileira pretendem agir antes como elemento galvanizador de ideias do que de emoções desligadas do humanismo”<sup>2</sup>.

Até o início do século XX, ao menos na América Latina, as revistas culturais eram destinadas a contos, crônicas e poemas, o que pereceu diante de uma frente com intelectuais reivindicatórios e opinativos, não apenas sobre temáticas culturais, mas também sobre as políticas, de conjuntura, críticas etc. “Resultado de um projeto coletivo, as revistas representariam, portanto, o ponto de vista de um grupo, sua intervenção político-ideológica, seu lugar e suas ferramentas na arena cultural” (CRESPO, 2011, p.

---

<sup>1</sup> Lembra-nos Couto (2013) da frase de Carlos Martínez Moreno a Ángel Rama: “¿Tu cuántas revistas muertas tienes en tu haber?”

<sup>2</sup> SILVEIRA, Ênio. Por quê e Para quê. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.1, jul/1978, p. 8.

101). Sendo um polo aglutinador, elas funcionaram muitas vezes como propulsoras de formações culturais<sup>3</sup>, conforme as concebe Raymond Williams (2000).

Crespo considera as revistas um rico espaço para observar as batalhas de consolidação ou fracasso de projetos, se houve ou não a institucionalização de grupos. Nesta pesquisa, cujo foco central é analisar o ocaso da intelectualidade vinculada ao projeto de modernização do Brasil, que podemos denominar de nacional-popular, partiremos de uma sistematização teórica de Williams usada para compreender práticas sociais nas suas especificidades dos processos históricos, uma alternativa metodológica do autor às categorias de “totalidade” e “hegemonia”, às quais ele considera deficitárias.

A primeira, por não considerar especificidades do processo histórico, definidas por ele como “questões históricas” – discutiremos com mais detalhe no primeiro capítulo – e a segunda por sua “noção relativamente simples, uniforme e estática” que seu uso adquiriu, conforme diz o autor.

A partir da alternativa williamsiana, que leva em conta a constante mudança dos processos socioculturais através dos conceitos de culturas emergente, residual e dominante, trazemos a hipótese de que a *Encontros com a Civilização Brasileira* foi um empreendimento editorial que passou à residualidade devido ao ocaso do intelectual vinculado às formas e aos temas nacionais-populares. Este, por sua vez, também teria se tornado residual com a emergência de um novo intelectual, associado às bases num momento – final dos anos 1970 – que o operariado ascendeu como uma força no processo histórico e com a diluição do projeto de modernização da cultura brasileira. Posto isso, elencamos como problema desta pesquisa o que podemos denominar, por ora, a análise da última fase do intelectual nacional-popular que teve um de seus espaços de expressão material a revista *Encontros*.

Como partimos de uma análise material da cultura entendemos que o ocaso aqui estudado não implica no desaparecimento do intelectual tributário ao nacional-popular, e sim à sua “residualidade” (WILLIAMS, 2011) com a emergência de novos fenômenos sociais e esgotamento de outros, caso do “longo modernismo” (NAPOLITANO, 2014), como denominaremos nesta pesquisa.

Para Sarlo, por nascer da conjuntura presente, uma revista cultural (in)forma de um modo que não seria possível se fosse uma empreitada individual (1992, p. 10). E

---

<sup>3</sup> Ver capítulo 1.

também é capaz de dizer sobre os limites e escolhas ideológicos e estéticos que visibilizam ou fazem-no invisíveis para os leitores. Sarlo diz que uma revista é na maioria das vezes “produto de juízos de valor”, seja a partir da seleção de textos, da paginação e também para que tipo de intelectual ou que tipo de corrente de pensamento tem preferência; a autora exemplifica com algumas revistas argentinas: *Sur* aponta para Julien Benda e Ortega y Gasset; *Crisis* a Fanon; *Los Libros* para Althusser, Lévi-Strauss e Barthes (1992, p. 12).

A *Encontros com a Civilização Brasileira*, revista da editora Civilização Brasileira, como uma tentativa de recuperar o projeto interrompido em 1968, quando a Revista da Civilização Brasileira (RCB) é fechada pelo AI-5, apontaria não para um intelectual em específico, mas para um projeto de país, cuja origem localiza-se com os modernistas da Semana de 22 ao proporem debates que perpassariam diferentes correntes intelectuais até os anos 1980, conforme interpretação de Napolitano (2014). O autor sugere um “longo modernismo”, hipótese que debateremos no terceiro capítulo a partir do editor da revista e poeta, Moacyr Félix.

O nosso entendimento é que a *Encontros* e seu editor são um dos últimos fenômenos que poderíamos chamar de modernos, pois partimos da premissa que o longo modernismo se esgota no final dos anos 1970, paralelamente à publicação aqui estudada, e como ela foi uma tentativa de recuperar os debates da RCB, teria sido o outono dos velhos tempos ao invés da primavera dos novos. Reforçamos, desse modo, o uso metodológico de Williams com as categorias de culturas emergente, dominantes e residuais.

Como as revistas são “a melhor ferramenta para a intervenção nos domínios da cultura e da ideologia, por três razões principais: sua periodicidade, diversidade e flexibilidade” (DOMENACH) e mais, tendo como objetivo “conquistar legitimidade cultural e política suficiente para difundir e, eventualmente, implantar suas ideias e projetos” (CRESPO, 2004, p. 682), voltar os olhos à *Encontros* torna-se uma possibilidade de analisar também o ocaso do intelectual público, num momento em que ele se profissionaliza através da consolidação da Universidade como seu espaço de atuação; tema do nosso segundo capítulo, e com algumas contribuições pontuais no final do primeiro.

A análise de revistas abre uma perspectiva muito rica aos campos da literatura, da sociologia da cultura e da história cultural, intelectual e das ideias, principalmente se as

tomamos como baluartes culturais e porta-vozes de movimentos, partidos ou facções políticas e procuramos acompanhar sua evolução tanto interna quanto externa (o que implica a construção de genealogias e o estabelecimento de um mapa de relações ideológicas, políticas, mas também pessoais e afetivas) (CRESPO, 2011, pp. 110-111).

Por essa construção dos processos históricos, voltamos com frequência à Revista da Civilização Brasileira para compreender a *Encontros*, pois houve uma tentativa de recuperar o que havia sido feito, como o próprio Ênio Silveira afirmou. Mas mudanças haviam ocorrido, e um hiato de uma década alterara muita coisa no Brasil – e na América Latina, pois se observarmos o exemplo da consagrada revista argentina *Sur*, que circulou entre os anos 1931 e 1991, a partir de 1970 passou a sair semestral ou anualmente e com números temáticos, ou seja, como o padrão universitário, até por essa mudança, muitos consideram a *Sur* até 1970, desprezando vinte anos de publicação (CRESPO, 2011, p. 109, n. 16). O impacto acadêmico será sentido na *Encontros*, cujas contribuições de nomes vinculados às universidades aparecem com frequência, como republicações de artigos apresentados em seminários e congressos.

A *Encontros* circulou mês a mês continuamente entre julho de 1978 e julho de 1980 (volume 25). Após isso, em 1980 mais dois números foram publicados. Para sair apenas um (volume 28) em 1981, cujo fim, aparentemente já se sabia, pois o editor Moacyr Félix publicara uma série de poemas, que funcionava como uma espécie de editorial da revista, intitulado “Penúltimos poemas”, com a fatalista epígrafe “Ao que fui e sou / em nome da vida / que não pude ser / e jamais serei”<sup>4</sup>; por fim, a última edição em 1982. Totalizando 29 volumes em quatro anos.

A considerar a fugacidade de vários periódicos brasileiros (KUCINSKI, 1991), não é possível decretar seu fracasso a partir dos volumes e longevidade. “Critérios como longevidade, regularidade e hegemonia cultural não são realmente suficientes para garantir um lugar importante para uma revista” (CRESPO, 2011, p. 114); a autora dá como exemplo uma revista com características relativamente similares, como a peruana *Amauta*, cuja frente tinha José Carlos Mariátegui, circulando durante quatro anos e com 32 números publicados de maneira irregular, e apesar da irregularidade, da relativa curta duração, de se localizar na periferia da própria América Latina, ela “abriu muitas perspectivas de discussão, e, no âmbito do pensamento de esquerda, poderíamos dizer que se transformou numa verdadeira instituição” (CRESPO, 2011, p. 116).

---

<sup>4</sup> FÉLIX, Moacyr. Penúltimos poemas. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 28, 1981, p. 7

Ao longo da dissertação o debate sobre o sucesso ou fracasso da *Encontros* será colocado a partir, principalmente, de fatores externos, de fenômenos sociais. Isso porque já é sabido de antemão que a revista não alcançou patamares esperados, ao menos por Ênio Silveira, o que não implica em fracasso.

A *Encontros* foi um sintoma de um momento em que transformações sociais ocorrem, como os já citados “novos intelectuais” que surgem no cenário intelectual com outras preocupações, e a diluição do longo modernismo, que põe fim ao debate em torno do Brasil moderno nos termos gestados pelos modernistas, e por gerações seguintes<sup>5</sup>.

Há também o fator da indústria cultural, que entre os anos 1970 e 1980 se solidifica no Brasil, discussão que realizaremos no primeiro capítulo detalhando os números e os impactos na vida do intelectual, incluindo análises realizadas na própria *Encontros*, que desde o primeiro volume discutiu a temática cultural.

Para esta introdução, consideramos necessário a contextualização da revista e detalhes sobre suas edições. Apesar de trazermos neste momento questões como diagramação, publicidade etc., são fatores que não levaremos em conta para trabalhar nossas hipóteses e buscar nossos objetivos, porventura num caso ou noutro, pois concluímos o baixo aproveitamento às análises e muitas vezes ficamos no terreno da especulação, por esses motivos nos detivemos majoritariamente nos textos.

Optamos em realizar uma pequena análise ainda na introdução sobre como é possível identificar nos elementos gráficos posições editoriais que se relacionam com os fenômenos sócio-históricos, pois não haveria outro espaço no trabalho, ainda que compreendamos o local pouco apropriado.

A *Encontros* foi o último periódico dirigido por Ênio Silveira antes da venda de sua editora (Civilização Brasileira) para o grupo DIFEL (Difusão Europeia do Livro), empresa de capital suíço e português, em 1982. Editado por Moacyr Félix, tinha como intensão reunir um grupo de intelectuais e uma variedade de assuntos com o propósito de debater acerca das “liberdades democráticas” e do “progresso cultural do País”.

Entendemos que é um dever de todos os intelectuais consequentes intensificar sua participação nesse esforço, e, sobretudo, colaborar para que ele valha também como base para a edificação de valores individuais e coletivos que, filosoficamente, se ofereçam como pontos de apoio de estruturas sociais mais justas e humanas<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Cabe aqui a fala do cineasta Cacá Diegues no programa Roda Viva, em 26 de janeiro de 2015: “A minha geração foi a última a perguntar o que é o Brasil.”

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GKrW3y2mUSg>

<sup>6</sup> SILVEIRA, Ênio. Por quê e Para quê. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.1, jul/1978, p. 7.

Como editor da Civilização Brasileira, Ênio Silveira fazia questão de deixar claro sua total independência em relação ao Partido Comunista, haja vista ter sido uma editora à esquerda do espectro político. “Apesar de ser membro do Partido Comunista, a editora não foi do partido, nunca foi por ele controlada. Prestes uma vez me disse: ‘Ênio, a *nossa* editora podia [...]’; eu disse ‘*nossa não, minha* editora’” (SILVEIRA, 2014, p. 192 [grifo nosso]). Posição que se repete no editorial da *Encontros*, quando o editor frisa

uma coleção de livros aberta a todas aquelas tendências que a evolução do pensamento social e científico vem configurando como a atual e plurificada face do humanismo contemporâneo [...] assinados por colaboradores nacionais e estrangeiros que, pelo seu não-sectarismo, contribuirão para a abertura de horizontes, os atos de pensar e repensar o mundo em que o homem luta e se esforça para alcançar o grau de humanidade que o realizará plenamente<sup>7</sup>.

Fato que mais uma vez se repetiu no volume 12 da *Encontros*, quando se comemorou um ano de revista. “...nosso propósito inicial de utilizá-la como veículo de estudos objetivos e não-sectários do que vai pelo Brasil e pelo mundo no campo das ciências sociais e políticas [...] foi rigorosamente mantido – e até ampliado”<sup>8</sup>; e adiante: “[*Encontros*] Não pretendeu ser, não é e jamais será um veículo impositivo, programático, sectário”<sup>9</sup>.

Não obstante a marcada ênfase na separação entre a editora e o PCB por parte de Ênio Silveira, a forma de atuação da revista pode ser entendida como uma frente ampla em torno dos debates intelectuais contra a ditadura militar. Ênio Silveira reverberava posições pecebistas na conduta dos seus empreendimentos editoriais (GALUCIO, 2009).

Em 1969, quando o PCB organizava seu VII Congresso – que não se realizou devido ao recrudescimento do regime –, um grupo de trabalhadores intelectuais pensava a atuação de resistência à ditadura influenciados por Lukács que, desde as *Teses de Blum* (1928), argumentava em favor de uma frente democrática a partir da política de alianças (FREDERICO, 2007 p. 356). Na segunda metade dos anos 1970, principalmente no final com a emergência do movimento operário do ABC, o partido ainda sustentará o frentismo, embora atualizado para as circunstâncias históricas, fato que não se concretizou, demonstrado pela capitalização política do PT (MUSSE, 2015, p. 419).

Admitia-se, em novembro de 78, que “as greves operárias – iniciadas no ABC paulista – marcaram o início de uma etapa qualitativamente nova na luta dos trabalhadores contra o

---

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> SILVEIRA, Ênio. Um ano de *Encontros*. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979, p. 7

<sup>9</sup> Ibid. p. 8.

regime”, mas isto mais parecia dizer respeito, para os *pecebistas*, às formas específicas de luta dos metalúrgicos paulistas do que à correlação de forças na sociedade. O centro de luta era o parlamento e a posse dos eleitos é que determinaria um giro de abrangência mais ampla e efetiva na conjuntura política, segundo a VO de janeiro de 79, e não os *avanços setoriais* dos estudantes e dos trabalhadores. Abstraía-se em larga escala a realidade do parlamento nacional, esvaziado e penetrado por práticas *fisiológicas* (LIMA, 1995, p. 241-242).

A derrota da proposta frentista pecebista não foi apenas uma derrota política no campo progressista, ela é um dos sintomas da substituição e do esgotamento de um projeto, cujo impacto pode ser visto no malogro da Encontros.

Se houve continuidade na política frentista do PCB, que desde os anos 1960 defendia essa forma de atuação, o mesmo não se pode dizer com segurança em relação à Encontros, cabendo o questionamento se ela foi uma continuação da RCB.

Há uma divergência entre os estudiosos da Civilização Brasileira no que concerne o último período da editora. Luiz Renato Vieira diz que embora a Encontros trabalhasse com grande parte dos mesmos intelectuais da RCB, ela tinha uma linha ideológica menos definida e a repercussão no meio cultural não foi tão calorosa, embora tenha recebido editorialmente um caráter mais profissional. “Tal fato, naturalmente, não encontra explicação somente na orientação política da nova publicação, mas, sobretudo, nas substanciais modificações ocorridas no ambiente político e intelectual no período que separa as duas publicações” (VIEIRA, 1998, p. 184).

Entretanto, Couto (2012) em seu estudo sobre a Encontros concluiu que apesar da diversidade e diferença com a RCB, é insatisfatória a argumentação de uma variação ideológica contundente ao ponto de distinguirem-se uma da outra e impactarem o público.

Um dos caminhos a identificar uma mesma linha condutora, citada pelo próprio Ênio, pode ser seguido na comparação, como propõe Couto (2012), entre os dois primeiros editoriais: “Princípios e propósitos” (1965) e “Por quê e para quê” (1978), onde o editor reafirma justamente o não-sectarismo das revistas.

Quaisquer que tenham sido as diferenças ou semelhanças entre as duas coleções, o argumento baseado apenas na identidade ideológica, como acontece usualmente, parece insuficiente para prover uma interpretação mais sólida, particularmente no que tem a ver com o problema da recepção. Isolado, resiste muito pouco à análise crítica. (COUTO, 2012, p. 358).

Para compreender, contudo, onde houve rupturas e continuidades, cabe-nos traçar um breve histórico da Civilização Brasileira.

Ênio Silveira herdou a editora de seu sogro, Octalles Marcondes Ferreira, em 1951, com o objetivo de resgatar o empreendimento. Ao longo dos anos 1950, quando há

uma aproximação do editor com o Partido Comunista Brasileiro, a editora ganha prestígio e estabiliza-se economicamente. Paralelamente a isso, Ênio se engaja na organização dos livreiros do Brasil e torna-se presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros entre 1952 e 1958 (BENETTI, 2014). O engajamento de Ênio era acompanhado pela editora. Vieira (1998) identificou isso nas temáticas editadas pela Civilização Brasileira.

A análise da trajetória de Ênio Silveira e da história da Editora Civilização Brasileira evidencia uma clara continuidade entre a mobilização pela causa nacionalista ao longo dos anos 50 e o desenvolvimento de uma cultura revolucionária que floresce nos anos 60 e se intensifica com a instalação do governo militar. (VIEIRA, 1998, p. 73)

Com o golpe de 1964 nasce uma insatisfação entre os intelectuais. Nesse cenário surge, em 1965, a Revista da Civilização Brasileira (RCB) como um canal de manifestação desse setor, cujo sucesso é imediato<sup>10</sup>.

A RCB teve grande importância na rearticulação de diversas correntes intelectuais atuantes do pré-64, dispostas também a fazer frente ao regime golpista. Assim procedeu, por exemplo, com professores e cientistas de inúmeras universidades brasileiras, perseguidos ou exonerados e que, em meados de 1964, sofreram as consequências da chamada “operação limpeza” (CZAJKA, 2005, p. 10).

Czajka pondera que apesar da receptividade da RCB, já em 1965, Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) foram abertos contra alguns colaboradores “com o fim único de investigar ‘ações subversivas’ destes enquanto membros de reconhecidas entidades de esquerda, como foi o caso do historiador Nelson Werneck Sodré, do filósofo Roland Corbisier, do teatrólogo Dias Gomes e do próprio Ênio Silveira” (CZAJKA, 2005, p. 10).

Mesmo com menos números que a *Encontros*, a repercussão obtida pela RCB com seus 22 volumes foi maior, e os anos em que circulou, entre 1965 e 1968 (até ser fechada pelo regime militar após o AI-5), ficaram marcados como os “tempos de ouro da Civilização Brasileira”, sendo a época mais fértil em publicações de livro (CZAJKA, 2005, p. 12). “Chegou um dado momento, em 1960, portanto mais ou menos cinco anos depois de eu estar no Rio de Janeiro, em que a Editora Civilização Brasileira já estava publicando vinte livros por mês” (SILVEIRA, 1992, pp. 54-55).

Além dos livros e da RCB, a Civilização Brasileira teve outros empreendimentos de sucesso, caso do *Violão de Rua*, de 1962, editado por Moacyr Félix (editor da *Encontros* e diretor-responsável da RCB, e poeta) e *Cadernos do Povo Brasileiro*,

---

<sup>10</sup> Czajka (2005, p. 10) lembra a nota da Direção publicada no n. 2 da RCB destacando o “júbilo pela extraordinária acolhida que teve a nossa Revista em todo o Brasil. Em apenas 25 dias esgotou-se a tiragem de 10.000 exemplares que fizemos”. NOTA. Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 03, maio 1965.



também de 1962, ambas as publicações bastante populares: livros de bolso a baixo custo; o primeiro publicava poesia – Ferreira Gullar, Vinicius de Moraes, Paulo Mendes Campos e o próprio Moacyr Félix foram alguns dos nomes que publicaram –, o segundo, ensaios que abordavam temas políticos e sociais sobre o Brasil – Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Álvaro Vieira Pinto, Wanderley Guilherme dos Santos publicaram na coleção.

O projeto Cadernos do Povo Brasileiro, de certa forma, desencadeou um processo sem precedentes no meio editorial brasileiro. Ênio Silveira estimulou, com essa coleção, pelo menos duas grandes transformações: uma particular, pois a temática da coleção redefiniu os rumos editoriais da própria Editora Civilização Brasileira, que havia sido adquirida por ele de seu sogro e antigo sócio em 1959; outra, mais abrangente, consolidou uma temática nacionalista e de esquerda que outras editoras até então não haviam explorado comercialmente (CZAJKA, 2005, p. 35).

Embora a Civilização Brasileira não se resumisse às duas coleções citadas e à RCB, podemos dizer que foram três publicações de efetivo sucesso, ao menos editorialmente, medida em exemplares vendidos e circulação entre a intelectualidade. O que explica em alguma medida a decepção de Ênio Silveira com a *Encontros*, e pesquisadores ressaltem o seu “fracasso”.

Entre 1964 e 1980, segundo contas de Bernardo Kucinski, cerca de 150 periódicos foram fundados para fazer oposição à ditadura de uma forma ou de outra e muitos não passaram para o número 2 (1991, p. 5). Por outro lado, havia periódicos, como “Beijo” ou “Lampião de esquina”, cujas pautas já não se voltavam mais ao nacionalismo, à cultura popular e aos debates sobre revolução. Eles eram destinados ao ataque de setores progressistas, considerados de “moral conservadora”. “*Beijo* erigiu a esquerda como seu alvo de crítica. E de crítica pela esquerda. Era forte, nesse período, a influência de Michel Foucault, de sua crítica ao intelectual dono da verdade” (KUCINSKI, 1991, p. 73). Setores progressistas deixavam de compartilhar a “brasilidade revolucionária” (RIDENTI, 2010) e passavam a disputar a esfera pública de debate. Discussão que aprofundaremos no decorrer da dissertação.

Couto buscou explicar o menor sucesso da *Encontros* na “erosão de valores que definiram uma época”, onde “Fazia-se necessária uma mudança de estratégia discursiva, que, afinal, não veio a acontecer. Era imperioso reformular o discurso” (2013, p. 65). Uma de nossas hipóteses, que desenvolveremos nos capítulos 1 e 2, é que a indústria da cultura desenvolveu-se de tal forma entre os anos 1960 e 1970, ao mesmo tempo em que a ditadura militar desmobilizava setores da esquerda, que a arena pública de debate, deixou de ser ocupada pela intelectualidade vinculada aos valores edificados entre os anos

1950 e 1960, e consolidados na brasilidade revolucionária; em consonância com o crescimento da atividade intelectual em torno da universidade e as suas formas de intervenção na realidade a partir de congressos e artigos acadêmicos.

Em termos estéticos, para fazer apologia ao lamento de Ênio Silveira e o albatroz de Baudelaire, chegava ao fim aquilo que podemos denominar aqui de “longo modernismo”, tema do nosso terceiro capítulo.

Cabe agora destacar os detalhes de ordem técnica considerados importantes para quem se dedica aos estudos de revistas culturais; “devemos buscar entender se e como as revistas que selecionamos utilizaram outras linguagens (imagens, ilustrações, fotografias, diagramação e inclusive publicidade) para conquistar um público mais amplo” (CRESPO, 2011, p. 114). Ou ainda como o uso dessas linguagens se apropriam do momento histórico e fornecem elementos à nossa análise. Temos um exemplo breve e esclarecedor nesse sentido.

Entre 1979 e 1980, com a crise no Partido Comunista envolvendo a saída de Luís Carlos Prestes e sua queda de braço com o Comitê Central, sendo o “mito Prestes desmascarado” por membros da base do partido com a exposição de uma série de erros históricos entre 1945 e 1964, além de condenar Prestes pelo “desrespeito pelos princípios de organização leninista” (LIMA, 1995, p. 279). Nesse clima de disputa cupulista entre duas forças históricas – o Comitê como instituição do partido e Prestes como principal nome, à frente como secretário-geral durante 46 anos –, a *Encontros*, em março de 1980 (volume 21), no calor da hora, decide divulgar na segunda capa o livro de Pedro Del Picchia (anexo I) em que entrevista seis membros do Comitê Central (já sem Prestes) – “O PCB no quadro atual da política brasileira” (editado pela Civilização Brasileira, também em 1980). No mesmo volume publicou um ensaio de Hércules Correa<sup>11</sup> (membro do CC), ainda que o tema não estivesse vinculado com os problemas políticos internos do partido. Luiz Carlos Prestes apareceu com protagonismo apenas no volume 27 (“Perguntas de vinte intelectuais a Luiz Carlos Prestes”).

Apesar de não ser um posicionamento explícito da revista, as vocalizações não foram polifônicas, mostrando que elementos aparentemente secundários, como a publicidade de um livro, pode mascarar questões centrais como um latente atrito entre

---

<sup>11</sup> CORREA, Hércules. A estrutura sindical brasileira: lutas, experiências, proposta. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 21, mar/1980, pp. 127-139

Ênio Silveira e Prestes, considerando a divergência em relação ao papel da editora entre o líder do partido e o editor.

Segundo Couto, “Encontros teve um tratamento gráfico esmerado” e “incorporou as inovações que a Editora Civilização Brasileira introduzia no mercado editorial brasileiro” (2013, pp. 76-77), pois até a Civilização Brasileira, o livro no Brasil era como o francês, com capa tipográfica e sem ilustrações, não havia orelhas. Ênio Silveira foi o introdutor de todos esses elementos. Nos anos 1950, antes de herdar a editora do seu sogro, passou um tempo nos Estados Unidos e trabalhou na Editora Alfred A. Knopf e fez um curso de editoração na Universidade de Columbia.

A *Encontros*, portanto, recebeu tratamento editorial cuidadoso, embora na época já não fosse revolucionário. Mesmo assim, “Nenhuma editora teve efeito estético mais benéfico sobre a indústria, no que deve grande parcela a seus sucessivos produtores gráficos Eugênio Hirsch, Marius Lauritzen Bern, Roberto Pontual e (nos anos de 1980) Léa Caulliraux” (HALLEWELL *apud* COUTO, 2013, p. 77).

Em formato de livro em brochura (14 x 21 cm), recebeu diagramação de Léa Caulliraux até o volume 21, a partir do 22 de Ana Maria Araújo e C.A.T. Torres, quando também houve a mudança na capa (anexo I), em vez de fotografias em preto e branco, do volume 22 até o final as capas foram ilustradas com desenhos, embora o topo permanecesse igual. Há exceções nos volumes 3, 6 e 7 em que as capas foram desenhadas (anexo III).

As segunda, terceira e quarta capas eram destinadas à publicidade da editora Civilização Brasileira, mas outros anunciantes também ocupavam as escassas páginas disponíveis a esse propósito, com destaque para a editora Vozes e o jornal Movimento, embora outros também anunciassem – sempre voltados para o mercado editorial (Pasquim, Editora Ática etc.).

Apesar de se apresentarem como detalhes, as preocupações gráficas e seu projeto editorial mais refinado, confirmado pelo próprio Ênio Silveira, funcionam como indicadores talvez não mais do avanço, mas do estabelecimento de uma indústria cultural no Brasil, e com ela uma racionalidade diferente, como veremos no primeiro capítulo, impactando setores intelectualizados da esquerda. É uma nova “cultura dominante”.

A pesquisa ficou dividida em três capítulos. No primeiro apresentamos as proposições de Williams como ferramentas analíticas de cultura. Recuperamos alguns debates realizados pelo autor, como o de base e superestrutura e a condição do escritor,

para fundamentar a nossa opção metodológica em torno da análise material da cultura e dos conceitos de cultura emergente, dominante e residual.

A partir destes conceitos será possível analisar as mudanças que ocorriam no final dos anos 1970 e chegar a conclusões sobre o ocaso do intelectual vinculado ao projeto de Brasil moderno sem perder de vista os processos em si, desde as publicações na revista até o estabelecimento da indústria cultural, passando pela universidade.

Quando se trabalha com culturas emergentes, dominantes e residuais, entende-se que os fenômenos sociais não se encerram para novos começarem, mesmo que didaticamente possamos fazer algumas marcações. E o período de publicação da *Encontros*, e ela própria, foi um desses momentos residuais, em que novas formas e novos conteúdos surgiram. Podemos adiantar como exemplo o ensaio que perde espaço para o artigo na revista, em decorrência da profissionalização do intelectual em torno da universidade; e a vanguarda intelectual para o intelectual orgânico das classes operárias, em decorrência da desilusão que as décadas anteriores legaram em que a transformação seria possível a partir da vanguarda política e artística, ocasionando uma geração de intelectuais críticos a qualquer tipo de vanguarda, chegando a promover um anti-intelectualismo, como veremos no capítulo 2.

Levamos também como hipótese para identificar o ocaso do intelectual de matriz marxista vinculado ao nacional-popular, a consolidação da indústria cultural, que mercantilizou a atividade artística-intelectual, como analisaremos em ensaio de Carlos Nelson Coutinho publicado na *Encontros*, e reduziu seu espaço de atuação na esfera pública de debate, para isso Ridenti (2010; 2014), Czajka (2005) e Ortiz (1999) serão suportes analíticos.

No segundo capítulo localizamos como se constituiu o debate em torno da figura do intelectual no Brasil. Os estudos em sociologia e história apontam para uma mudança de perspectiva crítica da função do intelectual no período, como indicamos acima. Com a reforma universitária em 1968, já era possível perceber alguns impactos da universidade na atuação intelectual e também na *Encontros*, que republicou muitos artigos apresentados em seminários e congressos acadêmicos.

No período de publicação da *Encontros*, o cenário intelectual por excelência passa a ser a universidade e não a esfera pública apontada por Czajka (2005) no período da RCB. Além deste autor, buscamos subsídio em discussões preliminares à década de 1970 em Mota (1985) e no período específico da revista em Pécaut (1990).

No último capítulo, elencamos o editor-chefe Moacyr Félix como um estudo de caso do intelectual que procuramos verificar aquilo que entendemos por ocaso, e sua intervenção a partir dos textos; a escolha justifica-se por ele ser o editor-chefe e atuar de uma forma comum aos intelectuais vinculados à tradição modernista: o artista-intelectual, por ter sido além de editor, poeta. Mais do que isso, Félix agiu como o articulador de um projeto que tentou recuperar as bases dos anos 1960, mas que esbarrou em mudanças históricas e sociais.

Seguindo a hipótese de Napolitano (2014) de que não é possível conferir certo ocaso do intelectual nacional-popular ou uma derrota do projeto de esquerda dos anos 1950 e 1960 à consumação da indústria cultural em consonância com a ditadura militar, embora não signifique o desprezo por esses fatores, mas a limitação histórica de um projeto que atravessou boa parte do século XX, o “longo modernismo”, temos aqui a última hipótese em torno do intelectual estudado em consonância com a revista *Encontros*, a expressão editorial do projeto que pretendia modernizar culturalmente o Brasil.

Então, partindo dos apontamentos da literatura de que houve esse ocaso de um tipo de intelectualidade de esquerda, buscamos as especificidades da “erosão de valores que definiram uma época”, como disse Couto, pois a indefinição ideológica em torno do projeto parece pouco plausível para justificar o “fracasso” em relação à sua antecessora, a RCB. Por outro lado, se aceitarmos a indefinição ideológica como argumento, os porquês precisam ser debatidos. A indústria cultural, a percepção da atividade intelectual e a diluição do longo modernismo são três chaves importantes à compreensão não só do ocaso do intelectual nacional-popular como também de como se dava a sua atuação. Para fazer política cultural, uma revista aparentemente não era mais necessária.

Por fim, um esclarecimento sobre as fontes e as notas. Como são 29 volumes em formato livro, muitos são os textos que possibilitam a nossa análise. Por isso tivemos que estabelecer critérios de seleção.

O primeiro refere-se àqueles textos que abordam o tema da cultura, como um problema teórico ou conjuntural, muitas vezes ambos se encontram num mesmo texto, cuja utilização se dará no primeiro capítulo no momento em que discutirmos sobre a indústria cultural. O segundo são os debates sobre o intelectual, na sua condição mais ampla possível, como um produtor de cultura, conforme a definição de Williams. Essa é uma temática que apareceu em muitos ensaios e artigos, mas nem sempre foi uma questão central. Eles serão utilizados no segundo capítulo, assim como a seleção de textos cujo

tema foi a Universidade. E, por último, os textos de Moacyr Félix, voltados para a análise do longo modernismo, aqui enquadram-se poesia, parêmias e ensaios. Em todos eles, demos preferência a ensaios ou artigos que abordaram o Brasil, mas não fomos rígidos quanto a isso, pois, ainda que a discussão tenha sido sobre outro país ou vinda de outra país (caso das traduções), foram escolhas editoriais de debates que a revista julgava pertinente.

Enquanto às notas, quando citamos os textos da *Encontros*, fizemos a referência em rodapé; as outras referências bibliográficas estão no corpo do texto no modelo autor, data.

## CAPÍTULO 1. UM DEBATE EM TORNO DE CULTURA E A INDÚSTRIA CULTURAL NO BRASIL

### 1.1 Compreensão de “cultura” em Raymond Williams

Em “Cultura e Sociedade”, Williams (2011b, p. 56) indica cinco pontos principais que no começo do século XIX geraram mudanças sociais, econômicas e políticas em relação à arte e ao artista: 1) relação escritor/leitor; 2) atitude habitual em relação ao público; 3) especialização da arte na produção; 4) arte como realidade superior e verdade imaginativa; 5) escritor como gênio autônomo.

Com a arte sendo cada vez mais vinculada ao mercado na sociedade contemporânea, os intelectuais surgiram como uma mão de obra especializada nos anos 20 do século XIX e, com o avanço do romance como mercadoria, os artistas necessitaram de uma distinção da massa consumidora e do próprio consumo; por isso, Tom Moore, em 1834, separou a “multidão” das “poucas pessoas cultas”, fazendo da cultura uma antítese ao mercado, o que Adam Smith tinha vinculado no século XVIII (WILLIAMS, 2011b, pp. 58-59). Williams descreveu esse processo até o começo do século XX – passando por escritores como Matthew Arnold cuja definição de cultura é a oposição de anarquia – com a revista *Scrutiny*, e como o grupo de intelectuais que a compunha aprofundaram a leitura de distinguir a literatura do mercado, os literatos dos consumidores.<sup>12</sup>

No início de “Cultura e Sociedade”, Williams apresenta cultura como “todo um modo de vida” a partir da passagem do século XVIII para o XIX e do peso que os conceitos de industrialismo, democracia, arte e a própria cultura tiveram, ou seja, estes termos por todo um redirecionamento da sociedade adquiriram uma importância central na discussão intelectual e de como compreender a vida e a maneira de se viver. Quando o autor chega ao século XX, abordando F.R. Leavis, consegue justificar por que cultura e civilização compõem uma oposição, originalmente criada no debate antropológico. Para Leavis, estes dois conceitos são antitéticos – o que é basicamente a argumentação de Coleridge no início do século XIX –, sendo a cultura o positivo da negatividade da

---

<sup>12</sup> Uma outra possibilidade analítica para o que propomos aqui via Williams pode ser encontrada em Bourdieu (1996). Foi publicado um dossiê sobre os estudos de Bourdieu na literatura em que há um artigo assinado por Passiani (2009) em que é discutida a aproximação entre os conceitos de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu, e *estrutura de sentimento*, elaborado por Williams a partir de uma perspectiva dialética. E em Jackson e Rivetti (2020) há um resgate das trocas de correspondência que ambos os autores realizaram na segunda metade do século XX e o impacto das leituras das obras teóricas dos dois para a composição de uma sociologia da cultura.

civilização. A ideia de “civilização” estava vinculada ao industrialismo (WILLIAMS, 2011b, p. 280).

A definição de Leavis aponta em direção ao dito por Edmund Burke, Samuel Taylor Coleridge, Matthew Arnold de uma forma ou de outra, e que Williams diz concordar: uma sociedade a viver de forma imediata é mais pobre. Porém Williams demonstra que a literatura não é a única forma de mediação, como queria Leavis: “o inglês é apropriadamente central em toda a educação, mas não é toda a educação” (WILLIAMS, 2011b, p. 281). Esta ideia de mediação na sociedade nos aproxima da tradição marxista e o debate sobre alienação, inclusive algumas das afirmações do conservador e elitista F.R. Leavis poderiam confundir um leitor mais desavisado, caracterizando, por exemplo, o trabalho como “sem sentido” para o trabalhador, sendo apenas algo necessário para que ele “ganhe a vida”. Isso leva Williams, na conclusão de *Cultura e Sociedade*, a duvidar da determinação da cultura (p. ex. Cultura proletária). Criar uma cultura torna-se para ele algo quase kafkiano uma vez que as tradições não são mecanicamente determinadas, dessa forma, classificar uma cultura como burguesa ou proletária seria não compreender as múltiplas determinações – aqui no conceito marxista do prefácio de 1859 – da história<sup>13</sup>.

Ora, não sendo possível “definir uma cultura”, a partir do apontado acima, o autor recorre a outra forma de compreender as diferentes formas de significados e valores, e aqui temos a sua principal contribuição para a sociologia da cultura: o materialismo cultural.

Segundo Cevalco, para o materialismo cultural, “em um determinado momento histórico, convivem três formas de estruturação de significados e valores: a dominante, a emergente e a residual” (2008, p. 126). A primeira nunca é estática, incorpora novidades e as redefine ao seu fim cada vez que surge algo novo que possa desestabilizar a ordem. É o que veremos nas relações entre os intelectuais associados ao nacional-popular e os “novos intelectuais” de esquerda nos contextos das décadas de 1970 e 1980 a partir dos debates da *Encontros com a Civilização Brasileira* no capítulo 2.

---

<sup>13</sup> Embora o autor aponte a possibilidade de em certas ocasiões falar em “Cultura burguesa”, “Cultura proletária”. Diz que a cultura da classe trabalhadora “é a ideia coletiva básica, e as instituições, maneiras, hábitos de pensamento e intenções que se originam dessa ideia. A cultura burguesa, da mesma forma, é a ideia individualista básica, e as instituições, maneiras, hábitos de pensamento e intenções que se originam dessa ideia. Em nossa cultura como um todo, há tanto uma intenção constante entre esses modos de vida e uma área que pode ser propriamente descrita como comum ou subjacente a ambos” (WILLIAMS, 2011b, p. 351).



Novos debates passam a ocorrer a partir do Maio de 68 e a percepção do que é a obrigação do intelectual, como ele deve postar-se no mundo e que tipos de problemas ele deve tentar solucionar se alteram. No volume 22 foi publicado um ensaio, traduzido do italiano, de Marcello Montanari<sup>14</sup> que reverberou essa nova percepção sobre a figura intelectual, para o autor era preciso “salientar a necessidade de debater em tons mais distendidos as posições de Foucault e dos ‘novos filósofos’” (p. 73). Montanari fez uma defesa de “O anti-édipo”, de Deleuze e Guattari, e da “Microfísica do poder”, de Foucault, para compreender saídas possíveis para o movimento operário, que no momento da publicação se organizava em torno das greves do ABC e do Partido dos Trabalhadores.

Para o autor italiano, “Foucault tem razão de salientar o fato de que o movimento operário não tenha ainda definido, teoricamente, uma forma de política diferente da burguesa” (p. 83); e para os primeiros autores, o desejo foi a ferramenta analítica da “fonte de produção do real que é uma máquina sempre pronta para destruir qualquer deificação” (p. 75).

O que queremos apontar com esse ensaio é a emergência de novos domínios e categorias de análise na intelectualidade brasileira. A *Encontros* passa a considerar os “novos filósofos”, no caso brasileiro os “novos intelectuais” (majoritariamente ligados ao catolicismo, às Comunidades Eclesiais de Base e ao PT), uma alternativa de transição ao socialismo. Podemos afirmar isso, pois ela traz uma gravata após o título de Montanari (anexo I):

Hoje, construir formas democráticas de transição ao socialismo significa, essencialmente, conceber e organizar uma “hegemonia operária” *no interior* das múltiplas instâncias democráticas, e não mais sobre ou separado dessas mesmas instâncias. Essa é a fase em que *já não se pode admitir que unicamente* os partidos representam a *democracia que se organiza* (ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1980, vol. 22, p. 73).

A *Encontros* reconhecendo a limitação da vanguarda partidária, apelou a textos cujos focos de debate destacaram o “desejo” no qual “os autores [Deleuze e Guattari] deduzem uma ‘teoria da história’” (p. 75). Não que houvesse uma filiação marxista-leninista por parte de Ênio Silveira, apesar de ser militante do PCB, e Moacyr Félix<sup>15</sup>, no

<sup>14</sup> MONTANARI, Marcello. Domínio-saber e sistema dos partidos: a propósito de Foucault e dos “novos filósofos”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 22, abr/1980, pp. 73-87.

<sup>15</sup> O editor Moacyr Félix nunca foi militante do Partido Comunista. Sua formação antes de entrar em contato com a teoria marxista, deu-se na filosofia existencialista, em Paris, onde estudou na Sorbonne e no Collège de France. Quando se debruçou no marxismo, dedicou-se mais à “filosofia marxista” e pouco às teses econômicas. Em entrevista, afirmou: “Nunca fui militante do partido. Fiz questão de trabalhar junto ao partido à medida que nossas ideias de esquerda coincidiam e que ele aceitava as ideias filosóficas de Marx.

entanto eles estiveram historicamente mais próximos do Partido Comunista do que dos “novos filósofos”.

O próprio marxismo no ensaio do italiano tornou-se um resíduo que não dava conta de resolver os dilemas da classe operária. “No que diz respeito a este ‘nó’, sugerido pela pesquisa foucaultiana, creio que não adianta nem recorrer às teses clássicas do marxismo nem a qualquer escamoteio teórico, que encerre toda a iniciativa operária nos marcos de puros projetos” (MONTANARI, 1980, p. 83).

A partir dessas novas inserções de matrizes analíticas, as condições dos intelectuais vanguardistas são cada vez mais escanteadas, e a *Encontros* favoreceu a seu próprio desaparecimento, ainda que em nome da causa operária ou de outras causas de esquerda. Quando rompe-se com a vanguarda partidária leninista, rompe-se com a vanguarda intelectual (a questão do intelectual de esquerda nacional-popular que perde seu espaço será debatida no capítulo 2; e o caso específico de Moacyr Félix na qualidade de duplo intelectual [poeta e editor: artista-intelectual], no capítulo 3).

Neste capítulo o que faremos é uma análise material da sugestão de culturas dominante, residual e emergente num contexto mais específico, trazendo esse dinamismo no seio da disputa intelectual de esquerda, mesmo que possamos num momento ou noutro convocar a questão de emergência, residualidade e dominância cultural com outros atores, como a indústria cultural. Para Williams, “a família, a escola e os modos preponderantes de organização do trabalho estão entre os principais agentes de transmissão das formas dominantes” (CEVASCO, 2008, p. 126).

Mas antes, com essa constituição de vertentes intelectuais no seio da própria esquerda e dentro de uma mesma revista, a *Encontros*, pede-nos que observemos por que não trabalhar com formações culturais.

## 1.2. As formações culturais em Williams e na *Encontros*

Desde o início do nosso trabalho, ainda na fase de projeto, pensamos em discutir “formações culturais”. Com o avançar das leituras, percebemos alguma impossibilidade em definir a *Encontros* a partir das definições williamsianas do conceito.

Em *Cultura*, no terceiro capítulo (2000, pp. 57-85), o autor dedica-se a definir as formações culturais modernas através de dois pontos; a organização interna e a relação

---

Mas achava que o partido pecava pela falta de uma parte ética. [...] Além disso havia uma visão do Partido Comunista muito sectária, muito dogmática, que impedia de me filiar a ele” (FÉLIX, 2002, p. 114).

externa. Antes disso, contudo, foi necessário estabelecer uma distinção no seio das organizações culturais ocorridas entre o Renascimento e o advento da modernidade nos séculos XVIII e XIX. As academias surgem. Para além de marcar o declínio do patronato da Igreja e a ascensão do patronato das realezas, como os Médici, em Florença, cujo apoio fez uma geração de artistas como Michelangelo e Donatello, elas alteraram a relação social entre artista e artesão, arte e ofício. Nas academias o artista passa a ser o professor, enquanto outrora era o mestre que ensinava seu aprendiz que, por sua vez, tornou-se aluno.

Com o surgimento das academias, um fato passa a se tornar fundamental, o que era um ofício, torna-se “arte”. E aquele sujeito renascentista “completo”, polímato, como Leonardo da Vinci, começa a se especializar. O avanço das academias culmina nas congregações de artistas que compartilhavam ideias afins e objetivos comuns, daí surgem os círculos, as escolas, os movimentos etc.

Williams cita três deles (o círculo de Godwin, final do século XVIII; a Irmandade Pré-Rafaelita, metade do século XIX; e o Círculo de Bloomsbury, início do século XX) para demonstrar os tipos de formações culturais modernas. Não nos interessa nesta ocasião divulgar as conclusões de Williams, exceto aquelas de caráter metodológico como forma de justificativa da dificuldade de compreender a *Encontros* como uma formação cultural no sentido clássico do autor da *New Left*.

Ênio Silveira, ao explicar o nome da revista, afirmou em depoimento a Jerusa Pires Ferreira, reproduzido por Couto (2013, p. 62), que quando lançou a Revista da Civilização Brasileira, em 1965, o sucesso foi tão grande que espécie de simpósios foram promovidos para discutir variados assuntos. Luiz Renato Vieira (1998, p. 169), corrigindo a memória do editor, confirma que esses debates político-culturais ocorriam desde 1962 e eram promovidos pela editora com o nome *Encontros com a Civilização*. Embora saibamos alguns dos nomes dos encontros<sup>16</sup>, não há registros, de acordo com a literatura, sobre eles. Exceto um ocorrido em Juiz de Fora que contou com a participação de Leandro Konder e Otto Maria Carpeaux. Ora, isso poderia nos levar a crer na existência de um grupo de intelectuais mais orgânicos em torno da revista. Inclusive quando Vieira debate sobre o surgimento da *Encontros* ele cita um núcleo de intelectuais, porém fazendo referência ao passado, ou seja, o que ele consegue definir como “Grupo da Civilização Brasileira” são intelectuais da primeira fase da editora, e dá a entender que isso

---

<sup>16</sup> “A direita e a literatura”; “Literatura contemporânea”; “Novas raízes da música popular brasileira”; “Censura política e arte”.

permanece, o que é duvidoso. Pois mais adiante, citando Konder, é dito que a Civilização Brasileira funcionou como um paralelo à USP, isto é, São Paulo tinha a universidade, Rio de Janeiro, a editora. Não podemos levar esta interpretação a cabo na *Encontros*, haja vista que no final dos anos 1970 o intercâmbio entre São Paulo e Rio de Janeiro já era bastante frequente, e também editoras e outras universidades desempenhavam o papel destinado a cada instituição, como afirmara Konder, mas discutiremos este argumento com mais detalhe no segundo capítulo ao abordarmos a figura do intelectual brasileiro nos anos 1960 e 1970.

Esta indefinição de quem eram os intelectuais em torno da *Encontros* com a Civilização Brasileira é o que nos leva à impossibilidade daquilo que Williams definiu como “formações culturais modernas”, com seus dois tópicos: organização interna e relações externas. A primeira pode ser de três tipos: 1) *participação formal de associados*: normalmente com algum estatuto e eleições, podemos considerar um diretório estudantil; 2) *manifestação coletiva pública*: grupo menos engessado que se reúne em torno de uma exposição, jornal ou periódico ou um único manifesto: um exemplo é o grupo da Semana de Arte Moderna, com o Manifesto Pau-Brasil e o Manifesto Antropofágico, além das revistas *Klaxon* e *Estética*; 3) *associação consciente*: há uma identificação entre o grupo limitada ao trabalho em conjunto ou relações de caráter mais geral.

As relações externas também têm três tipos: a) especializada, como a OAB, por exemplo; b) alternativas: Williams cita como exemplo a Sociedade dos Artistas Independentes, de 1884, este tipo compreende uma formação excluída das instituições formais; e (c) contestadoras: aquelas que do tipo (b) contestam as instituições estabelecidas, o autor exemplifica com os dadaístas, futuristas e surrealistas.

Posto isso, entramos agora no dilema da caracterização da *Encontros* como uma formação cultural. No que tange a organização interna, a revista pela própria natureza de periódico, encaixar-se-ia no tipo (2) *manifestação coletiva*. Contudo, não há entre os intelectuais que publicaram na *Encontros* qualquer homogeneidade para agrupá-los em torno de um manifesto. A ditadura já chegava ao fim, a Lei da Anistia seria assinada um ano após o lançamento da revista, nesse sentido as liberdades democráticas exigidas por Ênio Silveira no editorial do primeiro volume eram “cedidas” em alguma medida pelos militares, por isso o editor também afirmou a possibilidade de “ampliar o ostensivo debate de ideias, essencial ao progresso cultural do País”<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> SILVEIRA, Ênio. Por quê e para quê. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 1, jun/1978, p. 7

A democracia era uma prerrogativa mais concreta, não obstante a permanência dos aparatos repressivos. Seria núcleo de alguns debates dentro da Encontros qual democracia postar-se-ia nos anos seguintes, como veremos adiante na polêmica entre Carlos Nelson Coutinho e Adelmo Genro Filho nos volumes 9 e 17, respectivamente; o papel do intelectual no processo democrático também foi argumentado por Florestan Fernandes no volume 14, no qual realizaremos uma discussão em dois momentos no capítulo 2; além de a redemocratização ter sido tema central de alguns artigos, como “A atualidade da questão nacional no debate pela redemocratização do país”, de Adilson de Oliveira e Luiz Pinguelli Rosa, publicado no volume 24 que, por sua vez, trouxe dois dossiês, um sobre a “questão nacional hoje” e outro sobre socialismo, liberdade e democracia, em ambos a situação da redemocratização foi central de uma maneira ou de outra.

A defesa de determinados valores por parte dos intelectuais da Encontros, poderia nos levar a agrupá-los em torno de um “progressismo”, porém se levarmos em conta o que Williams fala ao descrever o Círculo de Godwin não seria exatamente adequado: “O plano que importa não é o das ideias abstratas, mas o das relações genuínas do grupo com o sistema social como um todo” (2011, p. 215). Por isso, acreditamos não haver uma organização interna, não havendo-a, não é possível conceber uma formação cultural, mesmo que pareça óbvio caracterizá-la desta forma. Se levarmos este pensamento ao fim e ao cabo é provável que cheguemos a seguinte questão: o “Grupo Civilização”, proposto por Luiz Renato Vieira, e já citado em Mota (1985), não se aplica a esta última fase da Civilização Brasileira devido ao eficiente desmanche provocado pela ditadura militar da militância intelectual comunista, mas não só, como consequência desta, “novas figuras surgiam no cenário cultural, tornando o intelectual humanista e engajado coisa do passado” (VIEIRA, 1998, p. 184). Ênio Silveira comparar-se-ia ao já citado Albatroz de Baudelaire: “o albatroz é o pássaro das tempestades, nós éramos o Albatroz de Baudelaire –, enquanto havia repressão havia tudo, de repente tudo começa a ficar permissivo e não surge mais ninguém, as pessoas deixam de comparecer” (*apud* VIEIRA, 1998, p. 184).

Identificamos na dificuldade de caracterizar uma formação cultural na Encontros um sintoma do que discutiremos no capítulo 3, definido como longo modernismo. O rompimento de certas tradições e formas de atuação intelectual, seja a partir do intelectual engajado seja a partir do vanguardista, tratado com mais detalhes no capítulo 2, muitas vezes confundido na mesma figura, causa um desmembramento dos intelectuais (do intelectual marxista e nacional-popular) como um grupo social que intervinha com

protagonismo nos dilemas da sociedade, ainda que através de uma hegemonia de esquerda relativa, como disse Schwarz (1978).

A considerar que o longo modernismo e o seu esgotamento ocorre no mesmo período do da Encontros, tendemos a acreditar que ideias sustentadas por cinquenta anos do século XX (da década de 1920 a 1970) não eram mais dominantes, “temas como identidade nacional, papel do artista-intelectual na sociedade, dialética entre forma e conteúdo na obra de intervenção, relação artista-intelectual e Estado” (NAPOLITANO, 2017, p. 198) entram em ocaso e com ele o intelectual que os aborda. Realizaremos este debate no terceiro capítulo elegendo o editor da Encontros, Moacyr Félix, pois o consideramos, além da sua importância como editor, um intelectual que discute os temas citados por Napolitano.

### **1.3. Cultura dominante, emergente e residual em Williams**

Apesar de as formações culturais não se adequarem à Encontros, Williams possibilita outras alternativas de compreender as processualidades históricas, como o debate entre as culturas dominante, emergente e residual.

No ensaio *Literatura e sociologia*, Williams faz uma paradoxal observação metodológica: estar preso à metodologia faz com que criemos totalidades estáticas desvinculadas do processo histórico. Podemos aplicar o princípio à sociologia sob o risco de criar leis internas: “uma suposição *a priori* e idealista que nos impede não de ver a história crucial da geração de tais formas [...] mas de ver também as mudanças radicais e qualitativas dentro da continuidade nominal das formas” (WILLIAMS, 2011, p. 23). Se seguissemos na direção oposta, tomaríamos a definição de “Grupo Civilização” proposta por Luiz Renato Vieira, em *Consagrados e Malditos*, e aplicaríamos os métodos para estudar formações culturais. A história, contudo, nos aponta noutra direção e isso, por sua vez, não nos coloca numa confusão metodológica. Na discussão sobre base e superestrutura encontramos algumas saídas.

*Base e superestrutura na teoria da cultura marxista* é um marco nos estudos de cultura e nos marxistas. De forma geral, o que Williams faz é subverter o “caráter rígido, abstrato e estático” nas relações entre base e superestrutura. Considera que tomar uma base econômica como determinante de uma consciência faz com que a análise material da cultura abandone “sua posição desafiadora mais específica” (2011, p. 27).

O autor galês considera a base um processo e não um estado, logo não é permitida a atribuição de características fixas traduzidas numa variação da superestrutura. A compreensão fundamental se dá quando ele avança às forças produtivas, para isso recupera a passagem dos Grundrisse sobre o construtor do piano e o pianista, a qual Marx chega à conclusão que o primeiro é um trabalhador produtivo enquanto o segundo não. Entretanto, aponta Williams, Marx abordava um contexto específico de produção: a produção capitalista de *mercadorias*.

Quando falamos da base e das forças produtivas primárias, importa muito se estamos nos referindo, como se tornou habitual em uma forma degenerada dessa proposição, à produção primária dentro dos termos das relações econômicas capitalistas ou à produção primária da própria sociedade e dos próprios homens, isto é, a produção e reprodução da vida social. Se tivermos nos referindo ao sentido amplo das forças produtivas, examinaremos toda a questão da base de forma diferente, e estaremos então menos tentados a descartar como superestruturais e, nesse sentido, como meramente secundárias – certas forças produtivas sociais vitais que são desde o início, no sentido amplo, básicas (WILLIAMS, 2011, p. 49).

Em nosso entendimento, propondo isso, ele anula uma contradição mecânica existente entre base e superestrutura, pois amplia, considerando as relações entre os produtores de cultura, o que seriam as relações produtivas. É também a partir desta categorização de base sua definição de intelectuais como uma categoria social, cuja produção e reprodução só pode acontecer dentro de uma estrutura cultural compartilhada (WILLIAMS, 2000, p. 215). Ou seja, redefinindo a base, consequentemente redefine a superestrutura.

Para além de possibilitar a redefinição de “intelectual”, a redefinição de base nos permite compreender os processos culturais de uma maneira mais central e não como um reflexo da infraestrutura determinante, além de trabalhar com outras categorias sem perder de vista a teoria social marxista.

Williams faz uma diferenciação entre *questões de época* e *questões históricas*, sendo a primeira uma categoria geral que trabalha com os conflitos entre feudalismo e burguesia, por exemplo; e a segunda as diferentes fases da burguesia (ou do feudalismo, da antiguidade etc.) e os momentos dentro de cada fase. “Esse verdadeiro processo histórico exige uma precisão e delicadeza na investigação muito maior do que a sempre surpreendente análise de época, a qual se preocupa com seus traços e características principais” (WILLIAMS, 2011, p. 53).

Nesta pesquisa, trabalhamos com questões históricas, essa diferenciação é importante, pois nas análises marxistas, seja de cultura ou não, Williams diz haver uma

tendência a analisar questões históricas como se fossem questões de época. Cada uma delas exige determinados olhares. Entendemos não haver limites nas delimitações entre questões históricas, desde que haja relevância às questões de época. Por isso, ao tentarmos compreender o processo da Encontros como o ocaso da militância intelectual nacional-popular, acreditamos se tratar de uma questão histórica fundamental num processo maior, seja para a sociologia dos intelectuais, para a história dos intelectuais e para fatos brasileiros mais ou menos abrangentes.

Posto isso, precisamos apontar a nossa saída metodológica, lembrando da impossibilidade de compreender o processo final da Civilização Brasileira como uma formação cultural e sem perder de vista as *questões históricas*.

Williams apresenta no mesmo ensaio em que aborda a discussão base e superestrutura, os conceitos de culturas residual e emergente, o que será debatido também em *Marxismo e literatura*, em que há um capítulo inteiro dedicado a eles, com o acréscimo de cultura dominante, e também retoma a argumentação brevemente no *Posfácio para Tragédia Moderna* (2011c).

Para ele, as culturas de época (burguesa, feudal etc.) tendem a se tornar estáticas em análises históricas, como se a burguesia tivesse se comportado em mais de seis séculos de existência da mesma forma. Entretanto, essa permissão é o que nos leva a considerar os três tipos de cultura citados acima. Williams desenvolveu essa alternativa metodológica para que possamos compreender numa mesma época as especificidades históricas do período. “Uma descrição do processo cultural, em cerca de quatro ou cinco séculos e em dezenas de diferentes sociedades, exige imediata diferenciação histórica e diferenciação internamente comparada” (2000, p. 124). Ao descrever os aspectos dominantes de uma cultura, o autor se acometeu da necessidade de pensar aqueles que não o são, embora se preservem ou surjam no processo histórico, ou seja, o residual e o emergente.

Nos volumes 9 e 17 da Encontros houve uma polêmica entre Carlos Nelson Coutinho e Adelmo Genro Filho sobre a questão democrática em que podemos ver o debate sobre os tipos de cultura que permeiam as questões históricas, mas que não se referem exatamente às culturas residuais e emergentes, e sim a alternativas das dominantes.



“A democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho<sup>18</sup>, foi o ensaio publicado na revista que teve mais repercussão, inclusive a posteriori foi bastante convocado para discutir democracia e socialismo. Publicado no volume 9, em março de 1979, o ensaio trouxe uma visão em que o autor classificou a associação de democracia política como uma forma de dominação burguesa equivocada, por causa do caráter mecânico entre os dois conceitos – “democracia política” e “dominação burguesa” – a partir de uma falsa interpretação da teoria marxista de Estado. No contexto brasileiro, de acordo com o autor, implicaria outro problema: não seria possível pensar “uma luta imediata pelo socialismo”<sup>19</sup> sem a “criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso país”<sup>20</sup>. Logo, apesar de negar o caráter mecânico entre democracia e dominação burguesa, o autor acreditava que alguns “pressupostos” eram necessários para o estabelecimento do socialismo. A democracia política na perspectiva de Coutinho era um valor estratégico permanente, pois permitia consolidar uma nova sociedade a partir do aprofundamento de características da “velha”.

Coutinho entendeu a democracia a partir das “práticas, experiências, significados e valores que não são parte da cultura dominante efetiva” (WILLIAMS, 2011 p. 55), e como uma alternativa à “corporação”, como Williams define a cultura dominante.

Como alternativa, ela poderia vir a ser uma cultura emergente e quiçá uma cultura dominante num momento posterior (o que apenas o processo histórico pode confirmar). Por considerar uma cultura alternativa à dominante<sup>21</sup>, o autor ressaltou a necessidade de preservar características da democracia burguesa (parlamento, partido etc.), definido por ele como “mecanismos tradicionais de representação indireta” (p. 38), combinando com organismos populares de democracia direta, essa articulação geraria uma “síntese política” dos vários sujeitos coletivos, impedindo que a sociedade civil seja atomizada pela dominação burguesa.

Coutinho fez uma síntese, num sentido dialético, do que seria a “democracia de massas”, contrapondo com a abstração liberal, que mistifica e oculta a hegemonia: “Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista

---

<sup>18</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 9, mar/1979.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> É preciso salientar que Coutinho não trabalhou nesses termos, nós que identificamos a partir das conclusões do autor essa possibilidade analítica via Williams.

com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (Aufhebung): a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda” (p. 40).

Pode-se concluir daí algo próximo do que Williams apresentou como cultura alternativa: “temos de reconhecer os significados e valores alternativos, as opiniões e atitudes alternativas do mundo, que podem ser acomodados e tolerados dentro de uma determinada cultura efetiva e dominante. Isso tem sido muito subestimado em nossas noções de uma superestrutura” (WILLIAMS, 2011, p. 55).

As mudanças nos processos históricos entre questões de época e questões históricas se dão pelo acúmulo destas para que haja uma alteração qualitativa naquelas.

A nossa compreensão do texto de Coutinho é de uma forma de cultura alternativa porque ele defendeu um reestabelecimento da democracia no Brasil preservando as características burguesas, ainda que apenas no primeiro momento. “Em termos de conteúdo, isso significa que as forças hegemônicas do novo regime liberal continuarão a ser, durante um certo tempo, os monopólios nacionais e internacionais [...] Mas isso não altera o valor dessas conquistas liberal-democráticas para as forças populares”<sup>22</sup>.

Neste ponto que residiu a polêmica com Adelmo Genro Filho, cuja resposta foi publicada no volume 17 com o ensaio “A democracia como valor operário e popular”<sup>23</sup>, no qual fazia uma defesa contrária à preservação das características burguesas no regime democrático. As propostas de Genro Filho soam menos alternativas e mais opositoras à cultura dominante. Para Williams, “o grau de existência dessas formas alternativas e opositoras é ele mesmo uma questão de variação histórica constante em circunstâncias reais” (2011, p. 55). Logo, ainda que as defesas de Genro Filho aparentemente confundam questões históricas com de época, as circunstâncias reais o levaram à oposição e não à alternativa.

Adelmo Genro Filho iniciou sua réplica a Coutinho propondo um novo título, pois a expressão valor universal para o autor era tipicamente liberal, ou seja, Genro Filho na perspectiva de Coutinho estabeleceu mecanicamente a relação entre universalidade da democracia e a dominação burguesa.

Os trabalhadores e as demais classes populares igualmente não estão interessados na permanência das “regras do jogo” da democracia formal. Estas, são apenas aspectos das reivindicações potencializadas objetivamente pela estrutura econômica existente [...] Noutras palavras, nenhuma força social atualmente no Brasil tem interesse numa estabilidade democrático-liberal como dimensão estratégica [...] Portanto, as palavras-de-

<sup>22</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. Op. Cit., p. 42.

<sup>23</sup> GENRO FILHO, Adelmo. A democracia como valor operário e popular. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 17, nov/1979.

ordem democrático-liberais não representam um “momento” da luta política em nosso País, nem uma etapa a ser cumprida. Mas não podem ser classificadas de “táticas” ou “instrumentais” por motivos diferentes daqueles indicados por Coutinho, que assume uma postura ético-metafísica ao opor “democracia” (para ele um valor universal) e “tática política” (um mero instrumento para alcançar um fim que lhe é absolutamente exterior).<sup>24</sup>

No lugar da adjetivação proposta por Coutinho, cuja referência vem de Lênin, Genro Filho afirmou a existência de dois substantivos diferentes, a essência que se adjetiva – democracia burguesa ou proletária –, colocando-a como valor universal impediria a ruptura como transformação revolucionária. A diferença da democracia como valor universal para aquela com valor operário está na qualidade.

Apesar da oposição às teses de Coutinho, o que mais se realça no ensaio de Genro Filho é a completa oposição à democracia burguesa, da onde não restaria nada a ser preservado e teria que haver um rompimento na qualidade das formas de se fazer política. “Há um valor – que não é liberal nem burguês – que pode ser indicado a priori como fundamento da democracia socialista, como antídoto do burocratismo: a mobilização constante da classe operária e demais camadas populares no exercício direto do poder” (p. 202).

Genro Filho, da nossa ótica, pretendia num processo de redemocratização estabelecer uma “tradição seletiva” (WILLIAMS, 2011, p. 54) como se a “democracia operária e popular” já estivesse vigente. Williams compreende tradição seletiva como a perpetuação da cultura dominante através de instituições, em que o ponto chave é a seleção: “a forma pela qual, a partir de toda uma área possível do passado e do presente, certos significados e práticas são escolhidos e enfatizados, enquanto outros significados e práticas são negligenciados e excluídos” (WILLIAMS, 2011, p. 54).

Coutinho e Genro Filho divergiram na forma de compreensão do *processo* histórico em si. “Ao invés de privilegiar a ruptura da democracia burguesa em relação ao socialismo – em função da mudança radical de seu conteúdo – Coutinho privilegia a continuidade”<sup>25</sup>. Se trouxermos o que falamos anteriormente da base como processo e alteração da qualidade da superestrutura, a abordagem de Coutinho aproximar-se-ia mais da compreensão de Williams das dinâmicas culturais, entendendo nesse ponto política e cultura como uma só forma, em uma palavra: superestrutura.

Williams não estabelece limites metodológicos para desenvolver análises históricas, interpretamos que cabe aos fatos em si imporem a necessidade de interpretação

<sup>24</sup> GENRO FILHO, Adelmo. A democracia como valor operário e popular. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 17, nov/1979, pp. 197-198.

<sup>25</sup> GENRO FILHO, op. Cit., p. 200.

ao conjunto da época. No caso deste trabalho, o nosso objetivo é mostrar o ocaso da intelectualidade tributária ao nacional-popular no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, a partir da *Encontros*, mas para isso precisamos antes demonstrar a existência de outros processos: a cultura dominante no seio da esquerda durante os anos 1960; a cultura emergente universitária na ditadura militar; o desenvolvimento da Indústria Cultural brasileira, que no processo histórico, assim como a universidade, tornou-se dominante. Ou seja, nos processos culturais históricos, os fatos se conjugam, o que Williams não apontou com maiores detalhes, não sendo possível atribuir – como na análise de época – um destaque específico, embora o autor tenha falado da necessidade de diferenciações. As mudanças culturais são processos, apesar de marcarmos aqui, a fins didáticos, temporalmente a dominância, emergência e residualidade dessas mudanças é preciso ter em mente que seu caráter não é mecânico, ao contrário, é orgânico.

Observamos um fato que indica a processualidade das dinâmicas culturais no ensaio de Carlos Nelson Coutinho, “Cultura e democracia no Brasil”, publicado no volume 17 da *Encontros*, em que o autor chama atenção da importância do capitalismo monopolista de Estado (CME) no processo histórico que levou à dominância da indústria cultural e emergência da universidade como o local do intelectual profissionalizado.

Segundo o autor, este tipo de capitalismo estimulou a “expansão e consolidação de uma poderosa indústria cultural em bases não só capitalistas (o que já vinha ocorrendo antes de 64), mas cada vez mais monopolistas e mesmo monopolistas de Estado. O processo atinge mais duramente os grandes meios de comunicação de massa, como a televisão, a grande imprensa, a produção de discos, o cinema”, e continua afirmando seus efeitos sobre o mercado editorial, “os efeitos da monopolização se fazem igualmente sentir sobre a indústria editorial e a produção teatral” (p.38). Veremos detalhadamente a relação do Estado, nesse caso, da ditadura militar, com o desenvolvimento da indústria cultural nas páginas a seguir.

Cabe, porém, destacar nesse momento a compreensão de Coutinho, em 1979, sobre os efeitos negativos exercidos por um tipo de capitalismo na intelectualidade brasileira, não só no domínio das “artes”, mas também na universidade. Sobre esta, afirmou o autor:

A Universidade – enquanto importante fator de produção e reprodução cultural – foi submetida não só a processos repressivos diretos, mas também a uma crescente “racionalização” em sentido capitalista, a formas de divisão de trabalho intelectual que,

adequando-se aos mecanismos da reprodução do capital, dificultam enormemente, em seu interior, a formação e sistematização de uma cultura crítica globalizante.<sup>26</sup>

Nessa passagem, destacada por Coutinho a partir do capitalismo monopolista de Estado, algumas instâncias na intelectualidade tornaram-se ainda mais residuais por não encontrarem na universidade espaço de atuação. Segundo o autor, uma das consequências mais nocivas, para além do “terreno cultural ideológico em si”, é a inanição da atividade artística no Brasil, pois tornou-se mais barato importar produtos culturais do que investir na produção local. E os artistas que ainda conseguiram trabalhar ficaram reféns das ordens da indústria cultural, em outras palavras, do capitalismo.

Williams define como residual aquilo formado no passado e ainda vivo no presente. Ele chama a atenção à diferença com o “arcaico”. “Qualquer cultura inclui elementos disponíveis do seu passado, mas seu lugar no processo cultural contemporâneo é profundamente variável” (1979, p. 125). O arcaico seria o componente totalmente reconhecido no passado, a ser observado e examinado como passado. O residual, embora também tenha sido formado no passado, ele ainda se faz “ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente” (1979, p. 125).

Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados a base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior. É importante distinguir esse aspecto do residual que pode ter uma relação alternativa ou mesmo oposta com a cultura dominante, daquela manifestação ativa do residual (distinguindo-se este do arcaico) que foi incorporada, em grande parte ou totalmente, pela cultura dominante. (WILLIAMS, 1979, p. 125).

Além disso, a cultura residual mantém certa distância da dominante, mas se essa cultura residual foi particularmente importante, é necessário que a cultura dominante absorva certos elementos, apesar de fazer isso com parcimônia, não podendo permitir que a cultura residual atue com demasiado protagonismo, pois assim corre o risco de perder seu posto de dominante. A cultura emergente é mais difícil de classificar, de acordo com Williams. Ele a entende como novos significados e valores, novas práticas, novas relações e tipos de relação. Entretanto, é preciso estar atento àquilo que realmente é uma cultura emergente e o que é manutenção da cultura dominante.

---

<sup>26</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e democracia no Brasil. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 17, nov/1979, p. 38

Williams usa como exemplo explicativo a “emergência” da classe operária, o que pode causar algumas confusões em suas próprias observações referentes a questões de época e questões históricas. Porém, compreendemos o uso da classe operária para fins metodológicos uma vez que esta explicação está em *Marxismo e literatura*, um livro deste caráter. Não há em Williams nessa obra um interesse em trabalhar a classe operária como cultura emergente abstratamente, ou seja, como questões de época. Já em *Cultura e sociedade*, ainda antes de sistematizar seu pensamento, ele detalha caso a caso como o surgimento do proletariado impacta na produção literária. O que está posto aqui “*é que nenhum modo de produção e, portanto nenhuma ordem social dominante, nunca na realidade, inclui ou esgota toda a prática humana, toda a energia humana e toda a intenção humana*” (WILLIAMS, 1979, p. 128 [itálico original]), permitindo dessa forma análises menos engessadas do que duas categorias que contemplam séculos de história (burguesia versus proletariado), e que podem fazer perder de vista o caráter materialista da concepção marxista da história.

A emergência de uma nova prática cultural não se dá apenas pela exclusão de uma classe pela outra, um grupo social por outro.

Não se trata apenas de uma proposição negativa, permitindo-nos explicar coisas significativas que acontecem fora, ou contra, o modo dominante. Pelo contrário, é um fato sobre os modos de dominação, que selecionam entre toda a gama da prática humana e, consequentemente, dela exclama. (...) O que importa, finalmente, no entendimento da cultura emergente, em distinção da cultura dominante e residual, é que ela não é nunca apenas uma questão de prática imediata. Na verdade, depende crucialmente de descobrir novas formas ou adaptações da forma. Repetidamente, o que temos de observar é, com efeito, uma emergência preliminar, atuante e pressionante, mas ainda não perfeitamente articulado, e não o aparecimento evidente que pode ser identificado com maior confiança (WILLIAMS, 1979, pp. 128-129).

Posto isso, cabe-nos partir aos acontecimentos que tornaram-se residuais e aqueles que tornaram-se dominantes. Neste momento destacaremos fatos em torno da indústria cultural, para nos capítulos seguintes aprofundar a discussão em torno do intelectual e do longo modernismo.

#### **1.4. A cultura nos anos 1960 enquanto dominante**

Em *Brasilidade revolucionária*, assim como em *Em busca do povo brasileiro*, Marcelo Ridenti mostra a coadunação existente entre os intelectuais e o Partido Comunista nas décadas de 1950 e 1960. Aponta o motivo dessa relação nas razões políticas mais amplas, como a possibilidade de contestação da ordem vigente num Brasil

extremamente desigual (2010, p. 61). Amadurecia, nos anos 1950, o sentimento de pertencer a uma comunidade cujos projetos revolucionários entrariam em curso. Intelectuais e artistas engajar-se-iam à causa (2010, pp. 86-87). A esse sentimento<sup>27</sup> – construído no período democrático: pós-Estado Novo e pré-golpe de 1964 – o autor categorizou como “brasilidade revolucionária”, concretizado na década de 1960. Havia no período a vontade de transformação: mudar a história e construir o “Homem Novo” (2010, pp. 87-88). As Ligas Camponesas, a Revolução Cubana e uma sociedade brasileira predominantemente rural, faziam uma classe média urbana acreditar que esse “Homem Novo” era o sujeito campesino. O universo rural passou a dominar as telas do cinema. O Cinema Novo retratou o momento: a temática da violência em “Deus e o diabo na terra do sol” (Glauber Rocha 1964) e “Os fuzis” (Ruy Guerra, 1964), a exemplo, seria uma exaltação revolucionária e terceiro-mundista. A “Estética da fome” de Glauber Rocha foi inspirada em Frantz Fanon e naquele momento houve um elogio às revoluções anticoloniais (2010, pp. 125-127).

Os cineastas comunistas prepararam o terreno para a hegemonia do Cinema Novo nos anos 1960 – que se colocava tarefas revolucionárias, mas já sem o didatismo e a submissão ao PCB, embora congregasse cineastas comunistas e ex-integrantes do partido. O Cinema Novo não seria possível sem a história anterior de disputas no campo fomentada pelos cineastas comunistas. Ou seja, cineastas formados nos anos 1950 sob influência do PCB viriam a ganhar hegemonia no cinema brasileiro na década de 1960 (RIDENTI, 2010, p. 73)

A consolidação de vários campos artísticos e intelectuais, segundo Ridenti, nos anos posteriores à década de 1950 só foi possível graças ao papel desempenhado pelo PCB, muitos dos quais compunham o partido ou eram próximos a ele, na pior das hipóteses eram simpatizantes, embora o autor pondere: “Muitos deles mudaram de convicção política no percurso” (2010, p. 83). O próprio Ênio Silveira era militante do Partido, apesar de não permitir a intrusão em suas publicações, gozava do prestígio por ele fornecido, assim como fornecia-o. Ora, assim como ficou demonstrado nas duas obras citadas de Ridenti, intelectuais de esquerda na década de 1960, pelo menos até o AI-5, endossavam as posições comunistas. Celso Frederico ao discorrer sobre a política cultural do PCB afirma que quem deu o tom da produção artística no pós-64 foram os intelectuais ligados ao partido; preocupados com o caráter nacional e popular da arte, exigiam um único front cultural no combate à ditadura e na luta pela democratização do país (2007,

---

<sup>27</sup> Ridenti usa a categoria “estrutura de sentimento” de Williams e cruza com a de “romantismo revolucionário” de Löwy e Sayre.

p. 344)<sup>28</sup>. Fato que permaneceu nos anos 1970 e pode ser observado na atuação do teatro de pecebistas em defesa do frentismo.

A defesa da frente ampla marcou a militância do PCB e de seus adeptos ao longo de todo o regime militar. No teatro, adotou-se estratégia similar, que se traduzia na linguagem artística através da defesa do diálogo e da conscientização do público a fim de ganhá-lo para o projeto frentista [...] Dessa maneira, não é de se espantar que, dentro do contexto que se apresentava na década de 1970, os dramaturgos comunistas defendessem a realização de seus espetáculos dentro do circuito comercial e das grandes salas de teatro. Para os comunistas, não fazia sentido se fechar em pequenas salas; para a realização de seu projeto, era necessário falar ao máximo de pessoas possível (ROSELL, 2018, p. 141).

Rosell aponta para uma reatualização do projeto frentista nos anos 1970 na esfera da dramaturgia, cuja expressão nas peças indicava as condições históricas objetivas da época, ou ao menos as análises dos comunistas. Na *Encontros*, a expressão do frentismo pode ser observada com a presença de teóricos ligados às Comunidades Eclesiais de Base, novo sindicalismo e à universidade, cada vez mais presentes.

Apesar disso, o novo projeto editorial da *Civilização Brasileira* não deixou de remeter em sua forma de atuação aos anos 1960, cujo perfil de intervenção na realidade associava-se ao intelectual engajado sartriano (SARTRE, 2004). Hallewell, ao destacar o processo de redemocratização, interpreta as duas revistas como uma só: “Ênio Silveira pôde lançar a sua revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, o que equivalia a ressuscitar a antiga Revista da Civilização Brasileira de 1965-1968; até o editor (Moacyr Félix) era o mesmo” (1985, p. 505).

Logo, ainda que Ênio e Félix buscassem uma atuação ampla, em favor das “liberdades democráticas”, fizeram-na num contexto em que não havia uma unidade intelectual, como a cultura revolucionária de esquerda da década anterior.

Nos anos 1960, havia entre a intelectualidade brasileira uma preocupação com um projeto diferente de mundo, baseado no “Homem Novo”, cuja concretização dar-se-ia através da revolução, como vinha acontecendo na África com as revoltas anticoloniais e como demonstrara a Revolução Cubana. Isso ocasionou uma esfera pública de debate

---

<sup>28</sup> Em 1969, o PCB começou a organizar o VII Congresso do partido, e formou uma comissão de trabalhadores intelectuais para produzir um extenso relatório sobre a cultura brasileira. Havia o interesse de construir as bases numa sólida política de cultura e o que seria necessário para combater a ditadura, que um ano antes esmagara os artistas e intelectuais com o AI-5. O projeto compôs-se de quatro pilares: 1) situação da cultura e da intelectualidade: dados gerais; 2) cultura e ideologia; 3) cultura e política; 4) o clube [partido], a cultura e os intelectuais. “Pela primeira vez, a definição de rumos para a política cultural surgia como necessidade básica num partido que sempre desfrutou de prestígio com os artistas e intelectuais, embora não soubesse exatamente como incorporar esse segmento a suas fileiras [...] E mais ainda: implicava romper com a ‘tradição’ de instrumentalizar os intelectuais e artistas, ou de deixá-los entregues à mera luta reivindicativa no interior de suas entidades profissionais” (FREDERICO, 2007, p. 355).



mais coesa. Citamos especificamente o caso do cinema, mas junto dele vinha toda a esfera cultural e seus intelectuais. *Em busca do povo brasileiro* é exemplar neste sentido, cujo subtítulo nos poupa maiores explicações: “artistas da revolução, do CPC à era da TV”.

É no trabalho de Rodrigo Czajka (2005), contudo, que encontramos esse debate em sua forma mais bem acabada. A partir do conceito habermasiano de “esfera pública”, o autor procura – entre outros aspectos – mostrar como os debates político e cultural se vincularam na Revista da Civilização Brasileira. Segundo Czajka, houve a “formação de um diálogo entre colaboradores e leitores que buscavam, antes de tudo, constituir um espaço legítimo de interlocução na esfera da cultura” (2005, p. 103) e “a esfera cultural (num plano mais amplo) e a RCB (numa perspectiva mais específica), permite abrir o leque de debates, ao mesmo tempo em que une várias tendências políticas e ideológicas em torno de um só objetivo: o restabelecimento do processo democrático” (2005, p. 99). Ou seja, há aqui a comunhão entre o que foi apresentado por Ridenti (a esfera cultural num plano mais amplo, o que inclui teatro, cinema, música, artistas e intelectuais de maneira geral) e o que o próprio Czajka buscava – o leque de debates com várias tendências políticas e ideológicas em torno de um só objetivo materializado na RCB.

Essa esfera pública preenchida materialmente por debates e produções artísticas pode também ser interpretada – e defendemos o dever desta interpretação – pelo viés da indústria cultural. Ao mesmo tempo em que os intelectuais buscavam o “restabelecimento do processo democrático”, dito por Czajka, eles contribuíram com o processo ainda que indiretamente da indústria da cultura que foi definitivamente estabelecida nos anos 1980, como aponta Renato Ortiz em *A moderna tradição brasileira*. A utopia nacional-popular das décadas de 1940, 1950 e 1960, ou seja, o período de construção da brasilidade revolucionária de Ridenti (1946-1964), transformou-se na ideologia da indústria cultural dos anos 1970 e 1980. Ridenti fala em declínio de uma estrutura de sentimento (2010, pp. 104-105) – Williams diz que toda vez que uma estrutura de sentimento entra em declínio outra emerge, ou seja, é a movimentação dialética do materialismo cultural entre as culturas residual, emergente e dominante – acima, apontamos sobre o tema a compreensão de Coutinho, e mesmo nos capítulos seguintes nós abordaremos a discussão pelo viés do ocaso do intelectual nacional-popular e o surgimento do “novo intelectual” dos anos 1980 (capítulo 2), e fim do longo modernismo (capítulo 3).

O debate em torno da indústria cultural é essencial à compreensão do fenômeno ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980, ou seja, a passagem de uma cultura nacional-popular e revolucionária dominante na esquerda intelectualiza brasileira a uma indústria

cultural que aglutinou uma gama desses intelectuais, e com ela conseguiremos mostrar o relativo fracasso da *Encontros* citado por Ênio Silveira no voo do albatroz<sup>29</sup>.

De forma preliminar à discussão sobre indústria cultural, citemos a incompatibilidade entre as duas revistas da *Civilização Brasileira*: em entrevista a Luiz Renato Vieira, Ênio Silveira afirmou o caráter mais profissional da *Encontros* no que tange os aspectos editoriais, o que podemos atribuir ao avanço da indústria cultural e a especialização da cultura como mercadoria. Embora, também tenha dito que a revista não teve na intelectualidade da época, o mesmo impacto. Vieira atribui o insucesso da *Encontros* a dois fatores: 1) a desmobilização por parte da ditadura com quinze anos de censura e violência; 2) a um não alinhamento com a primeira revista. Apesar de a *Encontros* tentar recuperar a RCB, não conseguiu. “Embora a nova revista ainda divulgasse artigos de vários dos antigos colaboradores da Editora, tinha orientação ideológica menos definida e não teve repercussão, no meio cultural, comparável àquela que a precedeu” (VIEIRA, 1998, pp. 183-184). Vieira não descarta, entretanto, as “substanciais modificações ocorridas no ambiente político e intelectual no período que separa as duas publicações” (1998, p. 184), hipótese que tendemos nesta pesquisa a insistir e será debatida com mais atenção nos capítulos 2 e 3; embora não descreva e elabore a quais substanciais modificações se refere. Cristiano Couto discorda de Ênio Silveira sobre as mudanças ideológicas. O autor demonstra que o editor nos primeiros editoriais de cada revista (RCB e *Encontros*) pontua o princípio do não-sectarismo enfaticamente, o que desestabiliza o argumento ideológico da revista, dito por Vieira como carência de “uma identidade mais definida” (1998, p. 184). Contra isso, Couto diz:

Ainda que tenha mesmo havido essa presumível perda de identidade, sua verificação não é tão clara e linear quanto se poderia pensar. Como quer que seja, a primeira coleção, ao longo do tempo em que circulou, não ficou fossilizada dentro de uma cápsula de pureza ideológica; oscilou, passou por desvios. Não faltam análises que identifiquem com exatidão as flutuações da coleção dos anos sessenta<sup>30</sup> (2013, p. 57).

<sup>29</sup> Esse é um dos tópicos que levantamos, não é o único. No capítulo 3, por exemplo, trabalhamos com Napolitano que discorda da perspectiva da indústria cultural como “responsável” pela desintegração das esquerdas que assistiu-se a partir dos anos 1970. Segundo o autor é necessário “repensar a relação entre arte, política, instituições e mercado, revisando a lógica linear e sucessória – marcada por uma ‘antes’ íntegro e pelo ‘depois’ corrompido” (2014, p. XLVI).

<sup>30</sup> A mais famosa interpretação sobre as flutuações ideológicas da Revista da *Civilização Brasileira* está em *A ideologia da cultura brasileira*, de Carlos Guilherme Mota, cujo argumento é a divisão da revista em duas fases: a primeira de 1965 e 1966, em que as publicações estavam mais vinculadas ao nacional-desenvolvimentismo, chamado por Mota de “período anterior”; a segunda fase, 1967-1968 (até o fechamento), onde há a crítica ao momento anterior e “revisões radicais” das análises nas palavras de Mota, classificadas por ele como “mais sociológicas e científicas” e “menos panfletárias”. Trocando em miúdos, o autor exalta a publicação na revista dos intelectuais de São Paulo, notadamente os da USP, caracterizados como “mais lúcidos” (MOTA, 1985, pp. 205-207).

Concordando ou não com as oscilações ideológicas das revistas, pensamos que o argumento central para explicar o sucesso de uma e o fracasso da outra deve ser encontrado noutros lugares: um deles é o desenvolvimento da indústria cultural brasileira e a absorção dos intelectuais realizada por ela e pelas universidades. “Assim, mais do que possíveis defecções ideológicas ou ocasionais concessões de um espírito contemporizador, a tépida recepção de *Encontros* teve muito mais que ver com a erosão de valores que definiram uma época” (COUTO, 2013, p. 65), que aqui chamamos de “longo modernismo” (NAPOLITANO, 2014) e discutiremos no terceiro capítulo.

### **1.5. Autonomização dos escritores, mercado editorial e indústria da cultura**

Mais uma vez é preciso recuar antes de entrar no debate específico dos anos 1960 a 1980, pois o processo de autonomização dos escritores no Brasil não se dá na mesma forma como a descrita no início do capítulo.

Em linhas gerais, o escritor europeu no século XIX conseguiu se desvincular das formas de patronato a partir da ascendência de um público leitor, permitindo-lhe a recusa da servidão ideológica. Com a emergência do público foi favorecida a consagração da obra literária a partir da quantidade de leitores, isso impôs um dilema, haja vista o comportamento “antimercado” por parte desses intelectuais, pois ao mesmo tempo em que os leitores deram a independência, fizeram dos escritores trabalhadores como outros quaisquer, em outras palavras, como todos os trabalhadores no sistema capitalista, eles se proletarizam – Williams chega a apontar que a proletarização dos escritores criou um desejo nostálgico da volta da patronagem.

Essa proletarização desenvolveu a necessidade de se desvencilhar da literatura de massa, foi quando a crítica literária emergiu como substrato intelectual da arte pela arte na literatura. Williams demonstrou isso em *Cultura e sociedade*, nesse momento histórico figuras como I.A. Richards e F.R. Leavis surgiram. E como em todo o avanço do capitalismo e da burguesia, o livro e a imprensa alcançaram escalas industriais. Na França, por exemplo, o Antigo Regime compunha um total de 30% de alfabetizados; em 1890, eram 90%, com quase 15 mil títulos publicados. Na Inglaterra, no mesmo ano, eram 300 mil exemplares de jornais que circulavam diariamente. Com esse volume industrial, o escritor se mostrou insatisfeito com a cotação do mercado como medida de valor estético. Daí, criou-se uma separação entre uma massa de consumidores (não-intelectualizados – no sentido “arrogante” contemporâneo, como assinala Williams) e

uma minoria de especialistas. Basicamente houve o processo consciente de alienação do conhecimento. Este argumento está também nas primeiras páginas de *A moderna tradição brasileira*; Renato Ortiz mostra a importância dele para diferenciar o caso brasileiro.

Não houve, por aqui, uma autonomização dos escritores em contradição com a literatura de massa devido aos baixíssimos índices de alfabetização. Não era possível viver de literatura sob as égides do mercado. Os números no Brasil são invertidos dos europeus, 84% da população era analfabeta em 1890. Em 1940, mais do que a maioria ainda não sabia ler, 54%. Entre 1900 e 1920 foram publicados 92 títulos entre romances, novelas e contos, uma média de sete por ano, cada um com uma tiragem média de mil exemplares. Não podendo assumir a profissionalização da escrita, muitos buscavam nos cargos públicos a saída econômica, embora de forma bastante embrionária, poderíamos argumentar certa residualidade, como Williams compreende, nesta questão e estabelecer um paralelo com as atividades universitárias: não são raros os escritores que encontraram na cátedra a alternativa econômica. Por isso, Ortiz afirma que “entre nós as contradições entre uma cultura artística e outra de mercado não se manifestam de forma antagônica” (1999, p. 29). Ao longo do século XX isso permaneceria e aprofundar-se-ia. É o que tentaremos mostrar a seguir, o mercado absorveu o produtor de cultura. Ortiz compreende o fenômeno positiva e negativamente: o lado bom é a existência de um lugar para produção de cultura, o mau é ele estar basicamente regulado por empresas privadas, impedindo produtos contestadores (1999, pp. 28-29).

Descompassando um pouco de Marcelo Ridenti, Ortiz identifica elementos de uma indústria cultural brasileira nos anos 1940, contudo constrói seu argumento com cautela, considerando haver num primeiro momento uma cultura popular de massa incipiente para posteriormente essa mesma cultura se efetivar como indústria cultural.

Para demonstrar a incipiência da cultura popular de massa, Ortiz apresenta dados estatísticos que apoiam o seu entendimento sobre indústria cultural no Brasil: entre 1936 e 1944, houve um crescimento de 46,6% no setor livreiro, o qual fora impulsionado pela implantação da produção de papel, entre 1944 e 1948, o aumento chegou a 31%. O número de livros editados entre 1938 e 1950 cresceu 300%; no espaço de uma década, as editoras dobram. Podemos considerar também o número de emissoras de rádio: em 1944 eram 106, em 1950, 300<sup>31</sup> (1999, p. 43).

---

<sup>31</sup> Ortiz traz em detalhe vários números da produção de cultura até a década de 1950 nessa parte do livro, mais adiante ele atualiza-os assim que temporal, sociológica e historicamente mostram-se necessários. Na página 46, por exemplo, há uma tabela com o número de exemplares de livros vendidos.

A questão imposta, que causa certa confusão na análise de Ortiz, é se o aumento na produção de cultura é significativo para constituir uma indústria cultural. Segundo ele, ainda é duvidoso afirmá-la categoricamente na década 1940, pois de acordo com o conceito adorniano<sup>32</sup>, as bases materiais eram escassas para que os indivíduos fossem atomizados e integrados a partir da indústria da cultura. O raciocínio do filósofo alemão de que na sociedade moderna os espaços privados são invadidos através da racionalidade cultural e integrados a ela ainda não se adequava àquele momento brasileiro (ORTIZ, 1999, pp. 48-49). Além disso, para haver uma sociedade de massas, é preciso de um Estado Nacional, o que ainda não estava exatamente consolidado nos anos 1940. Seguindo Ortiz, o processo de centralismo nacional da Revolução de 1930 preservou a característica regionalista, cabendo a Getúlio Vargas a reorientação das forças. O autor destaca que o esforço de integração que passou a acontecer principalmente nos anos do Estado Novo não pode ser confundido com a realidade de uma sociedade de massa, um exemplo disso é a Rádio Difusora, marcadamente regionalista até a década de 1950, em contraposição à Rádio Nacional que exercia um dos principais papéis de penetração no “foro íntimo” com o objetivo de criar a racionalidade exigida pela indústria cultural adorniana clássica (ORTIZ, 1999, p.54).

A década de 1960, no entanto, apresentaria fatores mais delineados de uma indústria cultural, cujos destaques foram a televisão e o cinema. Em referência aos anos 1960 e 1970, Renato Ortiz não tergiversa, diz que eles “se definem pela consolidação de um mercado de bens culturais” (1999, p. 113). Houve um movimento em bloco em todo o setor cultural, cujos números apresentaremos logo adiante.

Quem criou a racionalidade exigida da indústria da cultura no país foram os militares, ao que define Ortiz como “modernização conservadora”, a qual se deu via Ideologia da Segurança Nacional, cujo objetivo era integrar o país incentivando e coagindo culturalmente. Não à toa, são criadas várias empresas “culturais” (Embrafilme, Embratel, Funarte, Instituto Nacional do Cinema etc.), mais ou menos como ocorreu com Vargas, que também tinha por objetivo modernizar o Brasil, à época criou as bibliotecas, os museus, Instituto Nacional do Livro etc. Ambos deixaram recair a visão autoritária sobre a cultura a partir da censura e do incentivo, ainda que pareçam contraditórios. A

---

<sup>32</sup> Apesar de Theodor Adorno e Max Horkheimer terem desenvolvido a definição de indústria cultural, não nos alongaremos no debate conceitual da Escola de Frankfurt para não desvirtuarmos a intenção da nossa argumentação. Para isso, ver: ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

fundamental diferença entre os militares e Vargas seria a relação orgânica entre aqueles e o setor empresarial, muito em vista devido ao novo momento econômico vivido, 1964 não foi apenas um golpe, como a história mostrou nos seus 21 anos, os militares realizaram uma modernização autoritária capitalista, e nada poderia casar melhor para os empresários. Os militares interessavam-se politicamente pela integração nacional ao passo que a burguesia brasileira gozava dos aspectos econômicos.

Como a ideologia da Segurança Nacional é “moralista” e a dos empresários, mercadológica, o ato repressor vai incidir sobre a especificidade do produto. Devemos, é claro, entender moralista no sentido amplo [...] se tivermos em conta que a indústria cultural opera segundo um padrão de despolitização dos conteúdos, temos nesse nível se não uma coincidência de perspectiva, pelo menos uma concordância (ORTIZ, 1999, p. 119).

Mas isso nos remete a uma frase de Williams quando ele discorre sobre os meios de produção da cultura: “Não havia maneira de ensinar um homem a ler a Bíblia [...] que também não o capacitasse a ler a imprensa radical” (2000, p. 109). A tradução para o contexto brasileiro é *ipsis litteris*, e cabe tanto ao “consumo” quanto à produção de cultura. Os intelectuais progressistas também se beneficiaram da modernização autoritária, o caso da Revista da Civilização Brasileira é exemplar. É já famosa a história contada por Ênio Silveira: Sartre quando veio ao Brasil, ficou chocado com os 20 mil exemplares vendidos número a número do periódico em formato livro com mais de 300 páginas, à época o francês editava *Les Temps Modernes* e tinha dificuldades para vender 3 mil. O editor brasileiro se orgulhava e dizia, *a posteriori*, que não havia biblioteca no mundo que não gozasse de uma coleção da RCB.

Agora olhemos os números, se tomarmos 1965, ano que começou a circular a RCB, os exemplares da indústria editorial quadruplicaram em vinte anos, sendo que a população no período apenas dobrou. É bem verdade que esse número foi bastante impulsionado pela imprensa burguesa, mas não importa porque o investimento no parque industrial editorial não fazia distinção em quem investir, deixava isso a cargo da censura da ditadura na parte da publicação, e não foram raros os casos de livros após terem sido editados e impressos tiveram a sua distribuição proibida, para não falar nos recolhidos.

O setor livreiro beneficiou-se de uma política governamental de produção de papel para reduzir o custo da produção. Em 1967, 91% do papel para livro era fabricado no Brasil; um ano antes, o governo havia criado o GEIPAG, órgão para gerir a política da indústria gráfica, auxiliando na importação de maquinário para impressão (ORTIZ, 1999, p. 122).

Em 1972, a indústria editorial teve um volume de publicação considerável. Com 98 milhões de habitantes, 136 milhões de livros foram publicados, o equivalente a 1,3 livro por pessoa. Ao final da década, foram publicados 222,6 milhões, ou 1,8 por habitante. Ao longo dos anos 1970, a indústria editorial alavancou a tiragem de 80 milhões, em 1971, para os 222 milhões, em 1979 (REIMÃO, 1996, p. 58). Ainda que a média dos EUA, por exemplo, fosse de dez livros por habitante, o salto em uma década é considerável.

Renato Ortiz entende que não é apenas a quantidade que interessa para a constituição da indústria cultural – embora, obviamente, não seja nem um pouco desprezível – e sim a especialização do mercado<sup>33</sup>. Em relação às revistas, o autor cita inúmeras do grupo de Victor Civita, a Editora Abril, com suas revistas especializadas, o mercado faticou-se e especializou-se, uma das principais marcas da indústria cultural. Em meados da década de 1970, a editora dispunha de 80 periódicos.

O grupo dos Civita também se beneficiou no final dos anos 1970 com a rede de bancas que tinha a sua disposição para comercializar livros e fascículos. Enquanto em 1973, apenas 2,2% dos livros comercializados eram vendidos em bancas, em 1979, esse número saltou para 20,9%. A Abril tinha uma rede de 18 mil bancas onde fazia a distribuição das revistas, e a partir dela conseguiu comercializar seus livros e fascículos, como as coleções “Os pensadores” (1974, cuja venda alcançava 100 mil exemplares por semana) e “Os economistas” (1982) (HALLEWELL, 1985, p. 568). Em 1978, “As tiragens [de fascículos] oscilavam entre cinquenta mil e quinhentos mil exemplares. Um claro caso de industrialização profissional da produção e da comercialização editorial” (REIMÃO, 1996, p. 63).

Apesar da rede da Abril, Reimão pondera o prejudicado acesso aos livros devido à “má comercialização e distribuição dos mesmos, considerada a pequena rede nacional de livrarias e pontos de vendas de livros” (1996, p. 80). Fato que pode ser observado nas vendas da Civilização Brasileira, segundo Galucio a distribuição dos livros da editora acontecia majoritariamente na região sudeste (78%): 50% no Rio de Janeiro; 20% em São

---

<sup>33</sup> Mais sobre o assunto pode ser visto em Miceli (1994). O autor aponta que a indústria cultural no início dos anos 1980 era uma parte importante para a consolidação dos interesses das atividades industriais e financeiras e um mecanismo indispensável eleitoralmente. “A indústria cultural brasileira constitui um dos móveis centrais da competição econômico-empresarial, político-institucional e doutrinário-simbólica” (MICELI, 1994, p. 50). Mais adiante diz: “A indústria cultural brasileira é parte integrante dos sistemas econômico, político e cultural, não apenas como instância difusora de estratégias de marketing, de vendas e de imagens públicas, mas também como um grupo dotado de interesses próprios que tem se mostrado capaz de ampliar seu espaço, seu potencial de fogo político e sua influência cultural, seja no interior da classe dirigente seja no conjunto da sociedade brasileira” (p. 54).

Paulo; 8% em Minas e Espírito Santo; 7% na região Sul; 5% no Norte (Acre, Amazonas e Pará); 5% no Nordeste; e 5% no Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso e Goiás) (GALUCIO, 2009, p. 167). Hallewell cita, em 1984, em torno de 300 “boas livrarias” e 250 editoras, o que indica, não obstante a industrialização do mercado, a presença do “livreiro-editor” (1985, p. 559).

A passagem dos anos 1970 aos 1980 mostrou uma profissionalização do mercado editorial a dificultar o “modelo de negócios” empreendido pela Civilização Brasileira, e impactou na circulação da *Encontros*, que encerra as atividades no mesmo ano em que a editora é vendida para o grupo DIFEL.

Em 1976, a tiragem média da editora era de 3500 exemplares e 100 títulos por ano, o que dava um volume de 350.000 livros ao ano, o que a Abril conseguia fazer em apenas três semanas com a coleção “Os pensadores”. Outro caso é a Brasiliense, que após quase falir em 1973-1974, em 1981 publicou 415 títulos totalizando dois milhões de exemplares. A reestruturação da Brasiliense e o sucesso editorial deve-se principalmente à coleção “Primeiros Passos”; só o livro “O que é ideologia”, de Marilena Chauí, vendeu 120.000 exemplares; e os primeiros cem títulos da coleção venderam 1.400.000 exemplares (HALLEWELL, 1985, p. 556).

A Civilização Brasileira “era uma empresa exclusivamente do ramo editorial; não tinha capital estrangeiro; era administrada por proprietário; funcionava em prédio próprio; não possuía gráfica” (GALUCIO, 1996, p. 167) e a maneira que Ênio Silveira compreendia seu negócio não entrava em consonância com a industrialização do mercado editorial.

Um editor não é um mero mercador de livros, não é um açougueiro que enrola a carne em papel; é alguém que procura colocar a causa à frente dos interesses comerciais. No meu caso foi assim, por isso me dei mal em termos econômicos e financeiros. Se o editor for apenas um comerciante, ele pode ganhar dinheiro, ser feliz etc., mas não presta um grande serviço cultural e político [...] Tudo o que pude fazer, fiz; fui até o fim e começaria tudo de novo. Não é ato de heroísmo; é um ato de consciência. Então, lutar contra a ditadura foi para mim algo visceralmente necessário (SILVEIRA, 2014, pp. 190-191).

Como a Civilização Brasileira enfrentou um longo período de repressão e desgaste na ditadura, “num processo sistemático de apreensão de obras, inquéritos e investigações sobre publicações consideradas ameaças à segurança nacional” (CZAJKA, 2020, p. 163), a bancarrota esteve sempre há um passo<sup>34</sup>, sustentar o negócio ficou cada vez mais difícil

---

<sup>34</sup> Ênio Silveira sofreu “uma série de intervenções com apreensões de obras ainda em fase de produção e chegar à situação-limite do impedimento de concessão de empréstimos bancários para financiar suas edições” (CZAJKA, 2020, p. 165).



para Ênio Silveira, mesmo depois de algum afrouxamento político no final da década de 1970. Em 1981, ele anunciou a procura de um sócio que pudesse injetar capital, mas ninguém se interessou; naquele ano, apenas um volume da *Encontros* foi publicado, concomitante às dificuldades financeiras. Em 1982, aceitou a oferta operacional da DIFEL, e o Banco Pinto Magalhães (português) e outra pessoa jurídica (também portuguesa) adquiriram 90% do capital da *Civilização Brasileira*, ficando 10% para Ênio (HALLEWELL, 1985, p. 509).

Apesar desse cenário outonal, a editora conseguiu publicar os 29 volumes da *Encontros* e emplacar alguns livros entre os mais vendidos. Flamarion Maués destaca a volta de publicações de livros mais críticos à ditadura por parte de editoras já estabelecidas no mercado editorial, como a própria *Civilização Brasileira*, a *Brasiliense*, a *Vozes* e a *Paz e Terra* (fundada por Ênio Silveira e Moacyr Félix para divulgação de livros ecumênicos de esquerda, e vendida a Fernando Gasparian, em 1975). Além disso, na esteira da abertura “editoras surgiram com o projeto de publicar livros com claro caráter político. Alguns exemplos são as editoras Alfa-Ômega, Global, Edições Populares, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Hucitec, L&PM, Graal, Codecri, Vega e Livramento, entre outras” (MAUÉS, 2014, p. 92). Com a profissionalização e a especialização do mercado editorial, as publicações aderiram caracteres setoriais ainda mais definidos. O que nos leva a lançar uma hipótese de mais um fator em relação à quebra da *Civilização Brasileira*: sua maneira de intervir politicamente como “editora de oposição”<sup>35</sup> (MAUÉS, 2014, p. 95) cumpria um modelo habilidoso e eficaz, mas referente aos anos 1960. De 1975 em diante, o desenvolvimento da indústria cultural e de outros fatores como a predominância da universidade (como abordaremos no capítulo seguinte) passaram a exigir formas distintas de “engajamento”.

Não é só no mercado editorial que vemos o avanço da política pública em comunhão com as empresas privadas. No cinema, com a criação do Instituto Nacional do Cinema, em 1966, a futura Embrafilme, a produção se expandiu. Entre 1957 e 1966 eram produzidos 32 longas por ano em média. No triênio 1967-1969 a média foi para 50 filmes. E quando a Embrafilme foi fundada, em 1969, o aumento foi ainda mais vertiginoso. Em 1975, foram 89 filmes; aumentando para 103, em 1980. Ortiz aponta um gráfico em que assistimos ao ano de 1975 como o pico de salas de cinema no Brasil, com quase 3500. Os espectadores chegaram ao auge no ano seguinte, 250 milhões (1999, pp. 124-126).

---

<sup>35</sup> Flamarion Maués aborda o tema em: **Livros contra a ditadura**: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher, 2013.

No mercado fonográfico foi vertiginosa a curva de ascensão. Entre 1967 e 1980 houve um aumento de 813% na venda de toca-discos. O faturamento das empresas fonográficas entre 1970 e 1976 cresceu em 1375%. A penetração foi igual com a televisão, que assistiu na década de 1980 o início real do seu mandato soberano até a era da internet. Em 1970, 4.259.000 casas tinham televisão, o que já significava que mais da metade da população brasileira (56%) acessava a tela. Em 1982, ano que a *Encontros* deixa de circular e a *Civilização Brasileira* é vendida, 73% dos brasileiros assistiam televisão, ou seja, 15.855.000 domicílios (ORTIZ, 1999, pp. 127-130)<sup>36</sup>. “Se nas décadas de 1940 e 1950 faltava às emissoras de rádio e de televisão o traço integrador para caracterizá-las como uma indústria cultural, temos agora [a partir dos anos 1970] uma transformação” (ORTIZ, 1999, p. 132), ocasionada por duas questões fundamentais: a primeira: em 1969, com o investimento estatal passou a ser possível a transmissão em rede, gerando a segunda, cujo traço é um dos principais da indústria cultural: a padronização. Ortiz menciona que não só os programas e a publicidade ganham um padrão, mas até a voz dos apresentadores (1999, p. 134). Adorno e Horkheimer afirmam que “Distinções enfáticas, como entre filmes de classe A e B, ou entre histórias em revistas a preços diversificados, não são tão fundadas na realidade, quanto, antes, servem para classificar e organizar os consumidores a fim de padronizá-los” (2011, p. 186).

No ensaio “Cultura e democracia no Brasil” citado anteriormente, Coutinho identificou nesse processo de industrialização da cultura uma forma de eclipsar a supressão da produção artística: “esse processo de monopolização da indústria cultural gerou uma forte expansão *quantitativa* dos chamados bens culturais, o que, antes de mais nada, serviu para ocultar o fenômeno do vazio cultural, que é obviamente um fenômeno de natureza *qualitativa*”<sup>37</sup>.

Ao traçar uma discordância com os frankfurtianos, Ortiz diz que os “produtos” da indústria cultural encerram em si um “valor de uso”, logo ainda que industrializada a cultura não deixa de ser cultura para se tornar só mercadoria (1999, p. 146). Essa é uma tensão que levar-nos-ia a discutir o fetiche da mercadoria em Marx, haja vista a afirmação de que tudo na sociedade capitalista é mercadoria. Entretanto, apesar da absoluta pertinência deste debate, o ponto de encontro entre os frankfurtianos, Ortiz e Williams é

---

<sup>36</sup> Miceli destaca o aumento vertiginoso dos 600.000 em 1960 para chegar aos 18.700.000 em 1988 (1994, p. 47).

<sup>37</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e democracia no Brasil. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 17, nov/1979, p. 38

onde mora o nosso interesse: Ortiz afirma que o popular na moderna sociedade brasileira passa a se identificar com o que é mais consumido, dessa forma a lógica de mercado despolitiza o debate e aceita o consumo como categoria principal para se medir a relevância dos produtos culturais. A cultura nacional-popular seria substituída pela de mercado-consumo (1999, p. 165), com isso há a desintegração da esfera pública de debate em que cultura e política se uniam numa só, como apontou Czajka. E mostraremos nos capítulos posteriores como isso traz consequências e a perda de espaço dos intelectuais que veem o nacional-popular naufragar para submergir o sindicalismo e os movimentos de base, representados principalmente pelo PT e os novos intelectuais.

Os temas apresentados em Ortiz, Ridenti, Czajka e mesmo em Williams ocuparam ensaios da *Encontros*, que compreendeu a pertinência no final dos anos 1970 da indústria cultural na alteração da organização da cultura. O já citado ensaio de Coutinho é um exemplo do entendimento das mudanças em movimento naquele período quando determinadas manifestações culturais deixavam de ocupar o lugar central na “relativa hegemonia de esquerda” (SCHWARZ, 1978) e os intelectuais passaram a disputar espaços entre si e com as instituições do capitalismo monopolista de Estado, para usar a argumentação do próprio Coutinho.

Carlos Eduardo Lins da Silva, no volume 25, no ensaio “Indústria cultural e cultura brasileira: pela utilização do conceito de hegemonia cultural”<sup>38</sup>, convocou o tema com a proposição de analisá-lo pelo viés de “cultura hegemônica”, como o título indica, pois para ele “não haveria como distinguir indústria cultural de cultura brasileira, se houvesse *uma* cultura brasileira. Se houvesse *uma* cultura brasileira, a indústria cultural seria parte dela” (p. 178 [grifo original]).

Lins da Silva argumentou que a redução de todos os fenômenos culturais do Brasil edificadas em torno de uma “cultura nacional” serviram como “um instrumento de escamoteamento da realidade, de mascaramento das diferenças de classe, raça e região, de exercício da hegemonia da cultura dominante” (p. 178). Para o autor, não haveria uma cultura brasileira em oposição à indústria cultural porque haveria forças contra-hegemônicas, ou seja, diversas manifestações que não gozariam do monopólio cultural.

Delineados os aspectos quantitativos da produção de cultura, cabe-nos ver o impacto entre os intelectuais. Sobre os artistas, Marcelo Ridenti (2014, p. 37) cita que

---

<sup>38</sup> SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Indústria cultural e cultura brasileira: pela utilização do conceito de hegemonia cultural. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 25, pp. 167-194

uma das principais mudanças com o avanço da indústria cultural foi a exigência de tomadas de posição. O protagonismo político e posições críticas foram exigidos dos artistas, mas as causas, buscadas pelo autor em Michael Löwy, aplicam-se aos intelectuais no sentido williamsiano, dessa forma, àqueles que publicaram na *Encontros*.

Löwy explica a partir de argumentos que já expusemos de uma forma ou de outra. Havia um caráter anticapitalista da pequena-burguesia, fração de classe da qual a maioria dos intelectuais fazem parte. Pode-se partir de duas matizes a ético-cultural, ou seja, mais geral, e as político-morais, mais específicas.

Sobre as primeiras, Ridenti recorrendo a Löwy aponta três fatores: 1) caráter pré-capitalista do trabalho pequeno-burguês, rompido com o capitalismo; 2) proletarização dos intelectuais e da pequena-burguesia; e (3) conflito entre o jacobinismo pequeno-burguês (definido como uma amálgama entre moralismo romântico e democracia plebeia) e o liberalismo individualista da burguesia (2014, p. 39).

As causas mais específicas dizem respeito a dois pontos que se desdobram: 1) contraste entre universo intelectual e capitalista; 2) abismo entre as tradições humanistas da cultura clássica e a realidade concreta desumanizada da sociedade burguesa-capitalista (2014, p. 39). Isso geraria um anticapitalismo entre intelectuais, no início do capítulo chamado de industrialismo, que poderia aproximá-los espontaneamente de causas revolucionárias ou serem catalisados por algum movimento histórico. No caso específico da década de 1960, os movimentos históricos catalisadores foram as revoluções anticoloniais no Terceiro Mundo, mais a Revolução Cubana e a repulsa ao capitalismo representada na Guerra do Vietnã.

Mas concretizada a indústria da cultura, o intelectual brasileiro, absorvido por ela, ao invés de se engajar no revolucionarismo com a proposta do “Homem Novo”, “resignasse”, conforme afirmação de Celso Frederico (2007, p. 363); Napolitano prefere dizer que “Entre a ‘ida ao povo’ e a ‘ida ao mercado’, os artistas desenvolveram estratégias diferenciadas, conforme suas filiações político-ideológicas ou estéticas” (2014, p. XXVI).

Ridenti afirma que ao longo da década de 1980 o cenário internacional não era favorável para uma proposta revolucionária, e apesar da legalização dos partidos comunistas no Brasil, um empreendimento como a *Encontros* não encontraria espaço e se tornaria anacrônico, assim como a maior parte da imprensa alternativa, como demonstrou Kucinski (1991).

Com a consolidação da indústria cultural, os intelectuais tornaram-se “reféns” daquelas empresas que conseguiram crescer e se estabilizar a partir do incentivo estatal

nos anos 1960 e 1970. Por isso, Eduardo Coutinho afirmou a Ridenti que “De 1979 para diante, muda inteiramente: o governo abre e a Globo fecha. E fecha tão mais fortemente quanto começam a ascender as forças de esquerda” (2014, p. 287). Ridenti menciona: “O governo e a mídia, especialmente a televisão, iam desfigurando as utopias libertadoras, transformando-as em ideologias de consolidação da nova ordem nacional” (2014, p. 286). Seria equivocado afirmar a diluição da esfera pública de debate. Ela se transfere. E agora passa a ser controlada. A indústria cultural permitiria os debates convenientes – ou melhor, não permitiria os inconvenientes, estes ficariam restritos a pequenos grupos ou em locais especializados, como a universidade.

Em 1978, quando Ênio Silveira pretende resgatar os debates promovidos de 1962, talvez não tenha percebido o detalhe do avanço da indústria cultural. As cartas não se jogavam mais com Epístolas ao Marechal. O debate se realizava em outra esfera e os comunistas já estavam vinculados a outros tipos de projeto: escrevendo roteiro de novelas, dando aulas em universidades (o avanço da educação privada durante a ditadura é significativo) ou trabalhando em agências de publicidade. “Tornou-se comum, por exemplo, o emprego de [...] intelectuais (sociólogos, psicólogos e outros cientistas sociais) nas agências de publicidade, que cresceram em ritmo alucinante a partir dos anos 1970, quando o governo passou a ser um dos principais anunciantes” (RIDENTI, 2014, p. 296).

Temos, portanto, em diferentes termos um mesmo destino: Ridenti chamou de declínio de uma estrutura de sentimento; Ortiz como a realização da utopia nacional-popular na ideologia da indústria cultural. Se formos tratar nos termos de Williams, na década de 1980, a esfera cultural em que o intelectual era figura central para o debate se tornou residual, e política e cultura se separam, pois a indústria da cultura tudo especializa e tudo padroniza. A Encontros foi um projeto cujo objetivo era recriar esta esfera cultural em torno do debate nacional-popular, mas que assistiu a perda de hegemonia para a indústria cultural e outro tipo de intelectualidade. A cultura dominante na esfera cultural era a indústria da cultura, em termos. E o intelectual nacional-popular teria que buscar seu lugar noutra espaço disputado com o “novo intelectual”, assunto do próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2 – O INTELLECTUAL NA ENCONTROS

### 2.1. A intelectualidade nos anos 1960 e 1970: a RCB e a *Encontros*

Antes de adentrarmos à discussão sobre os intelectuais no final dos anos 1970, os impactos da universidade na vida intelectual e como isso reverbera na *Encontros*, cabe localizar mais precisamente a posição dos intelectuais de esquerda e as discussões realizadas sobre eles em torno da Civilização Brasileira.

O debate realizado por Mota, em *Ideologia da cultura brasileira* (1985), sobre a RCB é pertinente para nós, pois algumas de suas análises sobre certos modelos explicativos sobre os intelectuais ligados direta ou indiretamente ao PCB foram reproduzidas em estudos posteriores, como a tentativa de compreensão homogênea dos intelectuais da *Encontros* sob a chave de “grupo Civilização”, o que já argumentamos contrariamente no capítulo anterior; mais ainda, um dos poucos estudos especializados que tomam a *Encontros* como objeto sustenta sua argumentação do alinhamento ideológico entre as duas revistas com suas respectivas “flutuações”, conferindo “exatidão” ao argumento de Mota (COUTO, 2013, p. 57). E mesmo que suas análises refiram-se à RCB, metodologicamente elas são úteis para desenvolvermos as nossas sobre a *Encontros* e seus intelectuais.

Um último argumento para reforçar a importância de debater as análises de Mota neste momento: ele menciona sobre um período em que – para usarmos os termos propostos nesta dissertação – a RCB e a atuação intelectual de esquerda na esfera pública é dominante. Podemos falar também na relativa hegemonia de esquerda de Schwarz<sup>39</sup>.

Para mantermos o argumento central, poderíamos destacar duas “culturas dominantes”, a citada por Schwarz, referente a um contexto amplo, e localizar um microcosmo cultural da própria editora, em que a RCB num primeiro momento foi um sucesso editorial e, num segundo – não diríamos fracasso, e sim abordaríamos em termos de residualidade, como apontou Williams – a *Encontros* não consegue acompanhar o mesmo ritmo.

---

<sup>39</sup> “A sua produção é de qualidade notável nalguns campos, e é dominante. Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom” (SCHWARZ, 1978, p. 62).

O que pretendemos identificar nesta pesquisa é exatamente isso, a Encontros como cultura residual, ou seja, sem hegemonia. Ela não é um fracasso editorial da Civilização Brasileira, e sim o oposto, o fracasso editorial deu-se devido ao contexto amplo em que a hegemonia de esquerda – sua “dominação” como cultura ou como estrutura de sentimento com a brasilidade revolucionária – já não era hegemônica e projetos de revistas político-culturais como porta-vozes da intelectualidade (e de uma intelectualidade específica) que interfere e atua na realidade perderam cada vez mais espaço.

Quando Couto fala em “flutuações”, ele refere-se ao que Mota apontou como “dois momentos da RCB”, em que primeiramente haveria uma fase que herdou as temáticas da “era populista” compreendendo os volumes dos anos 1965 e 1966, e uma segunda fase na qual aconteceram “revisões radicais” da antecessora “perscrutando novas frentes de reflexão e afinando um novo instrumental de análise” (MOTA, 1985, p. 205), que iria de 1967 até o seu fechamento em 1968 com o AI-5.

Apesar da distribuição elogiosa de Mota referente à suposta segunda fase da RCB (que teria início no número 13), em que ele identifica um radicalismo e uma presença mais contundente de intelectuais paulistas, muitos vinculados à USP, que seriam mais “lúcidos” pelo fato de se afastarem do nacional-desenvolvimentismo, Czajka observa outros fatores que levaram a relativas mudanças na revista.

A “segunda fase” da RCB foi representada muito mais pelas condições adversas derivadas do recrudescimento do regime militar que a guinada em direção a um “pensamento radical” dos seus colaboradores. Ora, deve ser levado em consideração que muitas investigações militares colocavam sob suspeita muitos dos colaboradores da revista. Ou seja, a omissão dos nomes dos conselheiros foi a forma não somente de “retirar de cena” aqueles indiciados em IPM’s, como de estruturar a revista a partir de “uma linha independente” (CZAJKA, 2009, p. 274).

Segundo Mota, o editorial 13 da RCB indicaria um ato rebelde contra “esquemas e modelos pré-fabricados” (1985, p. 207). O pastiche analítico em que a realidade era encaixada, diz o autor, deveria ser abandonado pelo “clima emocional pós-64” (1985, p. 207). A invasão de “cientificismos e sociologismos”, que para Mota seria o radicalismo da segunda fase, ocorreria, para além do recrudescimento do regime, também porque “o público da revista, do seu primeiro exemplar até o número 13, havia mudado significativamente; o público universitário passou a ser um dos públicos alvos da RCB, tanto como objeto de estudos quanto seu público leitor/consumidor” (CZAJKA, 2009, p. 275).

Naquele momento a universidade despontava como um dos fatores de uma cultura emergente (WILLIAMS, 2011) na intelectualidade de esquerda, e como veremos adiante, os números em relação às universidades aumentam, seja em matrículas ou incentivos financeiros, principalmente após o acordo MEC-USAID. Logo, é possível localizar no debate sobre a RCB as consequências que a Encontros enfrentaria.

Se houve a mudança para o que Mota afirmou ser uma revista menos panfletária e com uma “abordagem mais sociológica e científica” (MOTA, 1985, p. 207), segundo Czajka é mais por causa do recrudescimento do regime e alteração do público leitor e consumidor. Pécaut observa que a entrada de intelectuais paulistas na RCB também diz respeito à escassez de lugares na esfera pública cultural de debate em São Paulo após o fechamento das revistas Anhembi e Brasiliense.

A questão que parece existir nas entrelinhas desse processo de adequação dos intelectuais paulistas ao núcleo de produção carioca é a representação pública de suas obras e de suas análises. Noutras palavras, o debate entre cariocas e paulistas, segundo Pécaut, só possuía valor ou determinava o interesse de seus leitores na medida em que a disputa fosse posta a partir da noção de um interesse público (CZAJKA, 2009, p. 277).

Foi também Pécaut que identificou Rio de Janeiro e São Paulo como dois polos intelectuais cujas atuações davam-se de modo diverso, notadamente no que tange a atuação política. Os sociólogos da USP “mostravam-se apegados ao respeito pelos métodos científicos, bem como às regras e à hierarquia universitárias” e “inspiravam-se na separação entre trabalho intelectual e o engajamento político”, legada pela tradição dos mestres franceses (PÉCAUT, 1990, p. 212).

Seria possível afirmar em determinada medida que o método uspiano de compreensão do papel das ciências sociais na sociedade prevaleceu e a metodologia tornou-se a grande orientadora dos estudos acadêmicos enquanto a intervenção política ficou em segundo ou em planos ainda mais inferiores. No entanto, após a inserção de Marx a partir do Seminário d’O Capital organizado por Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti em consonância com os acontecimentos históricos (o golpe e, posteriormente, o AI-5), a “marxologia” transbordou socialmente através dos estudantes para a atuação política, interferindo inclusive na forma como alguns dos intelectuais ligados outrora ao Seminário passaram a intervir na esfera pública, ou seja, atuando com publicações no eixo carioca, particularmente na RCB. Os intelectuais do Seminário, “leitores de O Capital, de Lukács e Hilferding criticam todas as proposições da vulgata marxista do PCB. Nesse sentido, intervêm também no debate político” (PÉCAUT, 1990, p. 221).



Pécaut afirma que o intelectual que representava o povo a partir desse processo de universalização do pensamento deixa de existir para ceder lugar ao “intelectual crítico”, cujo diálogo se estabeleceria com os pares.

Abre-se uma era em que os intelectuais participam da política pretendendo menos atuar de imediato sobre a sociedade do que influenciar o próprio meio. O espaço intelectual torna-se, por si só, um espaço político. De forma correspondente, o intelectual demiurgo e encarregado da representação popular apaga-se em proveito do intelectual crítico, que se dirige, antes de tudo, a seus pares e a seu público (PÉCAUT, 1990, p. 222).

Porém, tendemos a acreditar que não há um apagamento do “intelectual encarregado da representação popular”, e sim um reposicionamento. Outros atores despontaram como figuras intelectuais com a tarefa de “organizar o movimento e orientar o carnaval”. Foi o que aconteceu justamente com os músicos Caetano Veloso e Chico Buarque, cujo acesso aos meios de comunicação de massa e dificuldades impostas pelo regime aos “intelectuais tradicionais” os elevaram a porta-vozes e tradutores de demandas sociais (RIDENTI, 2014, p. 37).

As pessoas que tinham forte interesse pela política terminaram levando esse interesse para a área da cultura. Isso teve um lado positivo. Claramente a cultura tem uma dimensão política. Mas, às vezes, também teve um lado negativo, no sentido de que se politizaram excessivamente disputas que na verdade são mais culturais que partidariamente políticas. [...] A esquerda era forte na cultura e em mais nada. É uma coisa muito estranha. Os sindicatos reprimidos, a imprensa operária completamente ausente. E onde a esquerda era forte? Na cultura (COUTINHO *apud* RIDENTI, 2014, p. 40).

Então, o que se vê sob a ditadura militar são dois fortes redirecionamentos das questões políticas e intelectuais: o primeiro, a cultura, como mostra a fala de Coutinho em entrevista a Ridenti, e o segundo em termos de atuação intelectual, cujo discurso volta-se aos próprios intelectuais, como apontou Pécaut.

A relativa liberdade dos intelectuais e artistas entre 1964 e 1968 foi suprimida com o AI-5 quando eles tornaram-se alvos do regime. Professores foram compulsoriamente aposentados, a censura foi recrudescida e muitos foram exilados ou preventivamente deixaram o país. Apesar disso, “não deixam em momento algum de manter um espaço de contestação e até de constituir uma força política” (PÉCAUT, 1990, p. 259).

Com o fracasso da luta armada, muitos intelectuais foram reinseridos no debate e a partir da promulgação da anistia, em 1979, os exilados foram reintegrados sem dificuldades.

Pécaut aponta para uma coesão da intelectualidade considerando-a um ator político devido a sua atuação na esfera política. 1974 foi um marco para a constituição do intelectual exemplar, o que tem mais prestígio diante dos pares e da opinião pública.

Para descrever esse tipo de intelectual é necessário ter em vista dois critérios: o que o autor chama de “ideologia profissional” (1990, p. 268 et. seq.) – discutiremos com mais detalhe ao abordar o impacto da universidade – que se vincula à especialização da profissão do intelectual a partir da proliferação de cursos de mestrado e doutorado que ocorreu na década de 1970, renunciando, dessa forma, a construção das “ciências sociais em ‘ideologia’ da nação, à maneira isebiana, ou em formulação de um ‘projeto nacional’; e a reapropriação do privilégio da produção teórica pelos ‘especialistas’ universitários, em detrimento dos militantes políticos” (PÉCAUT, 1990, p. 268).

O autor argumenta que a exigência da profissionalização foi uma forma de aproximação das ciências sociais dos profissionais das exatas, sobretudo devido ao desempenho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). E, apesar de Pécaut não reconhecer os militantes políticos como intelectuais que interferiam na realidade política, cultural, social, econômica, enfim, o desempenho público-político foi outro critério para os intelectuais se legitimarem como tais diante dos “diversos públicos, as camadas cultas leitoras de jornais ‘alternativos’ ou consumidores de bens oferecidos no mercado cultural, líderes de opinião – dirigentes políticos, tecnocratas e personalidades dos meios de comunicação de massas” (PÉCAUT, 1990, p. 295).

Os intelectuais que atuavam em apenas uma das duas frentes, de acordo com Pécaut, não alcançavam tanta projeção. “O prestígio das principais figuras do CEBRAP decorre do fato de que, muito cedo, eles levam em conta esses dois critérios” (1990, p. 295). Florestan Fernandes e os pesquisadores do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro que agiam mais no público universitário, e intelectuais que compunham o núcleo da Civilização Brasileira, que eram mais conjunturais e tendiam a agir politicamente, seja através do PCB ou da própria editora, inclusive com a Encontros, “desempenham sem dúvida um papel menor nos debates” (PÉCAUT, 1990, p. 295).

Tendendo a uma resolução dos polos elencados entre Rio e São Paulo, o autor diz:

Os intelectuais só assumiram o aspecto de um ator político em favor da “mobilização da sociedade civil” e da existência de partidos de massas de um lado, e da distância intransponível entre ambas de outro. *Constituíram-se como ator político em São Paulo, e não no Rio.* A solidez das instituições intelectuais da capital paulista, a intensidade dos movimentos sociais e sobretudo das greves, o papel renovador do MDB local – ao contrário do MDB carioca, máquina eleitoral comprometida com o regime – são outros fatores que contribuem para essa diferença (PÉCAUT, 1990, p. 307 [grifo nosso]).

Agora, voltando os olhos à Civilização Brasileira e à Encontros, e tomando a análise de Pécaut acertada, aparentemente dois problemas dificultaram a revista despontar no cenário intelectual como sua antecessora: a forma e o conteúdo. Metodologicamente agiu no debate intelectual como a RCB, em formato livro com ensaios longos e densos, discutindo questões conjunturais e teóricas, ou seja: forma. Embora o número de artigos seja significativo. Entendemos como artigos textos vinculados à produção universitária, previamente apresentados em congressos ou seminários acadêmicos.

A diferença entre ensaio e artigo é um fator importante, pois o primeiro trabalha com poucas barreiras disciplinares, constituindo uma forma de intervenção na realidade, compreendendo-a como uma totalidade em que cultura e política são debatidas numa mesma esfera pública, para retomar o argumento de Czajka no capítulo anterior. O artigo, por sua vez, exige a apreensão da realidade a partir de marcos metodológicos rigidamente estabelecidos através de disciplinas acadêmicas, interferindo na própria constituição do intelectual e de seu engajamento, na sua forma de se engajar (ou como não se engaja em favorecimento de metodologias).

Sobre o conteúdo, os principais atores da Encontros, Ênio Silveira e Moacyr Félix, não se desvincularam da tradição nacional-popular e seus temas. Ênio, no editorial do volume 2, faz um quase elogio a Figueiredo, dá um voto de confiança ao militar dizendo que seu governo “poderá passar à História como brilhante interregno de ascensão”<sup>40</sup> e diz: “o general Figueiredo, se tiver optado pelo papel histórico de pacificador da vida nacional e construtor de caminhos para a emancipação política e econômica do povo brasileiro, poderá enfrentá-las com o apoio da opinião pública”<sup>41</sup>.

Para Ênio Silveira não era fato estranho o diálogo com aparelhos repressivos, ainda antes do golpe de 1964 teve a coleção Cadernos do Povo Brasileiro apreendida em São Paulo sob a acusação de subversão comunista (CZAJKA, 2020, p. 164).

No volume 6 da Encontros, Ênio marcou a diferente entre diálogo e conciliação:

Quando usamos a palavra *diálogo* não estamos pensando, evidentemente, na propalada *conciliação* que [Figueiredo] se diz proposto a promover, pois é óbvio que os graves problemas que teremos de enfrentar sem mais delongas e os legítimos anseios que, com redobrado vigor, cada vez mais alto proclamaremos, não comportarão equacionamento e resposta em meros debates acadêmicos entre o governo e o MDB.<sup>42</sup>

<sup>40</sup> SILVEIRA, Ênio. Fazer história ou não, eis a opção. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.2, ago/1978, p. 9.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> SILVEIRA, Ênio. Quem tapa o sol com a peneira. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 6, dez/1978, p. 10

Gestado numa tradição nacional-popular comunista, havia em Ênio Silveira um entendimento de intervenção na realidade. Esse seria o papel do intelectual. E para isso diálogos deveriam ser abertos, frentes deveriam ser compostas. Para Galucio, “O tom conciliador do editor revela a visão do PCB sobre os rumos da democracia naquele período”, outro fato que indicaria as teses pecebistas nas argumentações de Ênio, segundo a autora, era a “referência negativa dos outros setores da esquerda quando proclama os comunistas como ‘os elementos consequentes da esquerda’” (2009, p. 209).

Compreendemos o diálogo aberto com Figueiredo como a herança da atuação editorial de Ênio Silveira (CZAJKA, 2005; 2009) que sempre precisou negociar suas publicações, havendo pouca relação com a visão do PCB.

Havia sim a defesa de um frentismo nas teses pecebistas, inclusive tecendo críticas a setores da esquerda que buscavam independência partidária. Em documento publicado pelo PCB de São Paulo em março de 1978, a resolução nove afirmava:

A movimentação em torno da criação de novos partidos, entre eles os Socialista e/ou Trabalhista, traz consigo o risco do rompimento da frente democrática de oposição ao regime e da sua expressão legal e eleitoral, o MDB. Este risco é ainda mais grave num ano eleitoral, quando todos os esforços devem se concentrar no objetivo de infligir uma nova derrota à ditadura.

A vanguarda da classe operária defende a plena liberdade de organização partidária. No momento, porém, considera que o mais importante é a unidade das forças antiditatoriais, e que a quebra dessa unidade interessa antes de tudo ao regime (COMISSÃO ESTADUAL DE REORGANIZAÇÃO DO PCB/SP, 1978).<sup>43</sup>

Por outro lado, afirmar que o diálogo de Ênio com Figueiredo “explicitamente é a visão do PCB que se expressava nas palavras do editor” (GALUCIO, 2009, p. 209), encontra pouco lastro histórico, talvez circunstancialmente.

Ao tecer críticas à atuação dos sindicalistas nas greves do ABC, o partido ressaltou em documento de 25 de março de 1979, o equívoco e despreparo das lideranças, resultando numa “apreciação incorreta da conjuntura política”. A resolução quatro afirma:

As ilusões quanto ao caráter do regime ditatorial – *cuja essência não mudou* – levaram à subestimação da importância de se prevenir para a possibilidade da intervenção, e a não se debater suficientemente com os trabalhadores as várias possibilidades de desdobramento da greve. Nem sempre o regime ditatorial foi responsabilizado, perante os grevistas, como responsável, em última análise, pelo impasse criado. Nem sempre foi dito com clareza que, não fosse a existência desse regime, a resistência patronal seria mais

---

<sup>43</sup> In: NOGUEIRA, Marco Aurélio; CAPISTRANO FILHO, David; GUEDES, Cláudio. **O PCB em São Paulo: documentos (1974-1981)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 35.

facilmente quebrada (COMISSÃO ESTADUAL DE REORGANIZAÇÃO DO PCB/SP, 25 DE MARÇO DE 1979).<sup>44</sup>

Portanto, Ênio Silveira realizava dois movimentos: um de maneira mais independente, cuja forma de atuação expressava uma residualidade da intervenção intelectual que ele desempenhou principalmente nos anos 1960, o que impactou na composição da *Encontros*. E o segundo é a sua atuação como militante que também reverberou na revista, e aqui não falaríamos em termos de “conciliação” como sugeriu Galucio, mas em composição de uma frente democrática contra a ditadura que o PCB se empenhava em compor em torno do MDB, e também em outras instâncias da sociedade.

Sobre o Grupo Casa Grande<sup>45</sup>, Miriam Hermeto indica que ele “foi capitaneado pelo *frentismo* comunista, que se expressou em um grupo ligado ao PCB”, além de “em termos conceituais [ter sido] clara a intervenção do grupo dos comunistas, não apenas no que se refere à articulação “frentista”, mas também à orientação dos temas dos debates e da produção cultural oriunda do Grupo” (HERMETO, 2013, pp. 298-299).

Com a *Encontros*, Ênio pretendia não apenas retomar o que havia realizado na RCB mas também promover um espaço amplo, uma frente diríamos, aos debates daquele momento.

Mas é preciso certo cuidado em associar a *Encontros* com a RCB. Ainda que a forma de atuação editorial remetesse aos anos 1960 e seus editores também atuassem com a residualidade do nacional-popular, a discussão sobre o papel do intelectual esteve presente na última fase da Civilização Brasileira inserindo longos debates e dossiês sobre a atuação da universidade e da ciência na vida nacional.

Em nosso entendimento houve, por um lado, uma atualização por parte da *Encontros* sobre a questão intelectual ao promover a universidade como um eixo central. Por outro, a preocupação do engajamento intelectual permaneceu e os temas ligados ao nacional-popular como a intervenção do artista-intelectual na sociedade, sua relação com o Estado persistiram como motes editoriais.

Florestan Fernandes publicou “Tarefas dos Intelectuais na Revolução Democrática”, no volume 14. O artigo foi originalmente apresentado na 31ª Reunião Anual da SBPC, na mesa “Brasil: Anos 70: os intelectuais e a repressão”. Antes de adentrar ao texto do sociólogo, cabe localizar a importância da SBPC.

---

<sup>44</sup> Ibid. p. 71

<sup>45</sup> Grupo de teatro que atuou entre 1974 e 1979, e montou a icônica peça de Chico Buarque e Paulo Pontes *Gota d'água*. Faziam parte nomes como Antonio Callado, Bete Mendes, Chico Buarque Darwin Brandão, Guguta Brandão Mary Ventura, Max Haus, Moysés Ajhaenblat, Paulo Pontes e Zuenir Ventura.

Quando foi fundada em 1948, contava apenas com biólogos, químicos e físicos, e tinha 256 membros. As ciências sociais foram inseridas durante a ditadura, em 1975. Em 1970, havia 1200 participantes; em 1976 eram 4.380. As comunicações também saltaram: em 1970 eram 1.040; em 1976, 2.997. E a partir de 1977, os estudantes ocuparam as reuniões como público e impuseram a moção a favor da Constituinte. A entrada das ciências sociais transformou a SBPC num fórum de debate, numa tribuna, não por acaso seus membros saltaram de algumas centenas para mais de 17 mil, em 1982 (PÉCAUT, 1990, p. 276).

As ciências sociais marcam aí uma forte presença e, dentro da organização, Maria Isaura Pereira de Queiroz, José Albertino Rodrigues e Carolina Bosi militam a favor de seu reconhecimento pela SBPC. Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira e outros economistas e sociólogos passam a abordar problemas do momento. Multiplicam-se as mesas-redondas sobre estratégias da oposição: em 1977, Florestan Fernandes organiza uma sobre a “perda da memória nacional” [...] em 1978, Fernando Henrique Cardoso dirige uma mesa-redonda sobre as “perspectivas da democracia na América Latina” (PÉCAUT, 1990, p. 276).

No volume 25 da *Encontros*, Darcy Ribeiro<sup>46</sup>, em texto sobre o papel do intelectual e da ciência em países pobres afirmou: “A SBPC é a grande façanha cultural brasileira” (p. 215). Ainda diz: “sendo a mais avançada [das instituições brasileiras], é a mais engajada. Mil vezes mais do que as academias de letras, os colégios profissionais, ou as universidades, é a SBPC que encarna, em nossos dias, a condição de sede da consciência crítica brasileira” (p. 215).

Na condição de instituição vinculada ao mundo universitário, a SBPC transformou-se numa importante arena para a oposição na segunda metade da década de 1970, como pontuou Darcy Ribeiro, o que vai de encontro ao nosso argumento de a universidade ocupar o “espaço público” do intelectual que discutiremos adiante.

A *Encontros*, em 1979, considerando a importância tanto de Florestan quanto da SBPC, e do debate em si, publicou o texto do sociólogo. Florestan iniciou seu texto questionando o problema que o intelectual na sociedade brasileira tinha diante de si. “Devemos ir à luta com a intenção elementar do ‘revanche’ ou temos de retomar os fios da história e combater a reação diretamente no terreno que permitirá destruir o regime ditatorial de vez e para sempre? Em suma, *denúncia ou combate?*”<sup>47</sup>. “De vez e para

<sup>46</sup> RIBEIRO, Darcy. O papel reservado ao intelectual e à ciência nos países pobres. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 25, jul/1980, pp. 213-216

<sup>47</sup> FERNANDES, Florestan. Tarefa dos intelectuais na revolução democrática. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 14, ago/1979, p. 25.

sempre” porque segundo o autor a questão imposta, naquele 1979, não era a “volta da democracia” uma vez que esta quando João Goulart caiu era restrita a poucos e

reatar com o passado recente, neste instante, é servir ao regime ditatorial vigente e dar-lhe a oportunidade única, como se os últimos quinze anos não tivessem pesado sobre a vida da Nação e, em particular, como se o nosso dilema fosse o de restabelecer o *status quo ante* no que ele tinha de mais odioso – o velho pacto político, o despotismo da minoria mais rica e poderosa, em suma, a intangibilidade da democracia restrita.<sup>48</sup>

Os acontecimentos do período, como a greve do ABC, aparentemente aumentaram a convicção do autor de que “a pressão montante dos trabalhadores e da massa do povo reorientou os rumos da vida política” (p. 29). Para ele, o recuo da ditadura não se deu por causa da situação econômica mundial ou por pressões externas “iluministas”, e sim porque “reprimidas e esmagadas, as classes trabalhadoras cresceram” (p. 28). E diz que não estava em jogo “restaurar a democracia”, e sim “instaurá-la”.

Dito isso, questionou: “o que nos cabe fazer?”, ou seja, aos intelectuais. Para ele, aqueles que optassem em continuar associados às “malhas do governo” assumiriam o papel de intelectual orgânico da sociedade burguesa, pois cabia aos intelectuais serem “servos do poder” ou “paladinos da revolução democrática” (p. 31).

Os intelectuais, para compreenderem sua situação na atual cena histórica e os papéis políticos construtivos, que podem desempenhar, devem ter em mente a natureza específica desse processo. Quanto mais eles se vincularem à realidade pela ótica institucional (dos assim chamados papéis intelectuais legítimos – por exemplo, a ciência e a universidade necessitam desse espaço histórico para se libertarem dos jugos que pesam sobre elas e para adquirirem maior autonomia de crescimento), pela ótica de classes (dos assim chamados papéis radicais de um setor desenraizado das classes médias – por exemplo, a importância que o inconformismo pode adquirir como fermento da atividade intelectual criadora dentro da ciência e da universidade) ou pela ótica da estabilidade da ordem (dos assim chamados papéis sociais que os intelectuais desempenham como membros natos das elites culturais – por exemplo, a posição estratégica que eles ocupam na informação dos *policy makers* ou, eventualmente, como *policy makers* em todas as áreas da cultura e, em especial, nas da ciência e da universidade), *menos eles verão claramente o que lhes compete fazer*.<sup>49</sup>

Florestan foi insistente no ponto das instituições e a necessidade do intelectual se desvencilhar delas, para ele era necessário que o intelectual se proletarizasse; longe de desejar a exploração pelo sistema capitalista, o autor quer “igualá-lo às demais forças da revolução democrática” (p. 32). E concluiu com severidade: “Para que o intelectual participe desse processo global ele precisa deixar de ser um parasita do trabalho produtivo e ele próprio deve se relacionar de outro modo com o mundo do trabalho e com a revolução do mundo pelo trabalho” (p. 33).

---

<sup>48</sup> Ibid. p. 27

<sup>49</sup> Ibid. p. 30

A concepção do sociólogo de “proletarização” do intelectual para que ele fosse posto no mesmo patamar da “massa brasileira” encontra eco nas concepções de cultura popular da esquerda católica, em que o papel do intelectual era visto como mediador, gerador de ativismo cultural das bases operárias e camponesas, “visando a desencadear um processo coletivo de libertação social e política” (NAPOLITANO, 2017, p. 276). Ou seja, não só os movimentos operários objetivavam novas realidades à compreensão da “revolução democrática”.

Com isso, é forjado um novo perfil de intelectual, vinculado principalmente ao Partido dos Trabalhadores, após 1980, cuja crítica residia contra os discursos nacionalistas dos anos 1960, o vanguardismo e o frentismo cultural, bases de sustentação da política de cultura do PCB. Logo, o intelectual, em vez de condutor das massas, deveria criticar as tradições anteriores e possibilitar caminhos, e não indicar um único, “rompendo com uma tradição iniciada com o modernismo e confirmada pelo ISEB e pelo CPC, que reafirmou o artista e o intelectual como artífices da nação e do povo” (NAPOLITANO, 2017, p. 288). A ideia de romper com a tradição modernista é crucial no contexto brasileiro da passagem dos anos 1970-80, cuja discussão faremos no último capítulo a partir dos textos de Moacyr Félix publicados na *Encontros*. Podemos dizer nesse momento que a “nova esquerda” com seu “novo intelectual” prestou-se ao papel de desestabilizar uma longa tradição de certa forma orgânica, que se renovava nem sempre com as mesmas matizes mas sempre em favor da cultura brasileira, e não emplacou um substituto, deixando um vácuo a ser ocupado ou repreenchido, porém com menos força (NAPOLITANO, 2017, p. 294).

O que competia a este intelectual – uma síntese da militância católica com os antipecebistas de esquerda (trotskistas, socialistas, luxemburguistas) que apregoavam o antiautoritarismo, o antivanguardismo e, até mesmo, o anti-intelectualismo (no sentido do intelectual ser o intérprete universal) – era:

Expor as tensões, nomeá-las, apontar caminhos políticos sem propriamente indicar o único caminho possível necessário de ação, como fazia a vanguarda nacional-popular. [O novo intelectual] Não se arvorava como consciência do futuro, mas como crítico do passado, na tentativa de abrir as possibilidades de ação coletiva no presente. A aposta no criticismo, no basismo e no ativismo dos trabalhadores como antídotos do “nacional-populismo” deveria evitar os erros dos intelectuais nacionalistas de esquerda, derrotados em 1964: a doutrinação ideológica, o vanguardismo partidário e o monopólio da consciência histórica (NAPOLITANO, 2017, p. 287).

Portanto, quando Ênio Silveira fez a comparação com o albatroz de Baudelaire, citado na introdução e no capítulo 1, com o lamento “as pessoas deixam de comparecer”,



muito tem a ver com essas novas atuações intelectuais citadas por Pécaut e Napolitano: tanto Ênio quanto Moacyr Félix, e a própria Civilização Brasileira como instituição e, conseqüentemente, suas publicações, eram o que devia ser combatido, segundo esse intelectual da década de 1980. “Essa perspectiva seria reforçada pela emergência dos operários e dos movimentos sociais de periferia como atores políticos importantes, a partir de 1978” (NAPOLITANO, 2017, p. 284), ano de lançamento da *Encontros*.

Apesar das posições de seus editores, a *Encontros* não deixaria de problematizar as questões, como o já citado Florestan que, em seu texto publicado na revista, aproximasse mais das perspectivas do intelectual ligado ao PT do que ao PCB, para colocar em termos políticos.

No volume 24, publicado em junho de 1980, o sociólogo e professor da Universidade Federal Fluminense Gisálio Cerqueira Filho publicou o texto “O intelectual e os setores populares”, que endossa a tarefa do novo intelectual, inclusive tomando como base teórica Antonio Gramsci, bastante difundido no período para discutir o assunto<sup>50</sup>. A crítica ao intelectual nacional-popular é o objetivo do artigo, confirmando o argumento de Napolitano sobre o olhar do passado. E embora não seja possível reduzir uma obra em um artigo, nesse em específico o sociólogo é pouco propositivo, seu objetivo é apontar os equívocos do intelectual que “sabe, mas nem sempre compreende” (citação de Gramsci<sup>51</sup> usada no primeiro parágrafo pelo autor).

Cerqueira Filho afirmou que os comprometidos com a transformação social no Brasil “frequentemente se deparam com a figura intelectual (no sentido corrente do

---

<sup>50</sup> A presença de Gramsci nas discussões sobre os intelectuais seria marcante nos anos 1970 e 1980. A própria Civilização Brasileira, a partir de Carlos Nelson Coutinho, estava empenhada em traduzir os *Cadernos do Cárcere* desde o final da década de 1960, mas em decorrência do AI-5 teve uma primeira recepção tímida (COUTINHO, 1992, p. 119), mesmo com publicações do próprio Coutinho e de Leandro Konder na RCB. Coutinho atribuiu uma “crise da esquerda tradicional” e o declínio da ditadura, ou seja, pós-1976, como fatores que alavancaram a maior recepção da obra do intelectual sardo. Sem a censura desta e com o vácuo das “organizações marxistas tradicionais”, a obra de Gramsci ganhou cada vez mais repercussão.

“A difusão do autor dos *Cadernos do cárcere* superou amplamente as fronteiras da Universidade; alguns de seus conceitos fundamentais, em particular o de “sociedade civil”, são cada vez mais utilizados em análises políticas e historiográficas publicadas recentemente no Brasil por autores comunistas, social-democratas, cristãos-progressistas e até mesmo liberais. Podemos assim dizer que Gramsci conquistou um espaço próprio na via intelectual brasileira, tornando-se uma força viva e um ponto obrigatório de referência no complexo processo de renovação teórica e política que hoje envolve a esquerda brasileira” (COUTINHO, 1992, p. 120).

Segundo Napolitano, na passagem dos anos 1970 e 1980, a reinserção de Gramsci apontada por Coutinho se dá por uma nova chave, o autor eurocomunista, vinculado com ideias revolucionárias não é tão lido quanto o teórico da cultura e educação popular, como foi interpretado por Moacyr Gadotti (2017, p. 291, n. 80).

<sup>51</sup> GRAMSCI, A. El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce. B. Ayres, Ed. Nueva Vision, 1973, p. 123-4.

termo)”<sup>52</sup> – ele faz o parêntese porque adiante diferenciaria as modalidades de intelectual segundo Gramsci e para indicar que ele fala do intelectual sectarista e centralista, como veremos em citação seguinte, ou seja, associando ao intelectual pecebista e pondo-o como um entrave da mudança social. “Esse tipo de intelectual (quase sempre jovem universitário, professor, estudioso de Ciências Humanas) se atribui a si mesmo a tarefa pedagógica e se apresenta como o educador por excelência dos setores” (p. 15). E continua,

O intelectual (no sentido corrente do termo) se distingue de forma imediata dos seus pares. Essa distinção, que no primeiro momento é percebida em termos de postura tanto física quanto ideológica passa também por uma formação científica mais elaborada, refinada e, quase sempre, por um vocabulário mais hermético à compreensão dos oprimidos. Em geral esse tipo de intelectual faz da falta de clareza e do purismo ideológico ao mesmo a sua grandeza e a sua miséria.<sup>53</sup>

O autor também acusou as arguições realizadas por esse intelectual. Cujo “parâmetro que orienta a ação é dado sobretudo por análises genéricas da realidade que acabam por impedir o acesso ao sentir dos oprimidos (setores populares)” (p. 16), estes compreendidos por ele como a população que “têm a sua sobrevivência assegurada pelo emprego ou venda da força física de trabalho: operários, lavradores, posseiros, assalariados rurais, boias-frias, trabalhadores manuais autônomos, empregados no setor de serviços [...] e subempregados” (p. 19, nota 1).

Após apontar alguns “equivocos do intelectual”, Cerqueira Filho chega aos “quatro erros básicos do educador pedante, teórico desligado da prática: elitismo, golpismo, cientificismo e centralismo” (p. 16). Esses erros foram apontados por Frei Betto, no volume 13 da *Encontros*, no texto “A educação nas classes populares”, confirmando mais uma vez a presença da Igreja Católica na intelectualidade de esquerda anunciada no início dos anos 1980.

Aqui nos cabe suspender Cerqueira Filho por um breve parágrafo e ir ao texto de Frei Betto e apontar como o frade dominicano definiu os “quatro equivocos”, e também apresentar como o debate sobre intelectuais apareceu na *Encontros* de diferentes formas.

O *elitismo*, para Betto, consistia na “índole dos instrumentos nascidos fora da base, por iniciativa de setores que não possuem nenhuma vinculação efetiva com as

<sup>52</sup> CERQUEIRA FILHO, Gisálio. O intelectual e os setores populares. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 24, jun/1980, p. 15

<sup>53</sup> Ibid. p. 16

camadas populares, embora estejam interessadas em ajudá-las, salvá-las ou libertá-las”<sup>54</sup>; e adiante: “a tendência elitista acredita em seu próprio discurso como expressão da verdade e, por isso, elabora textos e programas que são remetidos à base que deve assimilá-los e nortear-se por eles” (p. 167). O *golpismo* não parece direcionado aos intelectuais de esquerda, pois segundo Frei Betto era frequentemente encontrado nos instrumentos elitistas e se caracterizava à esfera do poder oficial. “Os adeptos dessa tendência não se perguntam como chegar à base popular, mas sim como chegar ao poder” (p. 167). O *cientificismo* e o *centralismo* “são filhos bastardos da interpretação errônea, mecanicista, de um dos mestres da ação política, feita fora do contexto, não apenas do conjunto de sua obra, mas sobretudo de sua prática, por quem extrai frases aleatoriamente” (p. 168). Assim como no elitismo, no cientificismo havia um caráter de crítica ao vanguardismo, citado pelo autor no tópico anterior de seu texto<sup>55</sup>, pois segundo ele:

O cientificismo concebe que “a ciência vem de fora do povo”, como se o educador tivesse a completa imunidade frente à ideologia dominante [...] Não leva em conta o saber popular, a capacidade de os educandos aprenderem, à sua maneira, não apenas a realidade em que vivem, mas inclusive um modo próprio de decifrar essa realidade. O saber objetivo, revestido de categorias acadêmicas, e tido como a verdade, cabendo ao educador, messianicamente, “revelar” esta verdade à consciência alienada do povo. Esta postura impede o educador [ou o intelectual] de perceber a *intuição de classe* das camadas populares e a validade de seus canais de expressão<sup>56</sup>.

E, por fim, o *centralismo* “muitas vezes se apresenta sem o seu caráter democrático” (p. 168 [grifo do autor]), uma explícita crítica ao PCB. “Transforma-se num princípio legitimador de uma cúpula que decide sem consulta às bases, como se a ação brotasse de discussões teóricas e não das exigências do real e de uma análise de conjuntura feita a partir e com os educandos. Destes é tirado o poder de decidir” (p. 168).

Posto isso, a forma como Cerqueira Filho citou os quatro erros básicos do intelectual passa a ser um pouco impertinente, pois ele associou o golpismo à figura do intelectual pecebista ou nacional-popular. O que foi detalhado por Frei Betto, é posto como mesmo argumento em Cerqueira Filho podendo causar uma interpretação equivocada dos leitores de Encontros. Tanto é assim, que a continuação após os quatro

<sup>54</sup> BETTO, Frei. A educação nas classes populares. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.13, jul/1979, p. 167.

<sup>55</sup> Diz Frei Betto: “A manipulação vanguardista se caracteriza pelo fato de um grupo arvorar-se em um único intérprete daquilo que é bom e necessário para o povo. Toda iniciativa nasce no interior desse grupo artificialmente estruturado, bem como o programa político e as normas de ação, e não através das formas próprias de organização da base” (pp. 166-167).

<sup>56</sup> BETTO, Frei. A educação nas classes populares. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.13, jul/1979, p. 168.

equivocos no texto de Cerqueira Filho encarregou-se de fazer a vinculação: “Nada mais correto para aqueles que trabalham lado a lado com os oprimidos do que identificar *esse tipo pernicioso de intelectual* que efetivamente atrapalha as tarefas de conscientização e organização populares” (grifo nosso).<sup>57</sup>

Porém, não seria possível praticar apenas o anti-intelectualismo. Ele encontrou, como muitos no período, em Gramsci a justificativa da figura do intelectual: “O que importa na teoria gramsciana sobre o intelectual é: [...] a consideração na figura do *intelectual*, da atividade técnica (competência) na sua relação dialética com a prática política” (p. 17). Ou seja, a conclusão que Pécaut chega da atuação intelectual entre “a mobilização social e as táticas políticas”, nas quais eles tornam-se “mediadores que façam a articulação entre um plano e outro. Essa é a função desempenhada pelos intelectuais e que lhes permite transformar-se em ator político” (1990, p. 308).

A discussão sobre o intelectual em Gramsci figurou no primeiro texto em que o debate foi elencado com mais destaque, no volume 3, assinado por Luiz Alberto Gómez de Souza, vinculado ao IUPERJ. Um artigo com características teóricas (embora tenha feito análises específicas, mas que pouco nos interessam), contudo seu início fornece elementos da tentativa de deslegitimar a figura intelectual dos anos 1960 tributária ao nacional-popular.

Quando se fala de intelectual uma imagem vem logo à mente. Trata-se de um cavalheiro com ressaibos de erudição, afogado em terminologia complicada, tropeçando nos meandros de seu próprio discurso, especialista em obscurecer os problemas, sem maior utilidade para as situações quotidianas. Frequentemente a falta de clareza é sua arma e o fato de não chegar aos problemas concretos, defesa para não comprometer-se. Assim, o termo intelectual evoca alguém de expressão ausente, que olha para além do horizonte, na direção de invisíveis galáxias. Não é de estranhar que essa categoria esteja um pouco desprestigiada.<sup>58</sup>

Por outro lado, ele encontrou outro tipo de intelectual, mais “saudável”. “Mas também entre nós, ao lado do populismo manipulador, encontramos uma tendência que, em reação saudável contra vanguardismos e posições elitistas, proclama a necessidade de uma conversão ao povo” (p. 28), apesar disso fez uma ponderação em tom de concordância, “Isso vai muitas vezes acompanhado de uma atitude anti-intelectual e de uma desconfiança, *até certo ponto justificada*, pelas chamadas teorizações” (p. 28 [grifo nosso]). Isto é, se for recusar os vanguardismos a atitude anti-intelectual seria preferível,

<sup>57</sup> CERQUEIRA FILHO, op. Cit., p. 16

<sup>58</sup> SOUZA, Luiz Alberto Gómez. O intelectual orgânico: a serviço do sistema ou das classes populares. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.3, set/1978, p. 27.

pois caberia ao intelectual não teorizar e apontar um único caminho, e sim “ir ao povo” (p. 28).

Após uma discussão sobre o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, Gómez de Souza acrescenta: “Com isso, os intelectuais não se reduzem aos tipos mais conhecidos do literato, o filósofo e o artista, mas recebem em seu âmbito o pesquisador, o técnico, o educador, o administrador, os organizadores da sociedade civil e da sociedade política” (p. 29).

E conclui dizendo:

A fonte de um trabalho intelectual que pretende estar a serviço das novas classes populares emergentes devem ser todas estas experiências que estão surgindo [as CEBs] [...] Faz-se necessário escutar o “clamor do povo”, traduzi-lo, descobrir-lhe os elementos fundamentais e encaminhá-lo numa direção fecunda. É a única maneira de manter a fidelidade aos verdadeiros agentes do processo histórico que nasce.<sup>59</sup>

A partir da análise de Gómez de Souza podemos concluir que é o povo que diz ao intelectual, e não este que aponta a direção, como fazia o nacional-popular.

## 2.2. A perspectiva da Encontros sobre o intelectual

Mesmo apresentando os debates da ordem daqueles dias sobre o novo intelectual e a opacidade do intelectual vanguardista orientador das massas, vozes do “grupo Civilização” também ecoaram confirmando o editorial do primeiro volume, cujo objetivo de “discordar de ‘valores eternos’, ‘verdades indiscutíveis’” era “indispensável”<sup>60</sup>. Assim como em seu número 12, comemorando um ano,

Encontros com a Civilização Brasileira, neste seu primeiro ano de duração, ensejou a prospecção de várias linhas de raciocínio e pesquisa, todas elas baseadas – como asseguramos em nosso primeiro número – em inarredável respeito à dignidade do ser humano. *Não pretendeu ser, não é e jamais será um veículo impositivo, programático, sectário.*<sup>61</sup>

A pluralidade intelectual da revista, que congregou já no primeiro volume nomes como Darcy Ribeiro, Ecléa Bosi, Eric Hobsbawm e Octavio Ianni, não conseguiu se traduzir num frentismo cultural e/ou democrático aglutinador de ideias e propostas teóricas de intervenção, a não ser pelo fato de estarem juntos numa mesma publicação, o que não implica em frentismo. Os rompimentos e afastamentos no seio da própria

<sup>59</sup> Ibid. p. 38.

<sup>60</sup> SILVEIRA, Ênio. Por quê e Para quê. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.1, jul/1978, p.8.

<sup>61</sup> Idem.

esquerda aconteciam simultaneamente à tentativa de Ênio Silveira e Moacyr Félix promoverem debates não-sectaristas.

Entendemos que nesse momento, na passagem dos anos 1970 para os 1980, o problema do não-sectarismo foi interpretado equivocadamente por Ênio e Félix, que ainda traziam os resíduos pecebistas – inclusive anteriores ao golpe de 1964 – em decorrência das imposições teóricas e da obrigatoriedade do alinhamento com as teses do PCUS.

A nossa hipótese é que o sectarismo rejeitado pelos editores deveria ter sido interpretado sob nova chave. Em vez de o sectarismo estar associado aos comunistas dogmáticos, como Ênio e Félix entendiam, nos anos 1980 ele estava entre os intelectuais que recusavam qualquer tipo de vanguarda e viam apenas nos movimentos operários a alternativa social e sociologicamente válida. Em outras palavras, para esses grupos o que não era movimento de base era um equívoco interpretativo, um dirigismo intelectual.

Isso não significa que Ênio Silveira não interpretasse a conjuntura e os problemas da fragmentação frentista proposta pelos novos intelectuais, sindicalistas do ABC e a Igreja Católica. No editorial do volume 6 da *Encontros*, já citado anteriormente, ele tece uma análise após as vitórias eleitorais do MDB, em 1978, em consonância com a posição de unidade democrática do PCB.

Facções diversas de oposição ao Governo, dentro ou fora do MDB, intensificaram seus preparativos para reorganizar em termos partidários a vida política nacional, como se a liberdade, gloriosa e refulgente, já tivesse efetivamente aberto suas asas sobre nós... E não foram poucos os ressentidos e vingativos que retiraram do fundo de seus baús as reservas de recriminações e ataques, cada um deles se julgando “mais autêntico”, “mais consequente”, “mais vítima” ou “mais herói” na luta contra as violências e os abusos da ditadura.<sup>62</sup>

Em que pese aos comunistas acusações de dirigismo, vanguardismo e distanciamento das massas, o PCB não estava desatento em relação aos acontecimentos do final da década de 1970 e não foi pego de surpresa quando eclodiu o movimento grevista em maio de 1978.

O editorial da VO de setembro de 77, por exemplo, já afirmava com firmeza: “a batalha pelo futuro já está em pleno curso. Para que ela seja travada com êxito, a classe operária (...) precisa – como já o vem fazendo – definir autonomamente (...) seu programa”. Em dezembro, o CC também já havia detectado que “o movimento sindical dá passos importantes em direção à conquista do direito de participar plenamente da vida pública brasileira” (LIMA, 1995, p. 239).

---

<sup>62</sup> SILVEIRA, Ênio. Quem tapa o sol com a peneira. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 6, dez/1978, p. 8.

Além disso, em março de 1978, o PCB/SP convocou a classe operária para a luta democrática reivindicando a união de todas as forças populares, as quais cita: “o campesinato, os assalariados agrícolas, as camadas médias, os movimentos de estudantes, da juventude, de mulheres, dos profissionais liberais, dos intelectuais e artistas, os diversos movimentos associativos, particularmente os de bairro”<sup>63</sup>.

Mais adiante veremos a crítica de José de Souza Martins sobre os intelectuais que insistiam em ver apenas no operariado urbano a possibilidade de transformação social, desconsiderando o campo: “é no campo, por exemplo, que se pode ouvir uma palavra raramente ouvida entre operários urbanos: a palavra liberdade”<sup>64</sup>.

Se, por um lado, Ênio Silveira e Moacyr Félix foram bem-sucedidos na blindagem do sectarismo comunista dos anos 1960 com a RCB, por outro lado a difusão dos debates humanistas em favor da democracia virou uma colcha de retalhos polifônica e polissêmica na *Encontros* em que não foi possível capitanear a “estrutura de sentimento” capaz de aglutinar todos esses grupos.

O frentismo pecebista em ruína com a emergência do PT foi a expressão política da ruína editorial da *Encontros*. Em vez de formar uma “rede de sociabilidades” (SIRINELLI, 2003) ou uma “formação cultural”<sup>65</sup> (WILLIAMS, 2000), a revista publicou fragmentos de várias vozes que disputavam a emergência de um projeto de Brasil em tempos de redemocratização. E os seus editores falavam com argumentos dos anos 1960, mas sem o sectarismo e tolhimento de novas vertentes intelectuais.

Uma das vozes que dissertou sobre a figura do intelectual e fez coro às posições vanguardistas de seus editores foi Nelson Werneck Sodré, historicamente ligado ao ISEB e ao Partido Comunista, com o ensaio “Posição e responsabilidade dos intelectuais” no volume 18, originalmente escrito para o número 23 da RCB que não saiu por conta do fechamento da revista no número 22 após o AI-5 (anexo 1). Temos aqui, portanto, uma perspectiva congelada no tempo, o que Sodré pensava sobre a figura do intelectual naquele ano. Moacyr Félix e Ênio Silveira consideraram o ensaio ainda pertinente à contribuição do debate, a reforçar os marcos da década de 1960 da argumentação dos editores na *Encontros*.

---

<sup>63</sup> In: NOGUEIRA, Marco Aurélio; CAPISTRANO FILHO, David; GUEDES, Cláudio. **O PCB em São Paulo: documentos** (1974-1981). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 35

<sup>64</sup> MARTINS, José de Souza. Ciência e crise política: a sociologia a caminho da roça. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979, p. 247.

<sup>65</sup> Capítulo 1.

A compreensão da figura do intelectual já se diferencia em seu fundamento dos textos do tópico anterior, Sodré não partiu da concepção gramsciana em que cada classe possui seu intelectual, para ele

a diferença entre o trabalho físico e o trabalho intelectual existe desde que existe a sociedade dividida em classes, e persiste por algum tempo, mesmo depois de surgir a sociedade socialista: o trabalho intelectual é próprio de uma classe, o trabalho físico é próprio de outra. É mais do que sabido, por exemplo, que a denominação de liberais, dada a atividades peculiares aos intelectuais e às suas profissões, esteve, na origem, ligada à condição concreta: à condição de homens livres, isto é, não sujeitos à servidão.<sup>66</sup>

Em certa altura, o autor ao debater a formação do mercado de bens culturais e a “invasão” da indústria cultural no Brasil, embora sem usar exatamente esse aparato teórico, forneceu pistas sobre a posição criticada nos textos acima. Sobre o mercado da música queixa-se que pouco se fala sobre o que “é imposto ao gosto do público” como “gosto público”, “cultivada por um aparelho publicitário gigantesco, capaz de fazer crer que o branco é negro” (p. 106).

Embora a acusação fosse direcionada à indústria cultural, crítica compartilhada pela esquerda católica e não pecebista, poderíamos identificar uma subestimação e categorização por parte de Sodré do que seria o gosto do público. Sobre esse dirigismo intelectual que recaiu a crítica dos novos intelectuais que não compartilhavam do aparato pecebista.

Por outro lado, o autor destacou que à intelectualidade não era inerente uma boa posição política. Ele conferiu maiores possibilidades às “pessoas pouco ilustradas” que “podem ter compreensão política superior à de pessoas muito ilustradas [...] Um operário pode ter – tem, com frequência – posições políticas mais justas, mais lúcidas, qualitativamente superiores às de um intelectual, de um escritor, de um político” (p. 112).

Como o artigo foi escrito em 1967, talvez o auge da relativa “hegemonia cultural de esquerda”, Sodré mencionou ser “fácil constatar, por outro lado, que o pensamento válido, em nosso País, é o pensamento de esquerda, em todos os campos da arte” e citou os campos de atuação no universo cultural dominados pela esquerda, fato duvidoso em dezembro de 1979 em decorrência da indústria cultural. Destacou também a superioridade moral em assumir tal posição.

O predomínio absoluto e indisfarçável do pensamento de esquerda não significa que os indivíduos são melhores por serem de esquerda; melhor, na verdade, é o que eles

---

<sup>66</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Posição e responsabilidade dos intelectuais. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 18, dez/1979, p. 100.



defendem, e mais fascinante, e mais belo, e mais fecundo, e mais alto e mais progressista e avançado. Por isso é que tal pensamento é válido e o seu antípoda não é, é desmoralizado, é superado, é limitado.<sup>67</sup>

Na sequência da citação é que a marca pertinente aos intelectuais pecebistas que viam no intelectual figura de destaque no processo histórico se revela.

Como a pequena burguesia particularmente a urbana, e, nela, determinados grupos, como o dos intelectuais, e dos artistas e escritores, particularizando ainda mais, representa força importante no processo histórico brasileiro, na etapa atual, com papel de relevo, estes tendem naturalmente para a esquerda [...] de sorte que o comum passou a ser a participação do artista na política, enquanto indivíduo.<sup>68</sup>

Nas conclusões o autor indicou um compromisso histórico do intelectual para com o país a partir de sua atuação política. Sobre a arte e os artistas, disse que um dos seus objetivos é a representação da verdade, o que ultrapassa a literalidade da realidade, pois a verdade além de ser concreta, pode ser revolucionária. Naquele 1967, Sodré afirmou: “basta ser o artista honesto na representação da realidade para [...] assumir posição revolucionária” (p. 119).

Sim, os intelectuais cumpriram o seu dever; os artistas, os escritores nisso incluídos. Nos dias tenebrosos de 1964 e de 1965, artistas e estudantes ficaram, praticamente, isolados, lançando os seus protestos, contra todos os desmandos. Deram provas de consciência, de coragem e até de organização<sup>69</sup>.

Portanto, além de os intelectuais serem a consciência da realidade e refletirem e intervirem “com o sentido profético que as criações artísticas às vezes contêm”, Sodré apontou, ainda que numa análise preliminar, como o intelectual brasileiro dos anos 1960 cumpriu um papel histórico ao entoar contra o regime de maneira isolada, isto é, enquanto outras categorias – ou classes, seguindo a definição de intelectual do autor – não deram a mesma “prova de consciência”.

O volume 12, publicado em junho de 1979, trouxe um dossiê sobre o intelectual: “Oito enfoques sobre o papel da intelectualidade”, com ele evidencia-se em certa medida a posição da revista sobre o tema. Mesmo com opiniões críticas aos intelectuais vinculados ao nacional-popular e até contraditórias na percepção entre elas, não é destacado em momento algum o novo perfil de intelectual que emergiria nos anos 1980. Logo, nas 75 páginas do dossiê, temas como basismo, classismo, pedagogia do oprimido, papel da Igreja não são nem abordados. O intelectual ligado à cultura, à ciência e à

---

<sup>67</sup> Ibid. p. 116

<sup>68</sup> Idem

<sup>69</sup> Ibid. p. 122

universidade sim. E mesmo com as contradições, as críticas do novo intelectual sobre o intelectual vanguardista não foram evidenciadas.

Outro ponto que se destaca para compreender que o dossiê é uma posição editorial da revista sobre o intelectual – e com isso não queremos dizer a sua definição ou mesmo o seu papel na sociedade, mas os termos em que o debate deveria ser colocado – é a data de dois textos em particular: o terceiro: “Dilema político dos intelectuais”, de Manoel Maldonado Denis em que após a minibiografia do autor segue a nota: “Este texto é parte de uma conferência pronunciada em 1961. ECB ora o republica no Brasil por considerá-lo ainda atual em vários aspectos e por tratar de um tema que sempre estará presente em suas coleções: a função e a responsabilidade dos intelectuais.” Nesse ensaio o autor destacou o lugar privilegiado do intelectual, pois “Enquanto os outros rendem culto ao deus Mammon, ou se inclinam ante os deuses do poder e da dominação, o intelectual procura, mediante a ‘chamada’ que se lhe apresentou, o caminho sempre acidentado, e até labiríntico, da *verdade*”<sup>70</sup>. Na perspectiva do autor é correto enaltecer essa posição do intelectual, devido à sua “aguda inteligência”, por isso e pela busca à verdade, ele “é o porta-voz dos conquistados, dos derrotados, dos ‘humilhados e ofendidos’. A sua missão, pela sua própria natureza radical, é a de revelar, mostrando, em toda a sua crueza, tudo o que há de falso, de injusto, de opressivo, na ordem social em que vive” (p. 201).

Assim como, o quarto texto também foi originalmente escrito na década de 1960, embora sem uma data precisa foi indicado que se trata do fim, “O conto na Revolução”, do escritor argentino Júlio Cortázar, cuja nota mencionava: “Conferência pronunciada em Havana, há mais de dez anos atrás (sic). As palavras de Cortázar guardam atualidade e servem como um dos pontos de partida para o exame e a discussão do fazer literário e seus alcances”.

Cortázar teceu críticas ao escritor que busca escrever sobre a revolução, ou revolucionariamente, a partir de seus termos, o que Sodré no texto acima chamou de “representação naturalística”<sup>71</sup>.

Creio que o escritor revolucionário é aquele em que se fusionam indissolavelmente a consciência de seu livre compromisso individual e coletivo, com essa outra soberana liberdade cultural que confere o domínio pleno de seu ofício. Se esse escritor, responsável e lúcido, decide escrever literatura fantástica, psicológica, ou voltada para o passado, seu ato é um ato de liberdade dentro da revolução, por isso é também um ato revolucionário,

<sup>70</sup> DENIS, Manoel Maldonado. Dilema político dos intelectuais. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979, p. 194.

<sup>71</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 119

embora seus contos não se ocupem das formas individuais ou coletivas que a revolução adota.<sup>72</sup>

Nos textos de Moacyr Félix no terceiro capítulo veremos que ele trouxe esse debate do engajamento, da submissão da estética ante a ética e qual era o papel que o poeta, especificamente, devia se prezar.

Muitos debates foram realizados nos anos 1960 e 1970 no Brasil já com críticas sobre artistas que se submetiam à direção pecebista, o que se acirrou nos anos 1980, sobretudo quando o partido e a cultura de esquerda oriunda dos CPCs entraram em declínio e passaram a concorrer com outras formas de expressão artística, que ganhavam cada vez mais destaque e cimentavam-se como a cultura que seria dominante, fazendo do PCB e sua política cultural um resíduo com marcas na indústria de entretenimento.

Em nome de uma sofisticação artística, Cortázar afirmou:

contrariamente ao critério estrito de muitos que confundem literatura com pedagogia, literatura com ensino, literatura com doutrinação ideológica, um escritor revolucionário tem todo o direito de dirigir-se a um leitor muito mais complexo, muito mais exigente em matéria espiritual do que imaginam escritores e os críticos improvisados pelas circunstâncias e convencidos de que seu mundo pessoal é o único mundo existente, de que as preocupações do momento são as únicas preocupações válidas.<sup>73</sup>

E concluiu com uma crítica aos que defendiam a “arte popular”: “o interesse apaixonado que despertam muitos contos e romances nada simples nem acessíveis, deveria fazer suspeitar aos partidários do mal chamado ‘arte popular’ que sua noção de povo é parcial, injusta e, em última análise, perigosa” (p. 212).

O primeiro artigo do dossiê, “O compromisso social do escritor”, assinado pelo jornalista Luiz Fernando Emediato e o sociólogo peruano Rúben Elias, apesar de tecer críticas a algumas percepções da cultura nacional popular com foco em Ferreira Gullar e o livro *Vanguarda e subdesenvolvimento*, procurava de forma propositiva, ou seja, diferentemente do criticismo do intelectual da década de 1980, encontrar uma forma de expressão da cultura nacional popular, sua literatura e política, que “só conseguirão expressar-se cabalmente se conseguirem entender a complexidade da realidade presente a partir da indagação de suas probabilidades, através da superação de suas antigas determinações”<sup>74</sup>.

<sup>72</sup> CORTÁZAR, Júlio. O conto na revolução. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979, pp. 210-211.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> EMEDIATO, Luiz Fernando; ELIAS, Rubén. O compromisso do escritor (questões gerais). In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979, p. 179.

Para a nossa discussão, não cabe detalhar todos os artigos, mas gostaríamos de discutir o sétimo: “Os bobos da corte estão levitando”, de Sérgio Augusto, que apontava algumas contradições dos intelectuais e suas atuações na indústria cultural, particularmente a partir da figura do crítico e do criticado (artistas).

O autor recordou um fato ocorrido meses antes da publicação do texto, em que Caetano Veloso qualificou de “canalha comunista” os críticos que “monopolizam” as seções nos jornais e “obedecem a dois senhores: o dono da empresa e o chefe do partido (leia-se Partido Comunista)”<sup>75</sup>. Demonstrando que a “hegemonia de esquerda” apesar de ser constantemente esvaziada pela indústria cultural e pela ditadura militar ao longo dos anos 1970 ainda continuava a reverberar entre aqueles que a constituíram. A frase de Caetano foi dita no contexto da polêmica das “patrulhas ideológicas”, lançada por Cacá Diegues.

Sérgio Augusto afirmou que a imprensa conservadora nunca havia adulado tanto Caetano Veloso quanto no final dos anos 1970. “Dá para desconfiar” (p. 234). “Nos dias correntes, a maneira mais fácil de se angariar espaço permanente nos mais vetustos jornais do país não é ser um grande autor, mas um autor disposto a endossar-lhes a paranoia de que as esquerdas constituem sério obstáculo para a redemocratização do Brasil” (p. 235). Não houve por parte dele um desprestígio a Caetano Veloso enquanto artista, ao contrário, o autor elogia muito o trabalho do músico, no entanto critica sua atuação pública.

O autor concluiu seu texto dizendo: “O essencial na capciosa polêmica das patrulhas não é bem saber quem é quem, e sim de que lado estão as forças dominantes, se dos patrulheiros ou dos patrulhados. Pois são elas, em suma, que decidem a questão” (pp. 240-41).

O termo “patrulha ideológica” foi cunhado por Cacá Diegues em entrevista ao Estadão após ser acusado de alienado e racista com os filmes *Xica da Silva* (1975) e *Chuvas de Verão* (1978), pois já não reproduziam o padrão de engajamento típico do Cinema Novo, segundo os patrulheiros. Mais do que uma simples polêmica, Napolitano aponta para “um sintoma da crise maior que marcou o fim de um ciclo de engajamento artístico que se iniciou no final dos anos 1950” (2017, p. 240). Diríamos que marca o ocaso do *intelectual nacional-popular*, o qual buscamos as explicações ao longo desta pesquisa e temos aqui um forte indício.

---

<sup>75</sup> AUGUSTO, Sérgio. Os bobos da corte estão levitando. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979, p. 234.

Apesar de ser assunto do próximo capítulo, cabe agora explanar, ainda que sinteticamente, a hipótese de Napolitano, pois estamos traçando as discussões ocorridas na Encontros sobre a figura do intelectual, e segundo o autor de *Coração civil* as “patrulhas ideológicas” são exemplares no rompimento com a cultura nacional-popular, tratando com o instrumental teórico que mobilizamos neste trabalho, as patrulhas contribuíram para alçar o nacional-popular à cultura residual.

Porém, o nacional-popular como cultura dominante é resultado de um longo processo histórico que combinou características distintas e que consolidou a relação entre arte e política, Napolitano cita a “tentativa de articular a expressão estética nacional-popular e as premissas do modernismo”; em termos políticos, o autor fala na “tensão entre o dirigismo partidário e a busca de liberdade de expressão e criação” (2017, p. 240-241).

O debate sobre as patrulhas tornou-se então a chance dos liberais e conservadores “isolar e neutralizar a influência de esquerda como um todo, mas, sobretudo, a hegemonia cultural de esquerda comunista” (NAPOLITANO, 2017, p. 258), fato percebido no calor dos acontecimentos por Sérgio Augusto que acusou em seu ensaio na Encontros vários intelectuais de surfarem a onda do mercado: “Num país incrivelmente rico em analfabetos e miseráveis como o nosso, qualquer um que viva de escrever e publicar o que escreve é um elitista, inclusive Jorge Amado, que por sinal possui um padrão de vida superior à quase totalidade dos críticos”<sup>76</sup>. Segundo Napolitano, no final dos anos 1970,

o artista de esquerda não poderia mais supor que a ‘a ida ao mercado’ era uma estratégia sem consequências políticas, veículo neutro para expor suas ideias a um público mais amplo [...] Cada vez mais, a indústria da cultura exigia fórmulas estéticas voltadas para o consumo cultural ligado ao entretenimento, o que nem sempre se harmonizava com as exigências políticas em torno da arte engajada. [...] como seria possível uma arte engajada mediada pela lógica do consumo cultural industrializado? (2017, pp. 259-60).

A resistência cultural que outrora uniu artistas e intelectuais de esquerda, em seu processo de redemocratização, revelou um clima de “confusão ideológica e divisionismo”. As discordâncias eram diametralmente sintetizadas entre patrulheiros e patrulhados, “revelando a fragilidade do debate e os dilemas da vida cultural, que eram veículos, por sua vez, dos dilemas da vida política em tempos de ‘abertura’” (NAPOLITANO, 2017, p. 260).

Sugestivamente Napolitano pergunta: “quem era o inimigo principal a ser combatido?”, e ironicamente Sérgio Augusto responde:

---

<sup>76</sup> AUGUSTO, Sérgio. Op. Cit., p. 238.

Pior do que as patrulhagens de que tantos se confessam vítimas é a situação em que se encontram inúmeros profissionais impedidos de ingressarem em instituições oficiais, ou de lá permanecerem, por razões políticas. Sim, houve expurgos nas universidades, nos centros de pesquisa, nas repartições públicas, nas casernas, mas quem as articulou foi a patrulha ideológica que realmente conta: os aparelhos de repressão do Estado, e não o Departamento de Filosofia da PUC do Rio.<sup>77</sup>

Enquanto a esquerda “perfurava-se” no acirramento dos debates, os liberais já tinham aceitado

de bom grado a democracia relativa, que entendem como a proteção mais segura para a integridade dos seus cristais, neste nosso mundo conturbado. Por isso sacaram do seu baú de relíquias udenistas o bacamarte e a eterna vigilância. Daí a xaropada das patrulhas ideológicas, figura de retórica do macarthismo preventivo, o gás paralisante que faltava no arsenal dos que têm segredos e pecados a esconder – e cristais a conservar.<sup>78</sup>

Além disso, para concluir o dossiê e finalizar o debate em torno das discussões intelectuais do período em termos genéricos, pois na sequência partiremos ao cenário universitário e suas reverberações na Encontros, cabe realçar o oitavo e último texto, “Ciência e crise política: a sociologia a caminho da roça”, do sociólogo vinculado à USP, José de Souza Martins, em que ele destacou a importância do campo para a democracia brasileira que

não depende apenas da classe operária, das negociações dos metalúrgicos ou do que o Lula diz na televisão. Há uma imensa massa humana no campo. Sem ela não haverá democracia alguma. [...] É lá que estão os germes do questionamento político da forma hegemônica de propriedade que fundamenta hoje o contrato social e político neste país. Não é no sindicato tutelado.<sup>79</sup>

Uma crítica direta à nova esquerda que ao tecer suas críticas aos intelectuais do nacional-popular focou de tal forma na classe operária e nas “potencialidades críticas da ‘cultura popular local e proletária’” (NAPOLITANO, 2017, p. 258) que passou a repetir o erro dos criticados na perspectiva de José de Souza Martins: “Continuamos a discutir a classe operária urbana como se não houvesse nenhum elo entre a sua situação e a dos lavradores pobres do nordeste ou de outras regiões. Privilegiamos a burguesia e o proletariado de grandes cidades como São Paulo”<sup>80</sup>.

Mesmo com sua interpretação marcadamente política, ao citar Lula, José de Souza Martins está se direcionando ao público universitário e aos equívocos que na sua perspectiva as ciências sociais passaram a repetir no contexto de abertura. O que nos leva ao tópico seguinte.

---

<sup>77</sup> Ibid. p. 241

<sup>78</sup> Idem

<sup>79</sup> Ibid. p. 247

<sup>80</sup> Ibid. p. 246

### 2.3. A Universidade como nova esfera de debate

Russel Jacoby analisa, através da boemia e seu declínio, o impacto das mudanças substantivas na intelectualidade nova-iorquina. Para ele, o ritmo de vida dos intelectuais interfere em suas produções, as mudanças espaciais alteram a qualidade do material escrito: “a sociedade dos cafés deu origem ao aforismo e ao ensaio; o campus universitário produz a monografia e a conferência – e o pedido de subvenção” (1990, p. 43). A tradução usou subvenção, que dubiamente pode significar o pedido de socorro ou o subsídio de poder público.

A partir do último significado podemos resgatar brevemente um debate promovido que opõe Florestan Fernandes, Giannotti e Francisco de Oliveira a Fernando Henrique Cardoso sobre a atuação intelectual na universidade no sistema capitalista brasileiro autoritário. Giannotti defende a marginalidade voluntária, enquanto Florestan assume que não há como conciliar a liberdade com o capitalismo, dessa forma, a atividade intelectual inclusa, “Não há mais como compatibilizar democracia burguesa com pedagogia revolucionária” (FERNANDES, 1976, p. 117 *apud* PÉCAUT, 1990, p. 287); e acusa os que partem em defesa do profissionalismo, pois as relações de classe não podem se institucionalizar, haja vista que o engajamento do intelectual só ocorre com a ruptura radical: “A profissionalização responde muito mais aos requisitos de segurança econômica e de competição estreita do que às grandes ambições de trabalho” (1975, p. 84 *apud* PÉCAUT, 1990, p. 289).

Para além da questão se subvenção é subsídio, socorro ou ambos, Jacoby insiste no rearranjo que o fim da boemia impõe aos intelectuais. Para ele, as alterações da própria cidade – a alta nos custos de vida afastando os intelectuais do centro da cidade, e fazendo uma nova geração “subvencionada”, para jogar com a palavra, pelos *campi* universitários – dilapidaram a boemia, a qual não foi mais “capaz de afetar a cultura mais ampla”, “os boêmios as abandonaram pelas estradas, pelos campi universitários e pela vida rural” (1990, p. 65).

Ainda que o fenômeno estudado pelo autor refira-se a uma realidade própria dos Estados Unidos e sobre um grupo social específico, é de se notar o fundamento do argumento posto nas entrelinhas: Jacoby enuncia o sufocamento da “esfera pública de debate” e com isso a aglutinação da figura do intelectual em torno da universidade. Uma de nossas considerações corre nesse sentido.

Com a falência da cultura hegemônica de esquerda no Brasil, o contingente de intelectuais que atuava na esfera pública de debate precisou ser incorporado pelas “instituições competentes”, e duas são as saídas: a indústria cultural e a universidade, embora Pécaut argumente que há no início dos anos 1980 uma retomada da publicização da figura do intelectual a partir, também, da política (1990, p. 300 et seq.).

Se essas questões encontram lastro na realidade, é preciso considerar as transformações que a universidade passou durante a “modernização conservadora” da ditadura militar. Posto isso, cabe observar como a Encontros repercutiu através de suas publicações a atuação do intelectual na universidade.

As aposentadorias compulsórias de vários professores e funcionários universitários ocorridas em 1969 não significou o suprimimento da universidade por parte dos militares, assim como a cassação de militares de esquerda logo nos primeiros momentos do regime não foi o mesmo que o fim do Exército. O regime tinha em vista a modernização conservadora das instituições brasileiras, gerando fenômenos complexos, contraditórios e ambivalentes às análises posteriores.

Enquanto departamentos e faculdades inteiros eram encerrados, como a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Departamento de Filosofia da Universidade do Rio Grande de Sul, os professores da USP aposentados, além de outros centros, houve o início de uma política de abertura de cursos de pós-graduação e incentivo às universidades privadas.

O Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969, logo após o AI-5, é esclarecedor no sentido do que os militares esperavam da Universidade como função social. O Art. 1º, sobre o que se caracteriza “infração disciplinar”, destacam-se os incisos III: “Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe”; e o VI: “Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública”<sup>81</sup>, ou seja, não cabia a professores, alunos e funcionários a prática política no ambiente universitário. As sanções incluíam a proibição de utilizar o serviço público como magistrado, funcionário ou aluno e cortes de bolsa, aos estrangeiros havia o agravo da deportação.

Após a “reforma universitária militar”, o debate sobre o profissionalismo e a competência na Universidade cresceu. Um dos fatores que levou a isso foi o aumento dos

---

<sup>81</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em 31 de dezembro de 2020.



programas de pós-graduação que “acentua a legitimidade científica dos que reclamam um maior ‘profissionalismo’. Nas universidades, um número crescente de estudantes orienta-se para essas disciplinas e, apesar dos obstáculos, sua produção – teses e livros – é considerável” (PÉCAUT, 1990, p. 259). Segundo Pécaut, isso evidenciou uma sensibilidade por parte do regime às classes média e alta, frequentadoras do ambiente universitário, cujo crescimento foi considerável.

Entre 1964 e 1984, o número de estudantes no conjunto das instituições de ensino superior decuplicou aproximadamente. O número de professores aumentou em proporções quase tão consideráveis. Só nos anos 74-80, os professores em tempo integral passam de 10.916 a 32.000 nas universidades públicas, e de 11.915 a 31.000 nas faculdades particulares (PÉCAUT, 1990, p. 264).

Ainda de acordo com o mesmo autor, o número de estudantes também cresceu consideravelmente, 797%. A partir de 1968, a reforma universitária implantou o sistema de departamentos, ampliou a formação da graduação, multiplicou os cargos em tempo integral, a possibilitar a profissionalização do professor universitário, além de encorajar a pesquisa. Entre 1980 e 1984, os professores fizeram um balanço e as conclusões foram desanimadoras: “burocratização excessiva, pesquisa rotineira, formação inadequada, professores universitários voltados para si mesmos” (PÉCAUT, 1990, p. 265).

Apesar disso, a década de 1970 foi marcada por grandes investimentos no ensino superior. A partir de 1972, as ciências sociais tiveram considerável aumento no orçamento geral para a realização de pesquisas.

Os programas de mestrado e doutorado desenvolvem-se rapidamente. Antes de 1968, existiam apenas quatro em sociologia; em 80-81, há vinte e quatro. Em economia, eram três antes de 1968, e passam para catorze em 80-81. O CNPq desempenha um papel importante nessa evolução, liberando grandes verbas para bolsas de estudos no Brasil e no exterior (PÉCAUT, 1990, p. 265).

Esses aumentos já sentidos no final dos anos 1970 levaram à pergunta de Luiz Alberto Gómez de Souza no volume 13 da *Encontros*, “Universidade Brasileira: crescimento para quê e para quem?”<sup>82</sup>.

O ensaio convoca outros argumentos de estudiosos da época publicados em outras revistas e funcionará, neste momento da pesquisa, não apenas como fonte para compreendermos a concepção da intelectualidade sobre a universidade na *Encontros*, mas também como bibliografia para debatermos a importância da universidade em si no contexto da reforma universitária.

---

<sup>82</sup> SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Universidade Brasileira: crescimento para quê e para quem? In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, vol. 13, jul/1979, pp. 175-193.

As reflexões realizadas à época da publicação do ensaio de Gómez de Souza já indicavam que o aumento desenfreado promovido pela reforma de 1968 tinha objetivos específicos. De matriz gramsciana, o argumento inicial do autor apontava a universidade como um elemento da sociedade civil determinado pela infraestrutura e articulado entre as classes a partir de parâmetros impostos pela classe política. A universidade como instituição da sociedade capitalista desempenharia um papel “estratégico e contraditório” na manutenção e na transformação de certo bloco histórico. Segundo, Gómez de Souza

Estas considerações preliminares indicam a necessidade de superar tanto uma concepção ingênua que confere às mudanças na Universidade e à reforma universitária em particular uma capacidade de transformação radical, como se tudo se realizasse numa área isolada, mas também, por outro lado, abandonar a concepção mecanicista que subestima qualquer atividade na Universidade, considerando-a apenas um esforço em vão, rapidamente recuperado pelos setores hegemônicos.<sup>83</sup>

Logo, a universidade atuaria nas duas direções, como autoperpetuação dos setores hegemônicos, e espaço de criticidade dos aparatos dominantes, apesar de os debates serem condicionados pelas classes políticas.

Posto isso, Gómez de Souza debateu sobre o crescimento da universidade brasileira, que por si só seria um elemento pouco significativo descolado do contexto mais amplo. Sua relevância estaria de acordo com as particularidades da sociedade brasileira, principalmente o aumento da classe média e sua expectativa enquanto um ator social de destaque a partir da segunda metade do século XX.

A primeira mudança significativa deu-se antes da reforma com o acordo MEC-USAID, uma parceria entre brasileiros e estadunidenses para reorientar a política educacional do país, ou seja, um projeto “tecnocrático-empresarial”, cujo objetivo era vincular a universidade aos “centros privados de produção e a um ‘mercado’ teoricamente competitivo, mas de fato cada vez mais monopolista” (p. 186). Esse acordo, com vistas a implantar uma atitude empresarial na área educativa, com ênfase na gerência da organização social, dava especial atenção às “mudanças quantitativas – daí a importância para ela da expansão –, à ciência aplicada, à autoridade, à sistematização, ao conformismo e à identificação com os grupos poderosos” (p. 186). Gómez de Souza afirmou que o destaque desses elementos precisavam ser considerados para entender qual ensino superior estava se expandindo.

Um Grupo de Trabalho foi criado em 1968 para a formulação no prazo de um mês do projeto da reforma universitária. Entre as conclusões estava a priorização de carreiras

---

<sup>83</sup> Ibid. p. 176

que promoveriam o “desenvolvimento equilibrado da sociedade” e considerando a diferença entre demanda e vagas disponíveis, estas estariam reservadas “aos mais capazes intelectualmente”. “O plano esperava 388 mil matrículas para 1970, quando alcançaram 425 mil e 744 mil em 1975, momento em que ultrapassaram o milhão. A taxa média de expansão prevista entre 1968 e 1975 de 16,4% foi superada em quase todos os anos e chegou a pouco menos do dobro em 1971” (p. 187). O aumento quantitativo não implicou em democratização do ensino superior, que ainda tinha um acesso reservado às classes médias e altas.

Houve uma alteração na dinâmica da classe média e a universidade representou uma possibilidade de ascensão social, daí a importância da expansão universitária, a saber: com a passagem ao capitalismo monopolista e concentração de capital em grandes empresas, a classe média que tradicionalmente se reproduzia socialmente através de pequenos negócios e profissões liberais foi prejudicada pela “modernização conservadora” da ditadura militar. Na hipótese de Luiz Antonio Cunha, “a conquista de graus escolares mais e mais elevados não *garante*, mas *permite que se postule* a ascensão social nessa nova fase” (ARGUMENTO, nº 2, p. 46), a ocasionar um excedente de candidatos nas escolas de nível superior. Em 1968 eram 125 mil sem vagas no país.

A política econômica não permitiria uma expansão de matrículas demasiado elevada, com altos custos para o governo, mas se impunha ao mesmo tempo a necessidade de manter altas as expectativas das classes médias e de dar alguma base ‘às aspirações de ascensão social via escolarização – promoção burocrática’.<sup>84</sup> É como se tratasse de compensar a crescente concentração de renda a partir de uma certa abertura das oportunidades ao nível do ensino superior.<sup>85</sup>

Nessa toada, Gómez de Souza identificou uma alteração substancial no ensino superior com a pós-graduação tendo “funções exercidas anteriormente pela Universidade, baixando esta última à situação do antigo ensino médio, recriando-se assim no nível superior as diferenças. O incremento dos cursos de pós-graduação entre 1970 e 1976 foi de 617%” (p. 189). O autor também estabeleceu um paralelo demonstrativo dessas mudanças qualitativas. “É interessante notar como a matrícula total da Universidade brasileira em 1950 (37.504 estudantes) é semelhante à da pós-graduação em 1976 (35.814 estudantes)” (p. 189).

O que ao longo dos anos 1970 e 1980 fez o tema sobre a profissionalização a tônica entre as ciências sociais que renunciaram a “ideologia da nação à maneira isebiana

<sup>84</sup> CUNHA, Luiz Antonio. “O ‘milagre brasileiro’ e apolítica educacional”. In: **Argumento**, ano 1, nº 2.

<sup>85</sup> Ibid. p. 188

ou em formulação de um ‘projeto nacional’” (PÉCAUT, 1990, p. 268). Houve, portanto, a reorientação dos intelectuais em especialistas universitários calcados na ciência, espacialmente localizados no lugar por excelência da sua produção, ocupando a posição do outrora militante político.

A “profissionalização” surge então como um recurso cuja utilização situa-se em dois planos. Diante da difusão das ciências sociais, estabelece um princípio de classificação baseado em títulos universitários e uma separação entre produtores legítimos e amadores ou público. Diante dos governantes, preside à defesa dos interesses intelectuais e materiais, serve para justificar a necessidade de um espaço autônomo de liberdades daí decorrentes, permite invocar os requisitos da criação científica e, portanto, também questionar as orientações oficiais nesse terreno ou requerer uma participação na definição dessas orientações. Num momento em que a ciência e a tecnologia tornam-se os componentes centrais de toda a política de desenvolvimento, a referência profissional constitui uma forma de os intelectuais se organizarem como um ator político capaz de, em nome de sua função na produção de conhecimento, remeter-se a uma racionalidade própria contra as opções de uma tecnoburocracia que pretende confiscar o uso da ciência em proveito de seus próprios projetos (PÉCAUT, 1990, p. 271).

Neste contexto de especialização do intelectual os institutos tornaram-se espaços onde a “atividade universitária” podia ser realizada fora da universidade por parte daqueles que foram aposentados ou blindados pela ditadura militar, gozando até de algumas “facilidades” não encontradas nas universidades no período de maior repressão naquele ambiente, entre 1968 e 1974, como o intercâmbio com universidades estrangeiras e fontes de financiamento para a realização de pesquisa. Nessa esteira, surge o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), ambos de 1969, Centro de Estudos em Cultura Contemporânea (CEDEC), em 1977, e o IDESP, em 1979. Entidades particulares que gozavam de financiamento privado, muitos de fundações dos Estados Unidos e da Alemanha, caso do CEBRAP e IUPERJ, por exemplo, financiados pela Fundação Ford e do CEDEC, financiado pela Fundação Friedrich Ebert. Embora, após 1975, instituições brasileiras também entraram com capital, como a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

Pécaut diz que seria exagero afirmar que os institutos são “os únicos polos de pesquisa sociológica. As universidades estão longe de ser estéreis: a quantidade e muitas vezes a qualidade das teses ali elaboradas estão aí para demonstrar isso” (1990, p. 267).

De uma forma ou de outra, as instituições de ensino e pesquisa se tornaram um importante e decisivo polo irradiador de debate intelectual, com a exigência de profissionalização das ciências sociais para haver equiparação com os colegas de outras áreas, debates outrora realizados em outras tribunas passaram para esses espaços.

O período de abertura assistiu à universidade como uma importante esfera pública de debate. O caso da SBPC, citado anteriormente, é exemplar nesse sentido. A adesão da instituição à redemocratização e à Assembleia Constituinte é um decisivo momento para a intelectualidade e tornou-se uma das formas de atuação dos intelectuais: ocorria um exaustivo debate sobre um tema em específico para, após isso, transbordar numa atuação política com uma decisão coesa. Ao contrário do que ocorria nas outras arenas, principalmente as publicizadas, a qual vinculou-se a *Encontros*, em que a intervenção política acontecia ao mesmo tempo da constituição do debate.

Apesar disso e também pelo fato de a reforma do ensino superior marcar dez anos quando a *Encontros* foi lançada, alguns debates sobre a universidade estavam amadurecidos e conclusões podiam ser tiradas. Estas conclusões e discordâncias em relação à atuação da universidade reverberaram na revista, cujo capital político e cultural foi minado por mais esse fator do final dos anos 1970: além de surgirem outros termos de debate sobre a figura do intelectual – que naquele momento deveria estar à serviço das massas com seu criticismo sobre o passado e desconstruindo a imagem do intelectual nacional-popular, orientador das massas e vanguardista –, também surgiram outras formas e espaços. Isso não significa que a universidade não tivesse importante atuação antes da reforma autoritária da ditadura militar ou mesmo antes do golpe. Mas os seus intelectuais precisavam atuar publicamente, caso que podemos verificar com a presença cada vez maior dos *uspianos* na *Revista da Civilização Brasileira* a partir de 1966, cujo fator a ser destacado foi o desaparecimento de lugares públicos de debate com o fechamento das revistas *Anhembi* e *Brasiliense* (PÉCAUT, 1990, pp. 211-212).

A mudança quantitativa promovida pelo regime, com vários cursos de pós-graduação, aumento de professores e estudantes, como demonstramos acima, ocasionou a mudança qualitativa entre o debate intelectual como se observa com o caso da SBPC: esgotava-se uma questão e traduzia-se em atuação política.

Além desta mudança, a universidade e seus atores tornaram-se um eixo ideologicamente preocupante aos militares, o que indicava uma centralidade entre os intelectuais.

Luiz Antonio Cunha publicou no volume 13 da *Encontros* um artigo sobre o vestibular e o aumento de vagas e suas consequências no pós-reforma universitária de 1968. De acordo com ele, em 1974 quando a expansão já atingira níveis consideráveis, como apontamos acima, o Conselho Federal de Educação não autorizou o funcionamento de nenhum curso novo de direito e de economia por considerar “saturado” o mercado para

esses profissionais. A resistência dos burocratas sobre a expansão “desenfreada” do ensino superior baseava-se num fundamento político e noutro ideológico.

O fundamento político consistia nos termos de que ele produzisse grandes contingentes de profissionais sem os empregos considerados compatíveis com a dignidade dos seus diplomas, situação essa antevista como mais ameaçadora à ordem vigente do que a dos “excedentes” de candidatos. O fundamento ideológico consistia no reconhecimento de que a qualidade do ensino superior estava caindo, formando profissionais incompetentes. [...] Por baixo dessas razões manifestas havia outras, não manifestas que temiam a perda do valor econômico (salário) e do valor simbólico (prestígio) das “profissões de nível superior” pelo aumento da oferta de diplomados.<sup>86</sup>

Diplomados não encontrariam o prestígio e o salário “adequados” à formação e poderiam frustrar-se em número cada vez maior e formar uma densidade considerável que reverteria negativamente às políticas de expansão do ensino do “Estado patrocinador”, conforme a definição de Cunha. O temor por parte dos militares encontrava lastro político nas eleições legislativas de 1974.

Afora a equivocada política de expansão do ensino dos militares, o aumento de universidades e de programas de pós-graduação possibilitou espaço e formação de outra maneira de atuar intelectualmente, que não estava na esfera pública, nas produções culturais, nem na militância política. Não obstante, essas formas poderiam se conjugar, ou seja, o acadêmico produzir culturalmente ou praticar militância, mas a sua qualidade de intelectual passou a residir na universidade.

Na Encontros, uma das expressões materiais do movimento crescente em torno da universidade e sua atuação como centro intelectual de destaque na passagem dos anos 1970 e 1980, foi a presença da republicação de seminários e congressos acadêmicos: um dos exemplos é o dossiê “Atividade Intelectual na Universidade”, no volume 16, cuja subscrição diz:

Os textos a seguir serviram de subsídio a um debate em torno das condições da *Atividade Intelectual na Universidade Brasileira Hoje*, realizado durante a 31ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Fortaleza<sup>87</sup>. Por se tratar de debate, foi dada preferência ao caráter polêmico em oposição à ideia de texto acabado (ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, vol. 16, p. 77).

<sup>86</sup> CUNHA, Luiz Antonio. “Vestibular: a volta do pêndulo”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 13, jul/1979, pp. 202-3.

<sup>87</sup> Outros artigos do mesmo encontro foram utilizados na Encontros, como o já discutido texto de Florestan Fernandes, “Tarefa do intelectual na revolução democrática”, no volume 14, o que nos leva a pensar que o modo de atuação da revista tornou-se muitas vezes um reflexo da atuação universitária.

O dossiê partia inicialmente de uma defesa da atividade acadêmica, com o texto de Gilberto Velho, à época coordenador do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ, “Academicismo e vida universitária”<sup>88</sup>.

O autor elencou duas categorias que considerou uma armadilha para os atuantes nas universidades e institutos de pesquisa: “isolamento” x “participação”. A argumentação faz um contraponto em relação à crítica do distanciamento da universidade da sociedade em sua praticidade. Para ele, “o pior que se pode fazer contra o desenvolvimento científico-intelectual de uma sociedade é procurar enquadrá-lo em termos imediatistas e utilitaristas”<sup>89</sup>. Velho procurou ressaltar a atividade do acadêmico com uma dinâmica de tempo diferente, a necessitar de prazos mais longos para consolidar algum efeito social, mas ponderou: “É evidente que isto não significa que se vá cair em atitudes idealistas onipotentes, ignorando as limitações sociológicas e políticas” (p. 79).

Velho afirmou que o esquematismo entre participação e isolamento precisa ser combatido uma vez que ele acaba “voltando-se contra a própria comunidade acadêmica em momentos de maior tensão e fechamento político” (p.79).

O autor buscava retirar a crítica que recaía à Universidade como um universo em si mesmo de costas para as demandas sociais e reconhecer as suas “peculiaridades e necessidades e, até certo ponto, com uma dinâmica própria” (p. 81). Para ele, com esse debate estava em jogo a própria importância do trabalho intelectual, que exigia um certo *ethos* acadêmico.

Cabe-nos perceber a redução do trabalho intelectual à universidade. É possível que Velho não considerasse o trabalho universitário como a única expressão intelectual na sociedade, mas defendê-lo era uma obrigação para que a intelectualidade pudesse continuar atuando, pois sem a instituição universitária não seria possível. Ainda que sutilmente, o autor criou uma escala valorativa ao defender a expressão intelectual universitária equivalentemente à expressão intelectual.

No texto seguinte, “Ensino e pesquisa: uma associação problemática”, de Luiz Antonio Cunha, professor da FGV à época, foi destacado o ponto positivo da reforma universitária de 1968 que uniu ensino e pesquisa, “diria que ele combate a existência de um corpo de pesquisadores ao lado de um corpo de docentes na universidade, defendendo a existência de um só corpo, de docentes pesquisadores” (p. 83), diz autor.

---

<sup>88</sup> VELHO, Gilberto. Academicismo e vida universitária. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 16, out/1979, pp. 78-81.

<sup>89</sup> Ibid., p. 79

No entanto, como aponta o próprio título, foi uma associação problemática, segundo Cunha, porque não houve esforços efetivos a esta vinculação. “Ao que parece, os incentivos salariais à dedicação exclusiva têm buscado estender o tempo de trabalho do professor na universidade, *com o pretexto da pesquisa*” (p. 83 [grifo original]). Completa dizendo que “A ligação entre ensino e pesquisa tem-se resumido à defesa de que o professor também pesquisa (mas não necessariamente) e reciprocamente: não é a docência que é indissociável da pesquisa, mas o docente do pesquisador e, mesmo assim, essa ligação não é esperada” (p. 83).

Cunha conclui seu texto trazendo uma especificidade da pesquisa “universitária”, ou seja, a que não é feita em institutos.

*A pesquisa universitária é a pesquisa feita para o ensino, entendendo essa relação como produção de conteúdo do que vai ser ensinado e de investigação do processo de ensino visando seu aperfeiçoamento. Pesquisar para gerar conteúdo e aperfeiçoar o processo de ensino, eis, a meu ver, a maneira correta de entender ensino e pesquisa como atividades indissociáveis.*<sup>90</sup>

Com a reforma e o acordo MEC-USAID inúmeras foram as consequências e formas para defender a universidade brasileira, ainda que pelo viés de sua crítica. Isso porque segundo os pesquisadores, como Marcio D’Olne Campos, que atuava no Instituto de Física da Unicamp, e Carlos Vogt, do departamento de Linguística da mesma universidade, o ensino superior brasileiro passou a ser norteado por parâmetros estadunidenses com consequências degradantes:

São inúmeras as análises publicadas atestando a degradação do ensino brasileiro nos últimos dez anos como consequência dessas medidas, cujo objetivo principal foi harmonizar os programas de ensino e as novas elites intelectuais em formação com a política desenvolvimentista e fortemente tecnocrata à qual todos nós nos temos submetido.<sup>91</sup>

Antes de começar seu texto, Campos destaca uma fala de Mario Schemberg, ao jornal Estadão, em que diz: “O que temos aqui é um tipo de universidade americana medíocre. Nos Estados Unidos há universidades excelentes, que estão sem dúvida entre as melhores do mundo. Mas, em consequência dos acordos MEC-USAID, não se introduziu aqui a universidade americana de melhor tipo, mas a do tipo medíocre. O resultado é que essa universidade massacra o talento no Brasil”.

<sup>90</sup> CUNHA, Luiz Antonio. Ensino e pesquisa: uma associação problemática. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 16, out/1979, p. 86

<sup>91</sup> CAMPOS, Marcio D’Olne. Formação do pesquisador: um processo em questão. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 16, out/1979, p. 89



Campos argumentou que o caráter nacional das normas de pós-graduação com formações em “centros de excelência”, segundo o CNPq, e com o consenso entre os pesquisadores sobre a internacionalização dos trabalhos, faz “com que se percam os objetivos sociais e as características regionais da instituição em formação onde se encontra o novo pesquisador-professor” (p. 91). Isso quando o objeto de pesquisa em si já não era estrangeiro com poucos objetivos para o desenvolvimento científico e intelectual nacional.

A reforma impôs uma profissionalização intelectual via Estados Unidos em que protocolos deveriam ser cumpridos. Tornou-se tão importante quanto o desenvolvimento da pesquisa em si, cumprir créditos, disciplinas, exames de qualificação, que segundo Campos (e Schemberg) deforma e massacra o pesquisador (p. 91).

Carlos Vogt, seguiu na mesma linha, no seu texto “De modelos e modelagens”<sup>92</sup>. Ele se ocupou, em grande parte, em narrar um acontecimento que ocorreu com uma de suas orientandas, cuja conclusão é o que nos interessa, mas para situá-la, resumiremos a história: ela concorria a duas bolsas, uma na França e outra nos Estados Unidos. A CAPES determinou que fosse para os EUA, sem justificar por que não a França, considerando que a pesquisadora havia demonstrado interesse por esse país, apesar de ambas serem frutíferas à pesquisa na área de linguística.

Vogt concluiu daí a “obediência aos padrões formais dos cursos de pós-graduação americanos tem sido sempre acompanhada de uma estranha, estreita e espúria obediência a padrões teóricos e metodológicos, cujos resultados são trabalhos de pura aplicação mecânica” (p. 96).

Antes de concluir o capítulo, há um elucidativo ensaio publicado no volume 19, de Ernst W. Hamburger, em que fica demonstrado como a universidade tornou-se um núcleo intelectual mais restrito, apesar do alargamento do ensino superior e de programas de pós-graduação pelo país.

De acordo com o autor, a expansão dos programas de pós-graduação “foi patrocinada por dois setores da tecnocracia governamental: aquele ligado aos projetos de desenvolvimento econômico e outro, responsável pela política educacional”<sup>93</sup>. Sobre o primeiro já abordamos a temática no artigo de Gómez de Souza. Quanto ao segundo, de

---

<sup>92</sup> VOGT, Carlos. De modelos e modelagens. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 16, out/1979

<sup>93</sup> HAMBURGER, Ernst W. Para que pós-graduação? In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 19, jan/1980, p. 83

uma forma ou de outra também já abordamos o tema, mas cabe acrescentar que com o avanço de universidades pelo país era necessário formar professores para ocupar os postos disponíveis, e coube aos programas de pós-graduação essa formação.

É importante para esta pesquisa discutir o momento de consolidação da pós-graduação no Brasil, pois ela é um eixo central na especialização e profissionalização do intelectual, impactando o modo de atuação presente em revistas político-culturais como a *Encontros*. O argumento seguinte de Hamburger clarificará o nosso ponto.

O autor diz que a implantação dos programas de pós ocorreu com três conjuntos de medidas sincronizadas:

1º) a estruturação da carreira universitária, exigindo graus pós-graduados dos professores como condição para promoção [...] 2º) o financiamento dos programas de pós-graduação e pesquisa por órgãos como o BNDE, CNPq, FINEP, CAPES e outros. Durante os últimos 12 anos [1968-1980] tem sido muito mais fácil para os professores e administradores universitários obter verbas para programas de pós-graduação e pesquisa do que para o ensino de graduação. Houve um estímulo financeiro claro para o estabelecimento de programas de pós-graduação, e o número de bolsas de estudo também aumentou muito.<sup>94</sup>

O que indicava uma alternativa econômica para os intelectuais. Foi possível naquele período encontrar um espaço alternativo à indústria cultural para o desenvolvimento de atividades intelectuais, ainda que subsidiado por uma ditadura que era majoritariamente rejeitada pelos produtores de cultura. E a terceira medida foi “a regulamentação acadêmica da pós-graduação, iniciada com o parecer Sucupira. De forma geral, esta regulamentação segue muito de perto a regulamentação das Universidades norte-americanas”.

Sobre a cópia do modelo estadunidense, que já citamos, acrescentaríamos o que Hamburger afirmou sobre a sua implantação aqui e lá, cuja diferença é a organicidade do sistema dos EUA, cuja evolução ocorreu dentro das próprias universidades “respondendo às solicitações da sociedade. No Brasil foi implantada abruptamente, de cima para baixo, ficando como corpo estranho dentro das Universidades” (p. 85).

Não sendo orgânico o desenvolvimento da pós-graduação brasileira, a sua qualidade torna-se estranha à sociedade, alienada. Ou seja, o modelo passou a exigir motivações diferentes para o desenvolvimento da pesquisa, segundo Hamburger. Com o acordo MEC-USAID, os trabalhos nos mestrados e doutorados precisariam satisfazer aos padrões acadêmicos, mas aos padrões dos EUA, com isso “o objetivo do trabalho da

---

<sup>94</sup> Ibid. pp. 83-84

pesquisa não é mais obter os resultados da pesquisa, mas obter o título [...] o sistema de pós-graduação gera, assim, pesquisas de pouca relevância” (p. 86).

O que acarretou a alteração qualitativa do trabalho acadêmico: “Argumenta-se que não é importante que o trabalho seja relevante, o que importa é que o candidato tenha aprendido ao realizá-lo e tenha demonstrado sua competência à banca examinadora” (p. 86).

É nesse sentido que argumentamos um núcleo universitário mais restrito, embora os números de programas, matrículas e investimento indiquem um desenvolvimento e ampliação da instituição na sociedade.

Por fim, para concluir o argumento de Hamburger, como a base da pós-graduação é internacional, seus objetivos não se afastariam muito dos propósitos estrangeiros. “O objetivo do trabalho é primeiramente publicar em revistas internacionais, e só em segundo lugar criar uma base científica e tecnologia autônoma” (p. 86).

Se levarmos em conta que as normas aplicavam-se a todos os programas, nas ciências sociais e humanas não era diferente. Logo, não houve, a partir dos programas de pós-graduação, constituição de debate na esfera pública, não houve debate formativo-em-formação, apresentando as suas contradições e sínteses próprias do desenvolvimento do debate nessas áreas. Houve a aplicação mecânica a esquemas metodológicos, a nova tônica da produção intelectual que, embora promovesse seus debates, tornaram-se cada vez menos publicizados com as especificações das revistas científicas e congressos acadêmicos.

Em nosso entendimento, a relativa hegemonia de esquerda dos anos 1960, cuja atuação intelectual era expressada publicamente, mesmo entre os intelectuais ligados à universidade, em 1980 encontra uma barreira que vinha sendo construída desde o AI-5.

O esgarçamento ao longo dos anos 1970 não se deu unicamente com atos autocráticos. A universidade, apesar das aposentadorias compulsórias nos anos 1960, é um exemplo. A ditadura militar encontrou outras formas de controle intelectual, se assim podemos dizer. Um estudo foi feito para implantar determinado modelo de pós-graduação, que favorecesse ao desenvolvimento de uma forma científica e intelectual específica.

Com as maneiras de se expressar intelectualmente dominadas pelo regime, seja via censura seja como o caso da universidade, os intelectuais que pretendiam construir um projeto de Brasil moderno encontraram seus limites e viram-se vencidos, pois o Brasil

havia se modernizado sob outros parâmetros. Um projeto intelectual esgotou-se e não se realizou como o planejado, como discutiremos no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – O EPÍLOGO DO LONGO MODERNISMO EM MOACYR FÉLIX, *UM POETA NA CIDADE E NO TEMPO***

Como intelectual atuante desde o final dos anos 1940, Moacyr Félix possibilita o acesso a temas e impasses legados pelo Movimento Modernista presentes nos projetos culturais e políticos brasileiros ao longo do século XX, a partir de seus posicionamentos em ensaios e textos de natureza poética e, no caso desta pesquisa em particular, através de sua atividade editorial. Na condição de editor, nele é centralizada a articulação do projeto editorial da *Encontros*; na de poeta, ele expressa uma forma de intervenção na realidade. Ambas estavam desvinculadas do momento histórico vivido e tentavam recuperar na revista as formas de atuação exercidas na RCB.

Para interpretar esse fenômeno, lançamos como hipótese a possibilidade de trabalhar a partir da categoria de “longo modernismo”<sup>95</sup> por levar em consideração o processo de produção cultural que se constituiu entre os anos 1920 e 1970. Assim, não perdemos de vista a concepção williamsiana presente nesta pesquisa que entende a “base” como processo, tornando a cultura produtora da atividade social, e não apenas um reflexo ou reprodutora. Em outras palavras, uma superestrutura determinada pela base.

Quando nos colocamos ante uma obra [...] temos vários níveis possíveis de compreensão, segundo o ângulo em que nos situamos. Em primeiro lugar, os fatores externos, que a vinculam ao tempo e se podem resumir na designação de sociais; em segundo lugar o fator individual, isto é, o autor, o homem que a intentou e realizou, e está presente no resultado; finalmente, este resultado, o *texto*, contendo os elementos anteriores e outros, específicos, que os transcendem e não se deixam reduzir a eles (CÂNDIDO, 2000, p. 33).

Tomando o método de Cândido, diríamos que o “longo modernismo” configuraria o fator externo da produção intelectual de Félix; o poeta em nosso estudo é o que tipifica não apenas ele em si mesmo mas vários intelectuais de esquerda de diferentes gerações, vinculados ao projeto de modernização do Brasil; e o texto o que nos permitirá problematizar o projeto nacional-popular e verificar o sintomático ocaso de sua poesia e do denominado longo modernismo.

Embora não seja nosso objetivo pensar em Moacyr Félix a partir do conceito de “geração”, pois “pode facilmente levar a uma visão mecânica, impondo cortes

---

<sup>95</sup> O “longo modernismo” como categoria analítica pretendemos desenvolver com mais rigor metodológico na segunda etapa desta pesquisa.

transversais numa realidade que se quer apreender em sentido longitudinal” (CÂNDIDO, 2000, p. 36), ele foi definido pela tradição literária como pertencente à “Geração de 45”.

Ao mobilizarmos o “longo modernismo” como hipótese analítica, apontamos não só a ocorrência deste fenômeno numa única geração – que se tomado estritamente estaria vinculado apenas às compreendidas entre os anos de 1922 e 1945 (CÂNDIDO; CASTELLO, 1994, p. 9) – mas a retomada de sua temática pelas sucessivas gerações ao longo do século XX, como sugeriu Cândido: “Por isso, sobrepus ao conceito de geração o de tema, procurando apontar não apenas a sua ocorrência, num dado momento, mas a sua retomada pelas gerações sucessivas, através do tempo” (2000, p. 36). Vale lembrar que entre os anos 1920 e 1970 os produtores de cultura atuaram numa “arena comum de problemas e pautas compartilhadas, legadas pelo teorema cultural modernista” (NAPOLITANO, 2017, p. 198).

Moacyr Félix se localizaria neste debate com essas pautas compartilhadas não só como poeta, mas também como intelectual vinculado ao mercado editorial. Seu trabalho, ao lado de Ênio Silveira, e junto à editora Civilização Brasileira, atuando como mediador entre produção e produto no campo da cultura de esquerda nos anos da ditadura militar foi fundamental à promoção de debates cujo regime incessantemente suprimia. A editora foi para muitos um dos lugares em que era possível respirar, ler e discutir ideias avessas aos militares, possibilitando uma esfera pública de debate pulsante em que temas sobre o Brasil moderno eram fomentados em livros, palestras e encontros.

A abordagem do longo modernismo “requer um método que seja histórico e estético ao mesmo tempo, mostrando, por exemplo, como certos elementos da formação nacional (dado histórico-social) levam o escritor a escolher e tratar de maneira determinada alguns temas literários (dado estético)” (CÂNDIDO, 2000, p. 16), o que não o isenta de escolhas equivocadas, como entendemos ser o caso de Moacyr Félix, ora como editor, ora como poeta.

O porquê dos equívocos, isto é, por que Félix insistiu num fazer poético vinculado aos anos 1950 e 1960, assim como num projeto editorial (este ao lado de Ênio Silveira), é uma lacuna que não teremos como preencher neste trabalho, mas já desponta como um dos nossos problemas para a pesquisa futura.

Se elementos da formação nacional interferem nas escolhas estéticas do escritor, propomos como hipótese a ser testada se o ocaso do projeto modernista leva a uma derrocada da poesia, uma vez que ao longo dos anos 1950 e 1960, e mesmo antes com a geração de 45, ou ainda com a própria ascendência do movimento modernista, em 1922,

questionando as formas poéticas e impondo o verso livre (CÂNDIDO; CASTELLO, 1994), a poesia foi uma expressão artística dominante no Brasil.

Fato que reforça nossa hipótese de haver um ocaso mútuo entre o longo modernismo e a poesia é a afirmação de Antônio Cândido – proferida em palestra em 1979 e publicada em artigo em 1981 (exatamente o período em que marcamos o fim do longo modernismo e estudamos nesta dissertação) – sobre a literatura da época:

Daí, quem sabe, o fato de alguns dos livros mais criadores e sem dúvida mais interessantes da narrativa brasileira recente serem devidos a não-ficcionistas ou, mesmo, não serem de ficção... Por isso, apresentam uma escrita antes tradicional, com ausência de recursos espetaculares, aceitação dos limites da palavra escrita, renúncia à mistura de recursos e artes, indiferença às provocações estilísticas e estruturais (CÂNDIDO, 1989b, p. 214).

Em termos de mercado editorial, o público leitor também perdeu interesse na poesia. Em lista dos mais vendidos dos anos 1980, “A presença de T.S. Eliot [...] é também uma exceção, do ponto de vista da forma, pois apenas seu livro, em toda a listagem, é de poesia (REIMÃO, 1996, p. 89).

Os acontecimentos culturais dos anos 1960 e 1970 teriam sido, segundo Napolitano, os últimos episódios do modernismo brasileiro que trazia em si o projeto de nação. “Para além do movimento em si, em todas as suas variáveis, o modernismo foi um *wishful thinking* de uma parte da elite-cultural brasileira, em cujo epicentro estava a vontade de construir um idioma artístico-cultural comum, o nacional-popular” (2014, p. XVI). O longo modernismo refere-se a esse processo.

Julgamos necessário, antes de discutirmos com mais detalhe o “longo modernismo” e propormos uma forma de compreender o fenômeno a partir de Moacyr Félix, destacar aspectos, ainda que em sua generalidade, do modernismo brasileiro, com destaque à literatura.

### 3.1. O modernismo brasileiro<sup>96</sup>

Não é possível dissociar historicamente o modernismo brasileiro da Semana de 22, o que não quer dizer que ele resume-se a ela, antes da Semana havia um “clima estético e psicológico”, como disse Alfredo Bosi. Graça Aranha, por exemplo, que deu o

---

<sup>96</sup> Sobre a discussão em torno do modernismo brasileiro, intencionamos desenvolvê-la no segundo momento desta pesquisa como um dos fundamentos para a categorização de “longo modernismo”. Aqui ela está presente de forma preliminar para demonstrar a existência de aspectos a serem perseguidos na produção intelectual de Moacyr Félix e classificá-lo como um intelectual moderno e modernista.

capital cultural necessário à Semana, já preocupava-se com uma teorização de uma estética moderna. À medida que a Semana se aproxima e as inovações formais destacam-se emerge o

espírito modernista, *stricto sensu*, que iria polarizar em torno de uma *nova expressão* artistas como Anita Malfatti, Victor Brecheret, Di Cavalcanti, Vila-Lobos, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, Sérgio Milliet, Guilherme de Almeida, Manuel Bandeira. E é em face desse clima de vanguarda que se constata uma viragem na literatura brasileira já nos anos da I Guerra Mundial (BOSI, 2017, p. 354).

Isto é, quando houve a dissociação de códigos e temas com a geração anterior vinculada ao parnasianismo e simbolismo. Forma e conteúdo apresentaram-se como rompimento de valores. Os novos ideais estéticos não vieram de “chofre”, como disse Bosi (2017, p. 354); alguns anos antes de 1922, escritores brasileiros engrossavam o clima estético e psicológico com as vanguardas europeias e notícias de uma literatura em crise.

Oswald de Andrade conheceu em Paris o futurismo que Marinetti, em 1909, lançara pelas páginas do *Figaro* no famoso Manifesto-Fundação; e trouxera de lá a maravilha de ver um poeta de versos livres, Paul Fort, coroado príncipe dos poetas franceses; Manuel Bandeira travara contatos com Paul Éluard, na Suíça, e viera marcado por um neossimbolismo de cuja dissolução nasceria o seu modo de ser modernista; Ronald de Carvalho, embora pouco tivesse de revolucionário, ajudara em 1915 a fundação de uma revista de vanguarda futurista portuguesa, *Orfeu*, centro irradiador da poesia de Fernando Pessoa e de Sá Carneiro; Tristão de Ataíde e o próprio Graça Aranha conheceram igualmente as vanguardas europeias centradas em Paris; e da Paris de Apollinaire, Max Jacob e Blaise Cendrars vinha a poesia moderníssima de Sérgio Milliet, escrita em Genebra (BOSI, 2017, p. 355).

Entre 1917 e 1922, os que seriam a ponta de lança do modernismo brasileiro defrontaram-se com diferentes poéticas do pós-guerra, apesar disso, aponta Bosi, ainda havia “muito de tradicional” no espírito de todos, o que nos permite retomar a nossa proposta de análise.

Não obstante os significativos rompimentos, quando uma cultura emergente torna-se dominante, aspectos de residualidade permanecem para que ela possa manter-se como tal. Mesmo assim, os modernistas continuavam temperando a arte brasileira com novos elementos para romper com o século XIX e primeiro vintênio do XX<sup>97</sup>.

Anita Malfatti, em dezembro de 1917, expôs suas obras que funcionaram como uma medida para a inserção e virada paradigmática dos modernistas, aspectos pós-expressionistas marcavam o traço da artista que havia estudado na Alemanha e nos Estados Unidos.

---

<sup>97</sup> Na visão de Mário de Andrade não foram exatamente felizes nessa proposta. Apesar de merecer uma discussão mais cuidadosa, fica o registro sobre a percepção do autor sobre o acontecimento na condição de artista-intelectual, conforme definição de Napolitano (2014, p. XXII).



A partir de 1920, o grupo que faria a Semana tornou-se mais coeso e reflexões acerca dos caminhos que ele tomaria se evidenciaram em artigos assinados por Oswald de Andrade e Menotti del Picchia: liberdade formal e ideais nacionalistas.

Mário de Andrade, apesar de não compactuar com alguns valores das vanguardas europeias, como o futurismo, acreditava na necessidade da revisão do que era tido como cultura nacional e é dele que “viria o exemplo mais persuasivo: a *Pauliceia Desvairada*, obra conhecida pelos modernistas antes da *Semana*, e primeiro livro de poesia integralmente nova” (BOSI, 2017, p. 359).

Com a coesão do grupo lançou-se a Semana de Arte Moderna de 1922, entre 11 e 18 de fevereiro, cujos acontecimentos em si para nós são menos importantes do que os seus desdobramentos<sup>98</sup>.

Além de a Semana de 22 ter sido o ponto de encontro das elites culturais paulista e carioca interessadas em renovar os padrões estéticos que amadureciam desde a Primeira Guerra, também possibilitou a sua consolidação e seu “desdobrar-se em viva realidade cultural” (BOSI, 2017, p. 363). Duas linhas permaneceram com mais vigor nos passos seguintes do modernismo brasileiro: a futurista, cuja representação dizia respeito à linguagem moderna, com ecos nos avanços técnicos, e a primitivista, “centrada na liberação e na projeção das forças inconscientes, logo ainda visceralmente romântica” (BOSI, 2017, p. 364), a mostrar uma das marcas do movimento, a tradução do estrangeiro no local pelas obras que viriam na sequência, com destaque para Mário e Oswald de Andrade, e marcariam a estética modernista: “a deformação do natural como fator construtivo, o popular e o grotesco como contrapeso ao falso refinamento academista, a cotidianidade como recusa à idealização do real, o fluxo da consciência como processo desmascarador da linguagem tradicional” (LAFETÁ, 2000, p. 22).

A associação com o futurismo, levando a diferentes percepções entre os dois autores citados, deu-se porque “Dedicaram carinho especial a tudo que indicasse a presença da civilização industrial: a máquina, a metrópole mecanizada, o cinema, a vida excitante de uma sociedade que liquidava os seus resquícios patriarcais e adotava rapidamente os novos ritmos da vida contemporânea”. (CANDIDO; CASTELLO, 1994, p. 13).

A realidade nacional, no entanto, também precisava compor o arquétipo da arte modernista. “A ação do jovem moderno será eminentemente social. A estética que o

---

<sup>98</sup> Para detalhes sobre a semana ver Bosi (2017, pp. 360-363).

inspira patenteará pela análise o que é o Brasil e quais os trabalhos extremos a que se deve consagrar”, conforme Graça Aranha na revista *Estética*, lançada no Rio de Janeiro, em 1924. Na mesma revista, Mário de Andrade colocou os seus termos de compreensão sobre a arte.

Poesia é uma arte. Toda arte supõe uma organização, uma técnica, uma disciplina que faz das obras uma manifestação encerrada em si mesma. A obra de arte é antes de mais nada uma organização fechada, em toda criação artística deve haver a *intenção* da obra de arte. Essa intenção é que a torna uma entidade valendo por si mesma, desrelacionada. Desrelacionada, não quero dizer que não possa ter intenções até práticas de moralização, socialização, edificação etc., quero dizer que se torna livre da percepção temporal vivida da sensação e do sentimento reais (ANDRADE apud BOSI, 2017, p. 366).

Em carta a Alberto de Oliveira, Mário de Andrade ultrapassou esse entendimento sobre a arte como universo fechado e defendeu uma *arte interessada* para os países iniciantes na arte moderna, o que nos remete à arte engajada – temática que ocupou debates nos anos 1960 e 1970, inclusive o próprio Moacyr Félix reagiu a isso.<sup>99</sup> A arte interessada sugeria uma reação à arte pela arte parnasiana.<sup>100</sup>

Bosi também coloca que as experiências estéticas dos modernistas desaguararam em “visões de Brasil” (2017, p. 366). Lafetá (2000) possui o mesmo entendimento e defende uma passagem de um projeto estético a outro ideológico, ainda que Antonio Candido saliente no prefácio que eles não são projetos estanques, e sim fases de predominância (2000, p. 8). E o próprio Lafetá argumenta,

o projeto estético, que é a crítica da velha linguagem pela confrontação com uma nova linguagem, já contém em si o seu projeto ideológico. O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrendo suas relações reais com a natureza e a sociedade) investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo (LAFETÁ, 2000, p. 9).

Napolitano enfatiza a percepção de Lafetá ao buscar as características que permitem afirmar um longo modernismo, com ênfase à “arte politizada”, diz o autor: “O projeto de construção de uma cultura nacional moderna tornou-se um projeto permanente e nunca ‘concluído’, associado ao sentido político que a arte assumiu de maneira quase programática. Nesse sentido, o projeto ideológico do modernismo já estava incluído no

<sup>99</sup> No prefácio do seu livro “Canção do exílio aqui” o autor afirmou: “E quanta besteira, a partir de uma série de equívocos, foi e vem sendo dita sobre o que em certas rodas é definido como poesia e arte comprometida ou engajada. Toda poesia, toda obra de arte é comprometida ou engajada, de um modo ou de outro” (FÉLIX, 1977, pp. 13-14).

<sup>100</sup> No mesmo período histórico, F.R. Leavis defendia a arte pela arte como forma de se diferenciar da literatura de massa, como apresentamos no capítulo 1.

seu ‘projeto estético’” (2014, p. XVII). Nas suas idiossincrasias e composições estético-ideológicas, o modernismo brasileiro alterou a “visão que o artista tinha da sua função social, com o surgimento de um ‘mal-estar’ crescente, produzido pelas incongruências entre um projeto civilizador eurocêntrico e as realidades nacionais” (NAPOLITANO, 2014, p. XVII). Com isso é possível classificar quatro preocupações centrais que ocuparam os intelectuais modernistas: “1. Qual a função social da arte; 2. Qual o seu público prioritário; 3. Como colocar a obra a serviço das transformações sociais; (...) [4.] como conciliar a expressão estética à mensagem ideológica sem neutralizar a primeira enquanto experiência de fruição” (NAPOLITANO, 2014, p. XVIII). Tais preocupações reverberaram em diferentes movimentos artísticos e intelectuais pelo menos até o final da década de 1970.

O modernismo como movimento estético figurado no período específico da Semana de 22 desenvolveu-se de forma desigual a depender de cada intelectual e artista, gerando diferentes compreensões e “consequências” no desenrolar do século XX, tanto foi assim que o Napolitano ao falar em longo modernismo, também sugere “modernismos”. Nesta pesquisa nós nos referimos aos artistas de esquerda, que denominamos de “nacional-popular”.

### **3.2. O longo modernismo**

O projeto moderno brasileiro pode ser dividido em duas fases; uma diferenciação um pouco diferente da literária quando falamos em modernismo, pois aqui estamos nos referindo à sua constituição histórico-sociológica: a primeira fase, a partir dos anos 1920, elegeu como problemática a produção da síntese da cultura “universal”, leia-se ocidental moderna com destaque às vanguardas europeias, e da “brasileira”, isto é, uma tradução para todas as classes e regiões e não pela restrita elite europeizada (NAPOLITANO, 2014, p. XXII).

A segunda geração, situada por Napolitano entre 1950 e 1968, tem como novidade o surgimento da cultura política de esquerda, com valores nacionalistas e críticos da dependência socioeconômica; Moacyr Félix estaria nesse momento histórico. Ambas as gerações “se arvoravam como missionários, apontando – estética e culturalmente falando – os caminhos para a realização de uma modernidade plena que afirmasse a nação”, mas não somente. A primeira geração legou perspectivas que seriam concretizadas pela segunda na relação entre arte e política, mas já se sedimentava com o rompimento estético

dos modernistas. Napolitano conclui três elementos que têm na sua origem os modernistas e os seus “executores” os intelectuais nacionais-populares:

(i) a chamada “cultura popular” praticada por negros, índios e mestiços que formavam as comunidades populares mais enraizadas na história; (ii) a tradição culta e letrada preservada no campo da literatura e da música erudita, principalmente; e (iii) as vanguardas históricas, surgidas no início do século XX na Europa e incorporadas pelo movimento modernista brasileiro (...) Portanto, no seio da arte engajada brasileira, o projeto de uma estética nacionalista e anti-imperialista conviveu com a busca de uma estética cosmopolita e contemporânea, matizando a tendência ao nacionalismo e à folclorização (NAPOLITANO, 2017, p. 240-241).

O autor também aponta outros fatores que demonstram o compartilhamento de experiências estético-políticas (ou ideológicas) dos artistas dos anos 1920 a 1970, como

a rejeição ao academicismo convencional e eurocêntrico; a tentativa de superação das representações de povo como o outro da nação (o exótico dentro do seu próprio país, marca da vida cultural sob o Império e boa parte da Primeira República); o imperativo de participação na vida pública, o que, em alguns momentos, os encaminhou para o centro das políticas culturais de Estado; a tentativa de “ida ao povo” tomado como fonte e destino da arte nacional moderna (NAPOLITANO, 2014, p. XXIV).

Os modernistas cingiram arte e política a buscar: o povo-nação; a intervenção pública nos debates da sociedade; a inclusão desse “povo”, reverberando no decorrer do século XX muitos nomes e movimentos: romance social, cinema novo, concretismo, tropicalismo, MPB etc. Mais ou menos os problemas modernistas estavam presentes, mesmo um Guimarães Rosa – que não se filiava a nenhum grupo e cujo principal problema estava na existência ou não de Deus, como afirmado a Antonio Candido, com sua “ida ao povo” (a “linguagem do povo”) – remetia à atuação modernista; incorporando James Joyce e os gregos clássicos: o nacional e o estrangeiro no sertão de Minas, Bahia e Goiás.

Podemos traçar uma associação preliminar entre os movimentos artísticos e os artistas compreendidos no “longo modernismo”<sup>101</sup> através de um aspecto da produção musical de Caetano Veloso e sua relação com Guimarães Rosa e o movimento concretista. Depois do Tropicalismo, o músico voltou-se para o Concretismo, e no mesmo álbum (*Circuladô*) em que tem a letra de Haroldo de Campos (“Circuladô de fulô”), um dos principais concretistas brasileiros, há uma música que tem por base e cujo nome é um conto de Rosa (“A terceira margem do rio”), exatamente um dos textos em que a busca por Deus é mais significativa no autor mineiro.

---

<sup>101</sup> Uma das questões que pretendemos investigar com esta categoria na segunda parte desta pesquisa.

Estabelecer as conexões ao longo do período modernista no Brasil exige mais cuidado do que uma associação imediata, ou seja, como os artistas e intelectuais se filiaram a esse ou àquele movimento<sup>102</sup>, quais traços modernistas destacaram-se em cada movimento ou intelectual, pois associações apressadas podem levar a equívocos, assim como a dicotomias nas análises. Por isso Napolitano afirma: “É preciso rever essas dicotomias rígidas, como se a cultura brasileira fosse dividida em dois campos inconciliáveis, sob o risco de perdermos a historicidade própria daquelas décadas e os dilemas de todas as correntes estéticas e ideológicas em disputa” (2014, p. XXV).

Ressaltamos a necessidade do olhar cuidadoso sobre o longo modernismo na cultura de esquerda, que tem no CPC e no PCB uma de suas bases, mas isso sobremaneira nos leva ao entendimento de que a relação de Moacyr Félix com ambos o tornou um produtor cultural com especificidades partidárias.

O fim do longo modernismo encerrou um ciclo de preocupações e características dos intelectuais, não apenas em termos estéticos, mas também ideológicos. A crítica ao intelectual vanguardista apresentada no capítulo anterior que emerge nesse período (final dos anos 1970) é um sintoma contributivo do esgotamento desse fenômeno sócio-histórico. Diríamos que embora o nacional-popular tenha sido o alvo de Marilena Chauí, por exemplo, ao criticar o Manifesto do CPC e Cadernos do Povo Brasileiro, há algo que ultrapassa isso, ainda que de forma não intencionada: a crítica à concepção modernista de atuação intelectual. “Uma das marcas dos anos 1970 é precisamente o dilema de expandir o circuito fechado da arte” (NAPOLITANO, 2014, p. XXVI), ou seja, ampliar a produção para além da “hegemonia cultural de esquerda” em que fazia-se arte para 50 mil num país de 90 milhões como disse Schwarz, e que já não era hegemônica devido à desestruturação do regime e também pelo avanço da indústria cultural, cujas estratégias eram outras. Apesar disso, “não devemos analisar o processo de triunfo do mercado como mediação universal da cultura e seu consequentemente esvaziamento na formação de sujeitos políticos, como um processo teleológico, linear e incontornável desde os desdobramentos de 1964” (NAPOLITANO, 2014, p. XXVII).

A década de 1970 foi o último capítulo do modernismo brasileiro, e o deslocamento do artista-intelectual e a diluição da cultura no mercado têm muito mais a ver com o esgotamento de uma experiência histórica iniciada na década de 1920, tendo em vista a mudança do campo intelectual e artístico em meio à mercantilização dos circuitos culturais e expansão irregular do sistema educacional, do que com o solapamento do solo histórico da arte engajada a partir de 1964 (NAPOLITANO, 2014, p. XXVII).

---

<sup>102</sup> Mas aqui já é indicada uma das maneiras que podemos prosseguir na investigação da pesquisa, através das formações culturais, como compreende Williams (2000).

O golpe, segundo Napolitano, contribuiu para dar mais unicidade em torno da arte engajada, o que encontra facticidade em torno das alianças intelectuais que passariam a ser desfeitas no final dos anos 1970 quando manifestações intelectuais e artísticas se tornaram mais possíveis. Uma das alianças desfeitas foi a dos comunistas com os católicos de esquerda, que teceriam críticas aos primeiros e vincular-se-iam ao tipo intelectual que gravitou em torno do PT. Na medida em que a ditadura militar deixou de ser um polo galvanizador da oposição, ela começou a se fragmentar e frentes amplas tornaram-se cada vez mais difíceis.

O golpe (...) pode ter dado uma sobrevida à arte engajada de tradição modernista, ao recolocar o artista-intelectual como porta-voz da nação-povo silenciada e desviada da sua “vocação histórica”, tal como desenhada pela parcela da elite que projetou a modernização inclusiva da sociedade brasileira e foi vencida em 1964 (NAPOLITANO, 2014, p. XXVII).

Antes de partirmos às análises dos textos de Moacyr Félix, como um poeta e editor modernista e moderno, cabe citar algumas continuidades e rupturas no longo modernismo e sua relação entre arte e política, e que veremos na sequência.

Entre as continuidades: a crença na arte em sua função pedagógica, duplamente orientada para a reforma das elites e para a educação do povo; a tentativa de inserir o Brasil, país estigmatizado pela ideia de “atraso”, na modernidade ocidental, vista sob dois ângulos opostos – o capitalista e o socialista. Entre as rupturas, destaca-se a crescente radicalização do artista-intelectual na crítica antioligárquica e anti-imperialista, fazendo o problema da “identidade nacional” transformar-se em projetos de “libertação nacional”, afirmando assim uma arte engajada brasileira (e latino-americana), na plena acepção do termo (NAPOLITANO, 2014, p. XXVIII).

A qual vincular-se-ia à segunda fase do longo modernismo brasileiro, cuja tradução é o projeto nacional-popular, que na perspectiva de Napolitano “galvanizou categorias paralelas, mas nem sempre convergentes, como comunismo, modernismo e brasilidade” (2014, p. XXX). Lançamos aqui como hipótese que as três categorias tendem a convergir em Moacyr Félix, expressando-se poeticamente a partir do modernismo, sendo fruto da geração de 45<sup>103</sup> e vinculado ao CPC e PCB.

### 3.3. Encontros e desencontros de Moacyr Félix

A revista Encontros foi em si mesma um empreendimento editorial esforçado em reavivar o projeto da década de 1960, como indicamos em várias passagens desta

---

<sup>103</sup> Ele estreou em 1948 com *Cubo de trevas*, pela editora Agir, que entre outros publicou Augusto Frederico Schmidt e Murilo Mendes, ambos expoentes do modernismo.

pesquisa, que na virada dos anos 1970 para 1980 já não eram factíveis, exceto na sua forma residual.

Até este momento nos dedicamos a dois fatores com mais atenção: a emergência da indústria cultural (tema do primeiro capítulo) e o debate em torno da figura do intelectual e as mudanças estruturais que modificaram seu modo de intervenção na realidade, com destaque para a universidade (tema do segundo capítulo).

Através de Moacyr Félix será possível problematizar como esses dois fatores estruturalmente impactaram e diluíram a tradição modernista nacional-popular. Na qualidade de editor, ele articula a revista e direciona os propósitos elencados desde o primeiro editorial: “ampliar o ostensivo debate de ideias”; na qualidade de poeta, permite questionar o esgotamento de uma forma de atuação poética.

Moacyr Félix foi na acepção mais estrita do termo o artista-intelectual (NAPOLITANO, 2014, p. XXII), e através da *Encontros* tentou levar a cabo com as ferramentas disponíveis o projeto de modernização cultural do país, mas assistiu ao seu esgotamento e impossibilidade.

Em seu ensaio “A poesia na década de 70”, publicado no volume 20, em fevereiro de 1980, ele expôs questões que trabalhamos ao longo da pesquisa. Seu objetivo era fazer um balanço da produção poética dos anos 1970 a destacar o que a crítica negligenciou, para isso, ele descentralizou geograficamente os poetas brasileiros, a citar nomes de praticamente todos os estados do país, e menos conhecidos. Embora também tenha trazido alguns “canônicos”.

Ele começou com uma ressalva sobre o que trabalhamos no primeiro capítulo: a indústria cultural.

Preliminarmente, deve-se ressaltar a pobreza intelectual e moral – a “picaretagem” – prejudicando e deformando uma avaliação justa do que está sendo ou foi feito. O clima competitivo – tão próprio da indústria cultural que aliena as ambições com prêmios ofertados como a cavalos no prado – fez com que alguns fatos e nomes, com dentes famintos de promoção e vedetismo, ficassem grudados no noticiário, enquanto não era dada uma linha sequer a outros fatos e a outros nomes não menos merecedores de estímulo, destaque e estudos.<sup>104</sup>

Também na poesia, a indústria cultural, com o estabelecimento das grandes editoras, selecionou alguns nomes em detrimento de outros, além disso o mercado editorial, a partir dos anos 1980 com a ascensão dos fascículos, privilegiou a publicação

---

<sup>104</sup> FÉLIX, Moacyr. A poesia na década de 70. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 20, fev/1980, p. 177.

de nomes estrangeiros com a justificativa da má abordagem da literatura brasileira nas escolas (HALLEWELL, 1985, p. 571). Apesar do estabelecimento da indústria editorial,

os entrevistadores da Abril [em pesquisa de mercado] descobriram que a maioria dos brasileiros deixa de comprar livros para leitura de lazer porque, além dos autores conhecidos e detestados do tempo da escola, simplesmente não sabem que outra coisa ler. E, naturalmente, as livrarias não os atraem, porque as pessoas, sem familiaridade com livros e autores, não veem sentido em nelas entrar. E aqui se encontra, talvez, o problema fundamental da indústria do livro em todo o mundo. Os livros vendem-se bem no seio de pequenas elites, que se mantêm em íntimo contato social e intelectual (HALLEWELL, 1985, p. 571).

Félix também trouxe no seu texto esse problema dos círculos literários fechados em si mesmos, ironicamente definido por ele como as “panelinhas do Baixo Leblon” que “miravam-se em espelhos tão pequenos que acabaram por não lhes permitir mais uma visão-de-mundo que fosse além das acomodações de ouro de suas bocas ou da sombria ensalivação dos seus ressentimentos e pré-conceitos”.<sup>105</sup>

Havia, portanto, naquele momento, um movimento paradoxal em que a indústria editorial abocanhava grande parte do mercado com fascículos vendidos em bancas porque os brasileiros consideravam as livrarias um espaço hostil ou despropositado, ao mesmo tempo em que grupos restritos dominavam a cena poética “brasileira”. Quando Félix mencionou uma série de poetas do Pará, Amazonas, Santa Catarina, Goiás, Maranhão etc. objetivava essa descentralização a demonstrar a sua atenção à importância de expandir os rumos da poesia brasileira.

Isso abre mais um questionamento a pôr em xeque maniqueísmos analíticos: o desenvolvimento do mercado editorial não impediu o “monopólio da poesia brasileira” por parte de pequenos grupos do Sudeste, cuja linha histórica remete aos modernistas de 1922. Logo, os milhares de fascículos vendidos pelos grupos Globo, Abril e outros não implicaram em democratização da leitura, do acesso e da formação de público leitor.

Outro fator salientado no texto de Félix diz respeito aos “professores de literatura”, ou seja, o diálogo crítico com a universidade, aspecto destacado em nosso segundo capítulo.

Acho que já é tempo dos nossos professores de literatura, tão zelosos em se situarem nos planos da semiótica, debruçarem-se sobre esta quantidade enorme de poemas e de textos, como este, que vieram subindo – como marginais – dos becos e das vielas de nossas cidades culturais, e acabaram por se postarem, com sua riquíssima carga de invenções e de inovações, diante dos portões e sob as janelas dessas universidades que tanto teimam em se manterem fechadas, ou de difícil acesso, a tudo o que vem do sofrimento, das lutas,

---

<sup>105</sup> Ibid. p. 178.



da miséria e da força das camadas sociais e das classes economicamente menos favorecidas.<sup>106</sup>

Félix partiu para uma argumentação crítica bastante comum – e não desprovida de total razão –: de certo afastamento da universidade da sociedade. Contudo, se levarmos em consideração apenas a questão editorial, podemos fazer um contraponto contributivo para o debate do mercado editorial no momento da publicação da *Encontros*.

Foi a partir dos anos 1970 que as editoras universitárias foram instaladas, e com elas uma série de publicações que não visavam expressamente as vendas, e sim a divulgação científica. Além de livros publicados, que só ocasionalmente teriam espaço no mercado editorial, muitas revistas foram criadas para a publicação de artigos referentes a desenvolvimentos de pesquisas.

Sua expansão [das editoras universitárias] foi resultado da confluência de dois interesses: dos diretores das gráficas de universidades federais, que desde 1976 se reuniam (Da Costa, 1992) para debater temas como padronização dos impressos, custos, melhor aproveitamento dos equipamentos; e do MEC, que em 1981 criou um programa especial, o Proedi, para “estimular a publicação da produção científica e intelectual das IES, tanto para fomentar o debate crítico (...) como para dar o imprescindível apoio ao avanço do desenvolvimento científico e tecnológico nacional”. Responsável pela publicação de uma farta literatura, em geral de pesquisa, voltada a problemas regionais (GUEDES; PEREIRA, 2000, p. 2).

Não obstante o foco em divulgação científica, as editoras universitárias também atuaram como fomentadoras de publicações culturais, cujo objetivo era o fortalecimento e desenvolvimento da atividade cultural local.

A Editora da Universidade Federal de Santa Catarina foi, durante muito tempo, se não a única, pelo menos a principal editora do Estado; uma Editora [universitária] do interior do Rio Grande do Sul lançou, no final dos anos 80, um programa para incentivar e descobrir talentos na escola fundamental, ao verificar que há mais de 50 anos não se publicava nenhum escritor da cidade; em 1998, no Salão Internacional do Livro, em São Paulo, oito Editoras da região Nordeste lançaram uma coleção que recupera escritores da região, importantes mas “esquecidos”; a Editora da UFPA não tinha conselho editorial e era dirigida pelo gráfico responsável pela imprensa universitária, quando começou a publicar Platão em primorosas traduções diretamente do grego (GUEDES; PEREIRA, 2000, p. 2).

Ainda que alguns exemplos extrapolem o período abordado nesta pesquisa, eles foram frutos de atividades inauguradas pelo estabelecimento das editoras universitárias, de projetos que não raras as vezes levaram anos.

O ponto posto é que a crítica de Félix dirigida às universidades que “teimam em se manterem fechadas” é um lugar-comum frequentemente pouco assimilado devido ao elitismo histórico da universidade brasileira. As dificuldades de acesso não

---

<sup>106</sup> Ibid.

necessariamente equacionam-se em distanciamento da realidade nas atividades desenvolvidas no interior da própria universidade.

Para além desta questão, chama a atenção o conflito em que Félix se colocava com os professores universitários, a mostrar a disputa de vozes intelectuais, cuja contenda se especifica no argumento do autor como crítica direta. O debate entre o intelectual universitário e o não-universitário é realçado, com este perdendo cada vez mais espaço, como colocamos em nossa argumentação no segundo capítulo através da concepção de intelectualidade: o vanguardista (não-universitário) e o criticista (universitário).

Félix encerrou o texto debatendo um assunto caro à sua trajetória intelectual, o engajamento.

A poesia brasileira dita “engajada”, para honra nossa, não se calou em momento algum: alguns poetas é que, para continuarem *a la page*, embrenharam-se em construções verbais e eruditismo tecnicista que sabiam vazio, porém sem riscos de não ser fotografado... Assim como hoje vários aderiram, pelas mesmas motivações fotográficas, a esta “poesia de participação” que, desde o início de 1960 e sem parar (meu Deus!, de que data é *Rosa do povo?* Quando que foi escrito o maior poema da língua brasileira, que é *Morte e vida Severina?*, ou quando data o que ajuntei em *O pão e o vinho?*), continuou irrompendo de todos os recantos escuros e sofridos do país.<sup>107</sup>

A compreensão de poesia de Moacyr Félix estava atrelada ao engajamento, ao fazer político. Não é exagero dizer que sempre esteve – nesse ensaio ele afirma: “aprofundo as linhas filosóficas pelas quais luto poeticamente desde 1953”; em entrevista, datada de 1999, manteve a perspectiva: “O problema derivado de qualquer ato humano, de qualquer poema, é político. Sempre e sempre” (FÉLIX, 2002, p. 112). Ao convocar as obras de Drummond, João Cabral e o seu próprio livro ele pretendia afirmar a atemporalidade do engajamento através da poesia, que historicamente não se confirmou na tradição poética brasileira, apesar de especificamente nos anos 1950 e 1960, na esteira da brasilidade revolucionária (RIDENTI, 2014), o engajamento ter sido a tônica.

Nos anos 1970, a heterogeneidade poética permitiu, segundo classificação de Bosi: 1) o ressurgimento do “discurso poético” em oposição à vanguarda concretista, esta muito criticada por Félix, inclusive no ensaio aqui debatido: “retrocesso cultural, sobretudo por causa do seu exclusivismo sectariamente negador das outras muitas vias de criação cultural, e pela fragmentação da linguagem a *nível social* e como expressão estruturada dos atos de pensar” (p. 182); 2) a fala autobiográfica, cuja expressão é o desejo e a memória, um exemplo icônico desse período que reivindicou a memória no fazer

---

<sup>107</sup> Ibid. p. 183

poético é o *Poema sujo* (1976), de Ferreira Gullar, nome que esteve, assim como Félix, associado ao PCB e à poesia engajada, o que demonstra a atualização de Gullar na concepção de poesia<sup>108</sup>; 3) o redimensionamento do caráter público e político da fala poética (BOSI, 2017, pp. 521-22). Este último ponto daria alguma razão a Félix, no entanto, a forma de expressão do caráter político também passa por outras abordagens, como a “poesia marginal” (cujos ícones são Ana Cristina César e Cacaso), se afastando do que fora comum nos anos 1960. Por isso, Bosi afirma que a poesia da década de 1970 em diante

Parece ter cortado as amarras que a pudessem atar a qualquer ideal de unidade, quer ético-político, quer mesmo estético, no sentido moderno de construtivo de um objeto artístico. Muitos dos seus textos encenam o teatro da dispersão pós-moderna e suas tendências centrífugas: atomizam-se motivos, misturam-se estilos e as sensibilidades mais agudas expõem ao leitor a consciência da própria desintegração (BOSI, 2017, p. 522).

A fragmentação poética acompanhava outras fragmentações vividas no final dos anos 1970 e início dos 1980, a começar com a política em torno do MDB que já não aglutinava todos os setores intelectuais; e também a fragmentação disciplinar ou departamental vivida nas universidades.<sup>109</sup>

No Brasil, as inúmeras rachaduras ocorrem à revelia das tentativas de constituição de frentes, isso inclui o desejo de Félix que a poesia fosse uma reivindicação política sempre engajada na transformação social. “Os novos tempos, marcados pela confusão ideológica e pela cooperação, fizeram-se acompanhar de um ‘realismo’ resignado [...] A alteração da correlação de forças logo se fez sentir também em regiões estratégicas, como as editoras e os jornais” (FREDERICO, 2007, p. 363).

No fechamento do milênio, refletindo sobre a poesia, Félix, mantendo-se fiel aos seus fundamentos marxistas, defendia a concepção de totalidade, sem negar o particular e sem absolutizá-lo.

De cada um de que são feitos nossos agora, existe uma história maior de uma totalidade, da qual somos parte. Nós somos parte do que é a soma de todos os tempos que nos regem, princípio e fim de cada uma das possibilidades do nosso mundo. Existe sempre uma

<sup>108</sup> “O *Poema sujo* é uma longa fala da memória, e o seu objeto, real e imaginário, a cidade do poeta, São Luís do Maranhão. Memória-saudade e memória-desespero. Há tanto dilaceramento nessa reconstrução febril do passado que, lido o poema de um só lance, cala-se toda veleidade de rotulá-lo ideologicamente” (BOSI, 2017, p. 507).

<sup>109</sup> Pode-se identificar um paralelo com a análise que Williams realizou sobre o Círculo de Bloomsbury e denominou “fração de classe”, pois ainda que os intelectuais institucionalmente servissem à ordem dominante, eles se dividem dela a partir dos valores de uma educação superior. O exemplo do autor galês é em torno do extremo subjetivismo de Virginia Woolf pertencer à mesma formação do intervencionismo de Keynes (WILLIAMS, 2000, p. 80-81).

coletividade, uma lavoura, uma fabricação, em cada fruta posta em nossa mesa, em cada objeto que habita nosso quarto ou nossa sala (FÉLIX, 2002, p. 112).

Mas desde o final dos anos 1970 o que preponderou no debate intelectual foi exatamente o oposto, e as teorias universalizantes e suas práticas culturais foram perdendo cada vez mais espaço para os particularismos.

A crítica dos comunistas à política cultural basista praticada pela Igreja católica [...] pode ser resumida, em poucas palavras, na seguinte ideia de extração leninista-lukacsiana: absolutizar o particularismo operário significa virar as costas para o universal – a existência de uma verdade objetiva válida para todos. Ao fazer finca-pé no particularismo, o obreirismo apenas reforça os limites em que foi confinada uma parcela da população despojada da riqueza material e da cultura, impedindo, portanto, seu acesso a uma visão totalizante. Tanto na política como na cultura, o resultado do obreirismo é o isolamento da classe operária, o confinamento no gueto (FREDERICO, 2007, p. 359).

Poeticamente, os particularismos foram expressados através do subjetivismo, nas reivindicações de memórias próprias, nem todas travestidas de crítica social. E o projeto modernista que exigiu totalidades, uma vez que eles trabalharam com conceitos nacionais, com a construção da cultura nacional moderna viu a sua impossibilidade de continuar. Mas não sem deixar heranças.

Relacionar o longo modernismo com a atuação intelectual de Félix, faz-nos perceber uma posição resistente à atualização estética da poesia e da própria compreensão sobre o intelectual. Ele sustentava a perspectiva moderna que vigorou no Brasil entre os anos 1920 e 1970, ou ao menos uma das perspectivas. No começo dos anos 1980, com as alterações das dinâmicas sociais expostas nesta pesquisa, ele e a Encontros foram um desencontro do *na cidade e no tempo*, como diz o título de um de seus livros.

A seguir, a partir de outros textos seus publicados na revista, intencionamos demonstrar o seu caráter moderno e como ele se liga à tradição brasileira do longo modernismo para além dos tópicos aqui apresentados até este momento.

### **3.3.1. Modernismo e modernidade em Moacyr Félix em tempos de esgotamento**

“Encontros nasceu, portanto, para atender também à reclamação de Mário de Andrade, quando dizia que o que falta ao intelectual brasileiro é a técnica de pensar”. Félix escreveu esta frase no editorial do volume 13, “Liberdade: difícil e exigente”, trinta anos após a morte de Mário de Andrade. O editor-poeta procurava reafirmar os valores da revista, como se fosse um esclarecimento ou uma prestação de contas:

Encontros com a Civilização Brasileira, por isso mesmo, abriga e oferece uma tribuna às várias correntes do humanismo contemporâneo, mesmo que sejam antagônicas entre si. O seu objetivo, neste caso, é afirmar que, no campo da inteligência e da criatividade das ações humanas, não se pode ser dogmático. Politicamente, ser dogmático é ser conservador; filosoficamente, é travar a existência humana, esta pluralidade de espelhos em que tempos diversos se interpenetram e se modificam, e em cujas superfícies nenhuma realidade, a não ser a da morte, se reflete imóvel.<sup>110</sup>

O longo modernismo como um projeto de Brasil moderno expressado de diferentes formas em matizes artísticos e intelectuais distintos, não sustentou-se sem fundamentações calcadas em temas propriamente modernos. As vanguardas europeias foram importantes à afirmação do modernismo, mas temas já expressados numa geração anterior, caso de Baudelaire com o simbolismo, mantiveram-se no século XX, ainda que esteticamente com outras formas. Os problemas ainda eram particularmente românticos, apesar de haver aparência de bruto rompimento.

Antinomias na modernidade foram tematizadas para buscar superações, cada escola ou movimento concebeu de sua forma. O modernismo brasileiro se contrapôs ao parnasianismo, como um herói romântico se contrapõe ao vilão.

É sintoma da presença do romantismo nas vanguardas modernistas brasileiras, a primeira fase ser chamada de “fase heroica”, o que adere ao argumento de Antonio Candido que entende o fim do romantismo no final do século XX<sup>111</sup>, isto é, a partir da década 1980, quando o pós-modernismo se consolidou.

Também é possível convocar temáticas caras à modernidade presentes em autores não necessariamente modernistas, e que reverberaram em Félix por terem sido fenômenos de longa duração, impostos pela permanência do mesmo modo de produção. Em *Pintor da vida moderna*, Baudelaire escreveu: “esse solitário dotado de uma imaginação ativa, sempre viajando através do *grande deserto de homens*, tem um objetivo mais elevado do que a de um simples *flâneur*, um objetivo mais geral, diverso do prazer efêmero da circunstância” (2006, p. 859). Foi como o autor francês caracterizou a modernidade, ou seja, através da alienação.

“No mundo alienado em que vivemos, a liberdade não é uma entidade pronta e acabada”<sup>112</sup>, os temas estavam postos, foi assim que Félix iniciou o editorial. Uma das possíveis explicações seria remeter a Marx e aos *Manuscritos econômico-filosóficos* ou

<sup>110</sup> FÉLIX, Moacyr. Liberdade: difícil e exigente. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.13, jul/1979, p. 7.

<sup>111</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z0M9A7Bzabc&t=146s>. Acessado em 03/01/2021.

<sup>112</sup> FÉLIX, Moacyr. Liberdade: difícil e exigente. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.13, jul/1979, p. 7.

mesmo ao primeiro capítulo d’*O Capital* em que o autor alemão descreve os processos de alienação. A “modernidade” garantiu problemas a debater. “O modernismo é definido pelo local novo e específico dos artistas e dos intelectuais desse movimento dentro do ambiente cultural em transformação da metrópole” (WILLIAMS, 2011, p. 20).

Moacyr Félix foi um intelectual moderno, espacial e temporalmente, dois temas importantes à modernidade, como indicam seus livros: *Um poeta na cidade e no tempo* ou *Canção do exílio aqui*, duas obras do poeta que remetem a espaço-tempo, ou ainda: “No perguntar de um agora”, poesia publicada no volume 18, em que o tempo se dilui no espaço.<sup>113</sup>

A partir da metade do século XVIII, com a invenção do relógio de bolso “podia-se saber o tempo matematicamente exato onde quer que se estivesse, ao alcance da vista ou do ouvido de uma igreja: o tempo deixara assim de depender do espaço” (SENNETT, 2009, p. 40), foi uma das mais impactantes diluições de espaço-tempo da modernidade que passou a ser um problema que sucessivas gerações atravessaram. Ao criticar os sectaristas, Félix acusou-os de tentarem definir o mundo “sem levar em conta o inteiro espaço-tempo em que *a verdade* desse mundo se configura existencialmente”.<sup>114</sup>

Esse editorial, cuja ideia central era a reafirmação da posição da revista como não-sectarista, sempre a direcionar uma crítica contundente aos que confundem “essa ou aquela particularidade de um determinado mundo com a sua totalidade” (p. 7), apresenta-se para nós como uma definição de Moacyr Félix como um intelectual cujos problemas eram modernos e a partir deles, ou sobretudo por eles, ele compreendeu os projetos estéticos no final dos anos 1970 e início dos 1980.

O editorial “Raciocinar é uma coisa, pensar é outra”, do volume 3, abordou sua compreensão social da arte e como o artista deveria entendê-la, temática cara aos modernistas.

Acho melancolicamente ridículos, no meio de tudo isso, os que ainda pensam que a “poesia” é uma espécie de princesa, e separam e isolam e diferenciam hierarquicamente – e com que afinco! – a “prosa” da “poesia” a “linguagem poética” da “linguagem cotidiana”, o povo dos “intelectuais”, e o trabalho manual do “trabalho intelectual” (não sei e nem quero saber o que entendem por essas coisas ou o que pensam estar diferenciando, quando estabelecem essa hierarquia: sei que a época é de fazer pão, um pão do tamanho dos horizontes físicos e culturais deste final de século, e que não se pode perder tempo com os que ficam brincando de “arte pura”, atrás daqueles jardins

<sup>113</sup> “Poesia, para quê? / Se o que nos importa / é o mundo como ciência / o rabanete na horta / o general na continência / o pai olhando a filha morte”. FÉLIX, Moacyr. No perguntar de um agora. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 18, dez/1979, p. 7

<sup>114</sup> FÉLIX, Moacyr. Liberdade: difícil e exigente. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.13, jul/1979, p. 8.

eruditamente abrigados sob os muros de suas babás econômicas e sob os toldos dos governantes).<sup>115</sup>

O autor imbuíu arte e política na mesma toada, assemelhando-se aos modernistas de 22, cujo entendimento da realidade e da atuação do artista fundem a estética e a ética, o imperativo político-ideológico. Quando ele criticou a separação da linguagem poética da cotidiana havia um fundamento estético presente em sua poesia de usar a coloquialidade como prática poética, o que havia sido realizado já pela primeira fase modernista, com destaque a Manuel Bandeira, e sedimentado como caminho praticamente incontornável por Carlos Drummond de Andrade, na segunda fase do modernismo. Ou seja, foi uma das principais contribuições estéticas do movimento, o rompimento com o academicismo, como pode ser observado em *Poética (IV)*.

#### **Poética (IV)**<sup>116</sup>

– *Poeta, vou fazer um poema.*

– *Então deixe seu coração correr*

*pela cidade*

*e não tema que ele pise*

*na merda que está nas ruas.*

*Depois, faça dele uma bola*

*de raiva contra as vidraças*

*culturais*

*do mundo que nos autua.*

É exemplar o poema acima não só pela coloquialidade que impõe uma palavra como “merda” ou pelo início em forma de diálogo, remetendo a uma conversa, dando trivialidade a composição de um poema, tirando as pompas ao dizer quase que num bate-papo “vou fazer um poema”; sem contar o apelo: “deixe seu coração correr”, a afastar o academicismo pré-modernista, mas também a temática quando o poeta afirma “não tema que ele pise / na merda que está nas ruas”.

Quando o autor argumentou no editorial contra os que separaram os tipos de linguagem, trouxe ao argumento a separação entre povo e intelectuais, trabalhos manual

<sup>115</sup> FÉLIX, Moacyr. Raciocinar é uma coisa, pensar é outra. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.3, set/1978, p. 10.

<sup>116</sup> FÉLIX, Moacyr. Poemas inéditos. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. vol. 1, jul/1978, p. 115.

e intelectual, ou seja, acusou do que foi acusado o seu “tipo intelectual”, o nacional-popular, de elitismo e dirigismo. Por outro lado, não dispensou a postura de “ida ao povo”, ainda que entendesse positivamente tal postura, e alguma posição diferente do trabalho do poeta, como se o intelectual fosse privilegiado por causa de sua atuação. Então, o diálogo inicial de *Poética (IV)*, além de se mostrar como coloquial, pode se apresentar como um pedido de permissão ao poeta que, por sua vez, a dá e orienta como deve ser realizada a poesia. E aqui tocamos mais uma vez nas críticas ao intelectual nacional-popular de orientador das massas, o que mostra o caminho a ser seguido, mesmo que seja pisando “na merda que está nas ruas”. Ainda que crítico de determinadas posições intelectuais, Félix reproduziu os erros, segundo as concepções dos “novos intelectuais”, devido ao seu entendimento ontológico de intelectual.

Isso não o impedia de ver e rever suas claudicações como poeta, aquelas que surgiram através da própria escrita. Na mesma série, ele escreve (p. 114):

### **Poética (I)**

*Faz poesia o que auto-se-critica  
com a própria consciência na mão  
que foi cortada*

*e que sangra*

*caída no chão.*

Outro fato a não perder de vista em seu raciocínio no editorial do volume 3, para retomar a discussão, diz respeito àqueles que ficam atrás dos jardins “eruditamente abrigados sob os muros de suas babás econômicas e sob os toldos dos governantes”, a afirmação ecoa o debate citado no capítulo anterior em que Florestan Fernandes argumentou a impossibilidade da comunhão entre democracia a partir de dentro do sistema, e também as críticas de Félix aos universitários. Todavia, o foco do editorial “Raciocinar é uma coisa, pensar é outra” é evidenciar o que Moacyr Félix entendia como arte, especificamente poesia.

E agora é bom repetir, mais uma vez, que o que ora se chama “poesia social ou engajada”, e que é *uma* das linhas em que me procuro desde o meu primeiro livro de juventude [1948], não esgota, nem de longe, os raios quase que pensadamente infinitos do fazer poético. (...) Exigir de um artista ou de um poeta, no entanto, que o seu poema ou a sua música apareçam exclusivamente engajados na temática assim dita social, isso é uma besteira, um erro, uma deformação dos próprios fins a que esta exigência, em última análise, se diz atrelada. Toda obra de arte é engajada, quando é verdadeiramente uma obra



de arte; e isso porque ela é participante do impulso básico do ser humano para a liberdade.<sup>117</sup>

Apesar de Félix tentar se desvencilhar da “poesia social ou engajada” afirmando-a como “uma das linhas” a que ele se associa, ao final da citação ele retoma o argumento de que toda arte é engajada, seu compromisso seria com a liberdade antes e sobretudo qualquer fato.

A referência a Sartre é clara, que diz: “escrever é uma certa maneira de desejar a liberdade” (1989, p. 53). Embora haja uma desvirtuação da concepção sartriana que compreende o engajamento através da prosa (teatro, incluso) e ensaio, e não das artes, lato sensu. Moacyr Félix apresentou em sua argumentação a relação entre arte e política, se assim pudermos compreender arte engajada<sup>118</sup>, desde a sua primeira obra (“Cubo de trevas”, 1948).

“Ser poeta é tornar social uma individualidade. É reunir; é religar; é revelar a revelação oculta entre as coisas e os fatos; é ver, e fazer ver, os reais fios da vida sob a pseudoconcreticidade das aparências, que esconde de nós”<sup>119</sup>. Félix deu à condição de poeta a positividade que em Sartre é negativa. Para o francês, “o poeta, em sua negatividade pura, quer fazer da poesia o lugar do fracasso do homem” (SOUZA, 2008, p. 44).

A condição do intelectual da segunda fase do projeto moderno de Brasil o convoca como “revelador”. Talvez menos caricato: caberia ao intelectual cumprir esse papel, sem soberba ou hierarquia, como afirmou Félix acima.

Se o engajamento pela poesia apresenta contradições a partir da concepção de Sartre, é possível recorrer à prosa de Félix, o que sanaria por si só sua condição de intelectual engajado.

Em seis volumes ele publicou “parêmias”, como as preferiu categorizar a partir de seus títulos. Se olharmos a definição de parêmia, os linguistas informam que “é o termo que em geral se dá aos provérbios, que por sua vez recebem outros nomes: adágio, aforismo, anexim, apodo, apotegma, axioma, brocardo, conselho, ditado popular, ensinância, gnoma, máxima, prolóquio, rifão, sentença, alegoria etc.” (SOUZA; AZEVEDO, p. 6). Os autores dão como exemplos de parêmia frases curtas, como “Amor

<sup>117</sup> FÉLIX, Moacyr. Raciocinar é uma coisa, pensar é outra. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.3, set/1978, pp. 8-9.

<sup>118</sup> “Define-se a partir do empenho do artista em prol de uma causa ampla, coletiva e ancorada em “imperativo moral e ético” que acaba desembocando na política, mas não parte dela” (NAPOLITANO, 2011, p. 29).

<sup>119</sup> FÉLIX, M. op. Cit., p. 10.

com amor se paga; Água mole em pedra dura tanto bate até que fura; Quem não tem cão, caça como gato; À noite, todos os gatos são pardos; De grão em grão, a galinha enche o papo”. As parêmias de Moacyr Félix em certos momentos aproximam-se mais das prosas poéticas ao estilo de Baudelaire<sup>120</sup>, trazendo o poeta não só para perto do francês em temáticas, mas também em formas, sem perder de vista o engajamento próprio de sua geração. Em “Dezoito Parêmias do Verão Contraditório”, Félix mencionou:

Escrito na Suécia em 1961, este texto foi parte de um texto maior publicado no Brasil em 1965. Revisto em um detalhe ou outro, republico-o por achar que *continua valendo como parcial esclarecimento do que entendo, na condição de Editor-chefe de E.C.B., como o fazer político do intelectual através da ação cultural que lhe é própria* (grifo nosso).<sup>121</sup>

Foi recorrente na Encontros remeter a textos dos anos 1960, como apresentamos algumas vezes ao longo da pesquisa. No caso de Félix, esta publicação não foi a única em que o autor recuperou os escritos da época da “brasilidade revolucionária”.

Entre as dezoito, o autor citou diversos temas e de diversas formas. Algumas mais objetivas, como a seis, publicada em 1961, republicada em 1978 e poderia ter sido escrita nos anos 2000, o que aponta mais à dificuldade de o Brasil concretizar seu projeto moderno do que para a atemporalidade poética em si:

## 6.

*Por que as brasileiras torres de petróleo estão jorrando, e os nossos navios se desancoram abarrotados de soja, não me peçam para rir ou sorrir como se estivesse sob os pórticos de um esperado verão. Os pobres ainda se multiplicam nas ruas e, por isso, os ricos ficaram ainda mais sórdidos.*

Na parêmia nove, a condição de poeta foi debatida. O que já havia falado em ensaio sobre “revelar a revelação oculta”, afirmou também nesse texto:

## 9.

*Ser poeta é ver e universalmente compreender as mãos e a noite: saber que o chão de todos os nossos dias é regado com o escamoteado sangue da vida prisioneira. E nunca saber impunemente: pagá-lo com as exigências do amor que às vezes se transforma em melancolia e solidão, quando não em desespero. Ah, como falam alto esses fracassos!*

<sup>120</sup> BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa (Le spleen de Paris)**

<sup>121</sup> FÉLIX, Moacyr. Dezoito parêmias do verão contraditório. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 4, out/1978, p. 7.

A marca do “romantismo revolucionário”<sup>122</sup>, embebido da melancolia benjaminiana, destacou-se ao lado do papel vanguardista do ser-poeta cuja compreensão universal das mãos – aquilo que toca, que pega, que materializa – e da noite – aquilo que não é claro, nítido, o que é obscuro – faz saber que o chão é regado com o escamoteado sangue da vida prisioneira, ou seja, do tempo de trabalho roubado: a mais-valia, uma vez que sob a sociedade capitalista o trabalho é uma prisão. A impunidade de se saber diz respeito à consciência de sabê-lo, própria dos intelectuais, mais ainda dos poetas que veem e universalmente compreendem o que é matéria e o que é obscuro.

No mesmo sentido foi a quarta parêmia, que ao reivindicar nas próprias têmporas “as balas que mataram Essenine e Maiakovski”, lamentou e exaltou por elas serem “motor e coração do meu silêncio e da minha fala”: o romantismo revolucionário debruça-se ao passado mas ainda assim “ênfatiza a prática, a ação, a coragem, a vontade de transformação, por vezes em detrimento da teoria e dos limites impostos pelas circunstâncias históricas objetivas” (RIDENTI, 2014, pp. 14-15), as quais foram definidas por Félix na mesma parêmia como “tragicizantes e adiados enterros do ser humano gerado pela civilização do lucro”<sup>123</sup>.

E retornamos a Benjamin ao definir melancolia (*spleen*) em Baudelaire, de novo ele, “O spleen é o sentimento que corresponde a permanência da catástrofe” (apud KONDER, 1999, p. 100), mas não impediu a vontade de reagir do poeta francês. O mesmo aconteceu com Félix que disse na sétima parêmia:

## 7.

*Se a tua luta é ao lado do povo, nunca me fales do que fizeste; mas me avisa sempre do que existe de urgente para ser feito.*

No volume 24, também em condição de editorial, Félix publicou o texto “Poetas à margem do Tietê, eu os saúdo!”, um prefácio para o livro “Poetas à margem do Tietê”<sup>124</sup>, onde o autor contempla em torno da poesia temas que remetem à nossa hipótese da

---

<sup>122</sup> Ver capítulo 1.

<sup>123</sup> Ibid. p. 8.

<sup>124</sup> A nota dizia que era um livro “a ser editado, ainda este ano [1980] pela Editora Graffiti”. Sobre a editora, encontramos uma referência de passagem em artigo sobre a peça teatral “Bumba, meu queixada”. Não encontramos referências do livro.

convergência de modernismo, comunismo e brasilidade, entretanto com a sua peculiaridade: um *spleen* revolucionário e inquieto.

Félix relembrou o processo de maturação em torno do projeto *Violão de rua*, de 1962. Houve, segundo seu entendimento, uma tentativa de aperfeiçoar como “tendência filosoficamente expressiva” até chegar a “certos níveis estéticos de um dizer altamente dentro da poesia”.<sup>125</sup> Frase que poderia muito bem ter sido escrita por Mário ou Oswald de Andrade, por exemplo.

Mário de Andrade inicia *O movimento modernista* dizendo: “Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional” (1942, p. 13). Embora também tenha percebido alguns limites vendo-o por vezes mais como uma expressão de um tempo passado – o quinto ato conclusivo – do que uma possibilidade de futuro, que “apesar da revolução modernista, não [estava] muito distante das gerações de que ela era o ‘sorriso’ final” (ANDRADE, 1974, p. 192).

Na década de 1980, outros fatores poderiam ser considerados para as explicações das tentativas do fazer poético e filosófico expressado em 1960: o sistema capitalista no seu sentido mais amplo possível, “selvagem em sua essência, porém hoje carterianamente risonho em sua aparência, ou se quiserem, juscelinamente atrelado aos direitos formalmente jurídicos de algumas classes e não aos realmente concretos direitos sociais e econômicos de todas as classes que compõem um povo” (p. 9).

Félix não se deixou enganar com a emancipação política do período democrático pré-1964, ela não se caracterizou como emancipação humana, segundo os termos de Marx em *Sobre a questão judaica* (2010).

Mas o problema não era somente o capitalismo, que já era presente em 1922, mesmo com suas especificidades históricas. Félix imputou à indústria cultural, a atuação capitalista *stricto sensu*, a tarefa de “dividir os artistas, os escritores e os demais trabalhadores intelectuais, lançando-os em disputa rumo aos holofotes em que dois ou três apenas poderão ser premiados com a ‘vitória’ nas lutas competitivas e carreiristas que então manipuladamente se deflagram” (pp. 9-10).

Ele assistiu a “uma penca de jovens” recém-formados em jornalismo que farejam

---

<sup>125</sup> FÉLIX, Moacyr. Poetas à margem do Tietê, eu os saúdo! In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 24, jun/1980, p. 9

no ar a hora de voltar a insistir-se no elogio ao poeta que não é mais engajado, que ‘não fala de coisas tacanhas e sofrimentos coletivos’, que não é ‘discursivo nem populista’ – duas palavrinhas que funcionam politicamente, como anátema e aviso – que faz ‘só poesia’ (?), que é um ‘puro poeta, um selecionador de palavras e de ritmos (sobretudo de pensamentos) que não constam do *index prohibitorum* mais uma vez tacitamente imposto e alardeado.<sup>126</sup>

No volume 27, ele afirmou na poesia “Eu vi”: “Eu vi a *intelligentsia* televisionar-se / numa postura estudada como a dos anunciantes / da vida nos rótulos de remédio” (p. 9). Uma explícita crítica à indústria cultural e aos intelectuais que passaram a compô-la.

Ao falar aos poetas à margem do Tietê, salienta que não houve nada mais difícil do que relacionar os fatos, a emoção com uma concepção de mundo, “em que o poeta colhe os fundamentos de uma interioridade que se quer autêntica na medida mesma que se interroga universalizantemente” (p. 10), isto é, o local e o universal de uma perspectiva marxista. Não é a cartilha economicista do partido exposta, Félix e Ênio sempre negaram os “dogmáticos” com veemência. Uma questão de método apreendida foi exposta, o materialismo histórico-dialético num movimento em que as questões objetivas impactam as subjetivas.

Ao terminar a leitura da espessura paulista-brasileira-universal do conjunto destes poemas, fiquei comovido, no sentido mais etimológico do termo. É que nele eu me sentia intensamente movido (*cum*, intensidade e *móvere*, mover) no caleidoscópio interior do que ele trazia: pedaços vivos do tempo e *deste* tempo; radiografias falantes de seus bares e de suas ruas, de seus lugares e de suas gentes; variedades numa unidade, ou numa unificação, em torno dos atos de não aceitar as medulares desumanizações nas coisas e nos hábitos que nos cercam e nos decepam, até que nos transformemos em caricaturas de nós mesmos; definição e denúncia dos superegos atrás de cujas máscaras o moralista, o dogmático, o esteticista e o demagogo escondem a sua feiura, o seu vazio, a sua hipocrisia, a sua secura, enfim, os seus desamorosos ressentimentos frente às espontaneidades maiores e mais criadoras da existência.<sup>127</sup>

Os exercícios realizados neste capítulo em torno dos textos de Félix servem para lançar a hipótese do longo modernismo e a possibilidade analítica através desse autor, tarefa que aprofundaremos na etapa posterior desta pesquisa com a sua produção poética. Entendemos haver lacunas não exploradas neste momento, como os porquês de Félix não ter acompanhado a modernização poética que outros de sua geração realizaram, como Ferreira Gullar, por exemplo, que historicamente também esteve associado à poesia engajada, mas não abandonou as atualizações estéticas. Também poderíamos trabalhar como hipótese a ser explorada na segunda etapa da pesquisa se há em Félix um “modernismo conservador” no que tange a estética poética, isto é, estar vinculado a

---

<sup>126</sup> Ibid. p. 10

<sup>127</sup> Ibid. p. 11

tradições passadas e com olhares severos às contemporâneas em decorrência das suas compreensões sociais, e por que não sociológicas, do fazer poético. Outra lacuna, que pretendemos aprofundar a partir deste debate, é o diálogo da poesia de Félix para além dos modernistas de 22, e pensar os movimentos das décadas seguintes e o impacto deles na estruturação da cultura nacional-popular. Remetemos com insistência à primeira geração modernista (e aos conteúdos modernos, quando convocamos Baudelaire) para demonstrar a similitude de temas tanto no começo do movimento quanto em seu epílogo, e dessa forma reforçar a possibilidade de analisar parte da cultura brasileira a partir da categoria de longo modernismo.

E, apesar de termos articulado na primeira análise deste capítulo as questões da indústria cultural, as mudanças intelectuais e o próprio modernismo com Moacyr Félix, entendemos a necessidade de levar o debate adiante tendo a sua produção poética como alvo de análise, o que também pretendemos fazer na continuação da pesquisa.

De qualquer forma, alguns apontamentos a tomar o conjunto da pesquisa, são possíveis. Como o impacto das mudanças na indústria cultural e na universidade na atuação do intelectual, que até a década de 1970 desempenhou uma atuação pública através de empreendimentos editoriais como a *Encontros*. Mas no momento em que ela circulou tal atuação já estava obsoleta, inclusive a forma de intervenção como discutimos rapidamente no segundo capítulo: o ensaio perdeu espaço para o artigo. Também foi na passagem dos anos 1970 para os 1980 que as editoras universitárias ganharam fôlego para divulgar o conhecimento científico, contribuindo para a forma “artigo”. Sem contar a disputa em torno da função do intelectual, que deixava de ser o orientador das massas com o dirigismo político, para realizar a crítica social que serviria como suporte a ser aderido ou não pelos movimentos basistas. O vanguardismo e o engajamento através do partido seria um resíduo deixado à Nova República, que assistiria à projeção dos movimentos sociais. O longo modernismo, dessa forma, como projeto totalizante viu barreiras que impediram à sua conclusão e resolução de problemas que permaneceram e passaram a ser pensados com outras roupagens teóricas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores elencados nesta dissertação para compreender o ocaso da intelectualidade de esquerda nacional-popular e debatidos ao longo dos três capítulos contribuem ao entendimento e à percepção de uma sociedade que estava passando por alterações para além da questão intelectual.

As dinâmicas de especialização da sociedade neoliberal esgotam possibilidades totalizantes de projetos de país e de cultura. Nação, povo, Brasil moderno tornaram-se categorias ultrapassadas como proposta e justificativa.

Não trouxemos ao debate as questões mais globalizantes para o entendimento dos processos que levaram à derrocada do intelectual estudado. Mas as suas consequências são inquestionáveis, inclusive no que concerne os aparatos teóricos que os “novos intelectuais” mobilizam para a compreensão da sociedade daquele tempo.

O Maio de 68 é um marco nessa ruptura em que infinitas rupturas são rompidas continuamente, e que a linguagem prevalece sobre a matéria, o discurso sobre a dialética. Nesse sentido, a Encontros com a Civilização Brasileira é um projeto pré-Maio de 68. Seus dois principais intelectuais, Ênio Silveira e Moacyr Félix, compreenderam o processo contrariamente a tudo o que se estabeleceu como dominante no Brasil a partir dos anos 1980. São resíduos de um tempo que ainda ecoaram nas discussões intelectuais mas que perderam o capital político-cultural de outrora. Politicamente, o PCB foi atropelado pelo PT, como o partido representante da esquerda, “a partir de uma convergência entre o ‘novo sindicalismo’, quadros remanescentes das organizações dissidentes dos anos 1960/1970 e cristãos socialistas. O PT venceu, sem muita dificuldade, a disputa pela liderança política do conjunto do proletariado” (MUSSE, 2015, p. 419). O que fez do PT uma força capaz de aglutinar tanta gente em torno de si, foi sua construção através da “ruptura”.

Seja devido a sua origem no sindicalismo e nos movimentos sociais, seja pelo esforço em constituir-se em partido de massas – com o concomitante repúdio do modelo da “vanguarda leninista” –, ou ainda por conta de sua recusa do programa político de frentes policlassistas, associado ao empenho em transferir a ênfase da nação para a classe; os intelectuais do PT alardearam que constituíam uma configuração original na esquerda brasileira, sem termo de comparação com as experiências da tradição comunista (MUSSE, 2015, p. 419).

O que não se concretizou exatamente nestes termos, o partido aderiu a um nacional-desenvolvimentismo reformado pela ideologia – ou racionalidade, como

propõem Dardot e Laval – neoliberal, representando bastante bem a sua época com os “neoliberalismos de esquerda”.

Para nós, o interessante foi perceber a necessidade de romper com o princípio intelectual que gravitava em torno dos comunistas, que podemos ler sob a chave nacional-popular, mesmo sabendo de especificidades e diferenças existentes entre ambos.

No início da pesquisa, relutamos em afirmar o “fracasso” da *Encontros*. Nas vezes em que dissemos, ainda não tínhamos certeza se assim poderia ser definido um projeto editorial que publicou mais de 600 textos (entre ensaios, artigos, resenhas e entrevistas), contribuindo com o seu propósito inicial. Mas na medida em que avançamos com as análises, percebemos que o não-sectarismo da revista também poderia ser chamado de “ecletismo”.

O primeiro capítulo, em que estudamos os avanços da indústria da cultura, deixou claro as dificuldades de levar a cabo um empreendimento editorial com as mudanças promovidas pela “modernização conservadora” (ORTIZ, 1999) dos militares e com isso o impacto nas formas de atuação: a esfera pública foi absorvida por empresas que formaram seus capitais com incentivo estatal, caso da Rede Globo, por exemplo. O intelectual passou a ter que disputar com empresas de grande porte, isso quando não se rendeu a elas.

Além disso, a indústria cultural tem a característica de especializar o mercado, o que aumentou a concorrência no seio da própria esquerda. Nesse momento, com a abertura política, surgiram diversas “editoras de oposição” (MAUÉS, 2014), sem contar as universitárias, cuja intenção de divulgação do conhecimento científico passou a exigir textos mais objetivos e menos políticos, ou seja, o engajamento intelectual passou por uma alteração qualitativa.

O que nos leva ao segundo capítulo, em que a discussão em torno da função do intelectual passou pela questão da profissionalização a partir da reforma universitária, cuja consequência foi a internalização dos debates nas universidades. O caso da SBPC é exemplar nesse sentido: dentro do congresso, fechado à comunidade universitária, discutiu-se se exigiriam ou não a Assembleia Constituinte. Após decisão oriunda desse debate externalizou-se à sociedade o que a SBPC, representando vários setores da comunidade acadêmica, havia decidido. A ocasionar outra mudança qualitativa: a esfera em que os intelectuais interagiam publicamente foi levada para a universidade, deixando um espaço vazio preenchido por outro perfil intelectual: figuras como Caetano Veloso, Chico Buarque, Elis Regina e outros artistas passaram a ter voz ativa como aqueles que



compreendiam os fenômenos conjunturais e cujas palavras tinham muito a contribuir. O que implicou naquele momento a importância do artista falar como intelectual. E o intelectual desvinculado das artes e próximo à Universidade sofreu um processo crescente de escamoteamento, sendo convocado somente quando conveniente.

Essa superação do artista-intelectual trabalhamos no terceiro capítulo, cujo objetivo era mais apontar problemas, criar hipóteses do que trazer respostas. Moacyr Félix foi alçado à qualidade de poeta-editor (artista-intelectual) como objeto que permite articular a diluição e o esgotamento de um momento (e movimento) histórico vivido no Brasil em parte do século XX e que estruturou em grande medida a cultura brasileira.

O fenômeno do longo modernismo poderia ser interpretado pela chave williamsiana de estrutura de sentimento, abordagem que não tomamos. Tampouco aprofundamos o que seria a categoria; seguimos a sugestão de Napolitano: uma confluência de temas e debates promovidos pela intelectualidade do período. Entendemos haver essa lacuna, como outras apontadas no terceiro capítulo; pretendemos dar cabo dessa discussão na continuação da pesquisa e categorizar o longo modernismo e suas implicações e quem ou o que pode fazer ou fez parte; se é possível abordar o longo modernismo pela perspectiva de vários movimentos artísticos em vez de individualizar nos artistas-intelectuais.

Napolitano apontou um dos possíveis pontos de partida para entendê-lo, e foi através das sugestões do autor que compreendemos Moacyr Félix um artista-intelectual moderno, vinculado à tradição modernista de 1922 e superado quando o modernismo deixou de ter sentido sócio-histórico, nesse caso estendemos para a revista. A *Encontros* foi um empreendimento editorial moderno, conforme apontamos na introdução: os intelectuais no século XX quando se reuniam para discutir suas ideias imediatamente acionavam a revista como a forma por excelência de divulgação. Se Lafetá interpretou o modernismo como um projeto estético e ideológico, o esgotamento histórico foi o fim de ambos, compreendendo a revista como a “forma”: a parte estética que tornou-se residual.

Quando Ênio Silveira optou pelo nome “*Encontros*” fazendo referência aos seminários promovidos pela Civilização Brasileira em 1962 para debater ideias, pode-se observar como o editor considerava necessário recuperar as ideias do pré-golpe, ou seja, as vinculadas ao nacional-popular, como apontou Pécaut: “desenvolvimento nacional, defesa da cultura nacional, emancipação política como resultado do desenvolvimento” (1990, p. 210). Ênio Silveira no primeiro editorial da *Encontros* confirmou essas ideias:

Queremos, em suma, que colaboradores e leitores, juntos, possam auxiliar o povo brasileiro a romper as trevas culturais que ainda o cobrem e o muro de preconceitos que o cerca, pois, sem essa ruptura, nosso país dificilmente se poderá preparar para cumprir, no quadro geral da marcha dos povos, o seu destino histórico de nação independente e democrática.<sup>128</sup>

Havia ainda a convicção em “povo” como categoria geral de compreensão de Brasil, mesmo com as greves do ABC que fragmentaram o povo em operário, o que não significa que o editor estivesse descolado dos acontecimentos. Pois em julho de 1978, mesmo mês em que lança a *Encontros*, ele fundou como vice-presidente, ao lado de Oscar Niemeyer (presidente), Sérgio Buarque de Holanda (vice-presidente) e Antonio Houaiss (secretário-geral), o Centro Brasileiro Democrático (Cebrade), que tinha no seu Programa de Trabalho, entre outras coisas, a promoção de um seminário sobre direitos do trabalhador a ser realizado em São Paulo (NAPOLITANO, 2017, p. 244).

Mas eram figuras de outra geração. Sérgio Buarque, ainda que tenha se filiado e sido um dos “fundadores do PT”, estava ao lado de Mário de Andrade na revista *Estética*.

Se politicamente o PT era o partido dominante e o PCB o residual, culturalmente a atuação do intelectual afastou-se cada vez mais do debate público. Não havia mais hegemonia cultural de esquerda porque havia rupturas e novas vocalizações que nos debates dos anos 1950, 1960 e 1970 não eram consideradas centrais. O intelectual que depositava suas compreensões em torno da cultura nacional entrou em um vácuo histórico, seu sistema referencial deixou de ser a referência.

A *Encontros* tentou recolocar esse intelectual no centro do debate, ainda que a partir de termos com os quais a revista nem sempre concordou, mas em muitos momentos foi o reflexo da arena universitária no sentido passivo.

Quando Ênio Silveira e Moacyr Félix optam em recuperar os encontros com a Civilização Brasileira se desencontram na cidade, no tempo e nos debates. Poderíamos concluir dizendo que o espaço que era deles nos anos 1960 com a RCB foi perdido para a indústria da cultura, política e socialmente para os novos intelectuais e historicamente esgotado com o fim do modernismo, não só no Brasil, mas também no mundo, quando ascendeu com força a sociedade pós-moderna com suas próprias dinâmicas. A superação econômica foi uma questão de tempo, a revista terminou e a editora foi vendida no mesmo ano, 1982.

---

<sup>128</sup> SILVEIRA, Ênio. Por quê e Para quê. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.1, jul/1978, p. 8

As parêcias – ou aforismos – de Moacyr Félix não encontraram mais a “sociedade dos cafés” (JACOBY, 1990), e sim um mundo em que havia departamentalização, indústria cultural e neoliberalismo, o projeto de modernização do país proposto desde 1922 fora realizado em outros termos pela ditadura militar. Com o fim do regime, um único alvo a ser combatido diluiu-se em diversas exigências.

Para retomar a proposta metodológica que guiou esta pesquisa, num movimento de produção e reprodução da cultura, fatores emergentes alçaram a condição de dominantes: a indústria cultural; a universidade como cenário legítimo da atuação intelectual, para dar dois exemplos principais aqui estudados. Enquanto outros passaram à condição de residuais: a vanguarda intelectual; as “formas” de intervenção intelectual na realidade, e aqui falamos da revista político-cultural; a poesia engajada; e, acrescentaríamos como última hipótese que esta pesquisa suscita para o estudo futuro, o partido como vanguarda das massas. Não obstante a criação do PT, ao longo da Nova República os movimentos sociais eclodiram como espaço de atuação política.

Os movimentos que tiraram de cena uns atores para outros assumirem o protagonismo não são estanques, continuamente se alteram, alguns duram mais que outros.

O ocaso da intelectualidade nacional-popular modernista e a diluição do longo modernismo como movimento e momento histórico-artístico-intelectual não implicam em total desaparecimento, tampouco na superação da contribuição enquanto sujeitos e instituições estruturantes da cultura brasileira.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Mário de. **O movimento modernista**. Rio de Janeiro: Edição Casa do Estudante do Brasil, 1942.

\_\_\_\_\_, Mário de. A Elegia de Abril. In: **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1974, pp. 185-196.

AUGUSTO, Sérgio. Os bobos da corte estão levitando. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979.

BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: **Poesia e prosa de Charles Baudelaire**. São Paulo: Nova Aguilar, 2006, pp. 851-881.

BENETTI, Pedro. “Encontros com a democracia: intelectuais e a transição no período 1978- 1982”. **IX Encontro da ABCP: Pensamento político brasileiro**. Brasília, 2014.

BETTO, Frei. A educação nas classes populares. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.13, jul/1979.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAMPOS, Marcio D’Olne. Formação do pesquisador: um processo em questão. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 16, out/1979.

CÂNDIDO, Antônio. **O método crítico de Silvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.

\_\_\_\_\_. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

\_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CÂNDIDO, Antônio; CASTELLO, J. Aderaldo. **Presença da literatura brasileira: história e antologia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. O intelectual e os setores populares. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 24, jun/1980.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2008.

CORREA, Hércules. A estrutura sindical brasileira: lutas, experiências, proposta. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 21, mar/1980.

CORTÁZAR, Júlio. O conto na revolução. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 9, mar/1979.

\_\_\_\_\_. Cultura e democracia no Brasil. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 17, nov/1979.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTO, Cristiano P. P. “Encontros com a Civilização Brasileira (1978-1982): resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia”. **Dimensões**, vol. 29, 2012, p. 351-373.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais e exílios**: confronto de resistências em revistas culturais Encontros com a Civilização Brasileira, Cuadernos de Marcha e Controversia (1978-1984). Porto Alegre, 2013, 235p. Tese (doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CRESPO, Regina Aida. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: **Cadernos de Seminários de Pesquisa Volume II**. São Paulo : Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011. pp. 98-116

\_\_\_\_\_. Produção literária e projetos político-culturais em revista de São Paulo e da Cidade do México, nos anos 1910 e 1920. In: **Revista Iberoamericana**, vol. 70, ed. 208, 2004, pp. 677-695.

CUNHA, Luiz Antonio. “Vestibular: a volta do pêndulo”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 13, jul/1979.

\_\_\_\_\_. Ensino e pesquisa: uma associação problemática. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 16, out/1979.

CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência**: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira. Campinas, 2005, 126p. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Cultura) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. **Praticando delitos, formando opinião**: Intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968). Campinas, 2009, 388p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. “Sou brasileiro, democrata e editor”: Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 32, n. 2, 2020, pp. 149-174.

DENIS, Manoel Maldonado. Dilema político dos intelectuais. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979.

EMEDIATO, Luiz Fernando; ELIAS, Rubén. O compromisso do escritor (questões gerais). In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979.

FÉLIX, Moacyr. Poemas inéditos. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. vol. 1, jul/1978.

\_\_\_\_\_. Raciocinar é uma coisa, pensar é outra. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.3, set/1978.

\_\_\_\_\_. Dezoito parênteses do verão contraditório. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 4, out/1978

\_\_\_\_\_. Liberdade: difícil e exigente. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.13, jul/1979.

\_\_\_\_\_. No perguntar de um agora. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 18, dez/1979.

\_\_\_\_\_. A poesia na década de 70. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 20, fev/1980.

\_\_\_\_\_. Poetas à margem do Tietê, eu os saúdo! In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 24, jun/1980.

\_\_\_\_\_. Penúltimos poemas. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 28, 1981.

\_\_\_\_\_. **O pensar e o sentir na obra de Moacyr Félix**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Canção do exílio aqui**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

FERNANDES, Florestan. Tarefa dos intelectuais na revolução democrática. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 14, ago/1979.

FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: **História do marxismo no Brasil** (org. João Quartim de Moraes). Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 337-372.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. **Civilização Brasileira e Brasiliense**: trajetórias editoriais, empresários e militância política. Niterói, 2009, 316p. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

GENRO FILHO, Adelmo. A democracia como valor operário e popular. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 17, nov/1979.

GRAMSCI, A. **El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce**. Buenos Ayres: Ed. Nueva Vision, 1973.

GUEDES, Maria do Carmo; PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli. Editoras universitárias: um contribuição à indústria ou à artesanaria cultural?. **Perspectiva**. Vol. 14, n. 1. São Paulo jan/mar. 2000, pp. 1-9.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1985.

HAMBURGER, Ernst W. Para que pós-graduação? In. **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 19, jan/1980.

HERMETO, Miriam. Grupo Casa Grande (1974-1979): Uma frente político-cultural de resistência. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Comunistas brasileiros: cultura, política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, pp. 293-315.

JACKSON, Luiz Carlos; RIVETTI, Ugo. Pierre Bourdieu e Raymond Williams: correspondência, encontro e referências cruzadas. **Tempo social**. vol.32 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2020, pp. 183-204.

JACOBY, Russel. **Os últimos intelectuais**. São Paulo: Edusp, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o modernismo**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LIMA, Hamilton Garcia. **O ocaso do comunismo democrático: o PCB na última legalidade (1964-84)**. Campinas, 1995, 499p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta emelancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. Ciência e crise política: a sociologia a caminho da roça. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. **Estudos Avançados** 28 (80), 2014, pp. 91-104.

\_\_\_\_\_. **Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984**. São Paulo: Publisher, 2013.

MICELI, Sérgio. O papel político dos meios de comunicação de massa. In: Schwartz, Jorge; SOSNOWSKI, Saúl (orgs.). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Edusp, 1994, pp. 41-67.

MONTANARI, Marcello. Domínio-saber e sistema dos partidos: a propósito de Foucault e dos “novos filósofos”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 22, abr/1980.

MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1985.

MUSSE, Ricardo. As aventuras do marxismo no Brasil. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, Maio/Ago. 2015, pp. 409-425.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955-1968). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, número 28, 2001, pp. 103-124.

\_\_\_\_\_. A breve primavera antes do longo inverno: uma cartografia histórica da cultura brasileira antes do golpe de Estado de 1964. **História Unisinos**, vol. 18, set-dez, 2014, pp. 418-428.

\_\_\_\_\_. Arte e política no Brasil: história e historiografia. In: EGG, André; FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane. (Org.). **Arte e política no Brasil**: modernidades. 1ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014, v. 1, p. XV-XLVI.

\_\_\_\_\_. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, 2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio; CAPISTRANO FILHO, David; GUEDES, Cláudio. **O PCB em São Paulo**: documentos (1974-1981). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

PASSIANI, Ênio. Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociobiologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.27, p.285-299, 2009.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REMIÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro 1960-1990**. São Paulo: Com-Arte/Fapesp. 1996.

RIBEIRO, Darcy. O papel reservado ao intelectual e à ciência nos países pobres. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 25, jul/1980.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROSELL, Mariana Rodrigues. **“Ator sem consciência é bobo da corte”**: frentismo cultural e realismo crítico na dramaturgia brasileira de matriz comunista, 1973-1979, São



Paulo, 2018, 250p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas : razones de una práctica. In: **América : Cahiers du CRICCAL**, n°9-10, 1992. Le discours culturel dans les revues latino-américaines, 1940-1970. pp. 9-16.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Indústria cultural e cultura brasileira: pela utilização do conceito de hegemonia cultural. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 25, jul/1980.

SILVEIRA, Ênio. **Editando o editor**. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1992. Entrevista organizada por Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes, Mirian Senra e Jerusa Pires Ferreira.

\_\_\_\_\_. Por quê e Para quê. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.1, jul/1978.

\_\_\_\_\_. Fazer história ou não, eis a opção. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.2, ago/1978.

\_\_\_\_\_. Quem tapa o sol com a peneira. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 6, dez/1978

\_\_\_\_\_. Um ano de Encontros. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 12, jun/1979.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, RENÉ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231-269.

SODRÉ, Nelson Werneck. Posição e responsabilidade dos intelectuais. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 18, dez/1979.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. O intelectual orgânico: a serviço do sistema ou das classes populares. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol.3, set/1978.

\_\_\_\_\_. Universidade Brasileira: crescimento para quê e para quem? In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 13, jul/1979.

SOUZA, Thana Mara de. **Sartre e a literatura engajada: espelho crítico e consciência infeliz**. São Paulo: Edusp, 2008.

VELHO, Gilberto. Academicismo e vida universitária. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 16, out/1979.

VIEIRA, Luiz R. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996.

VIEIRA, Luiz R. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

VOGT, Carlos. De modelos e modelagens. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 16, out/1979.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cultura e sociedade**. Petropolis: Vozes, 2011b.

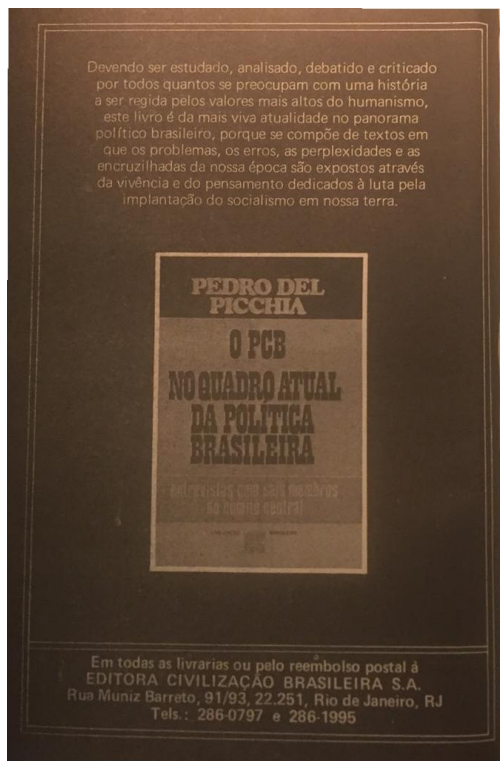
\_\_\_\_\_. Posfácio para *Tragédia moderna*. In: **Política de modernismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011c, pp. 93-107.

\_\_\_\_\_. **The long revolution**. London: Penguin Books, 1965.

## ANEXO I

*Ilustrações referentes às análises*

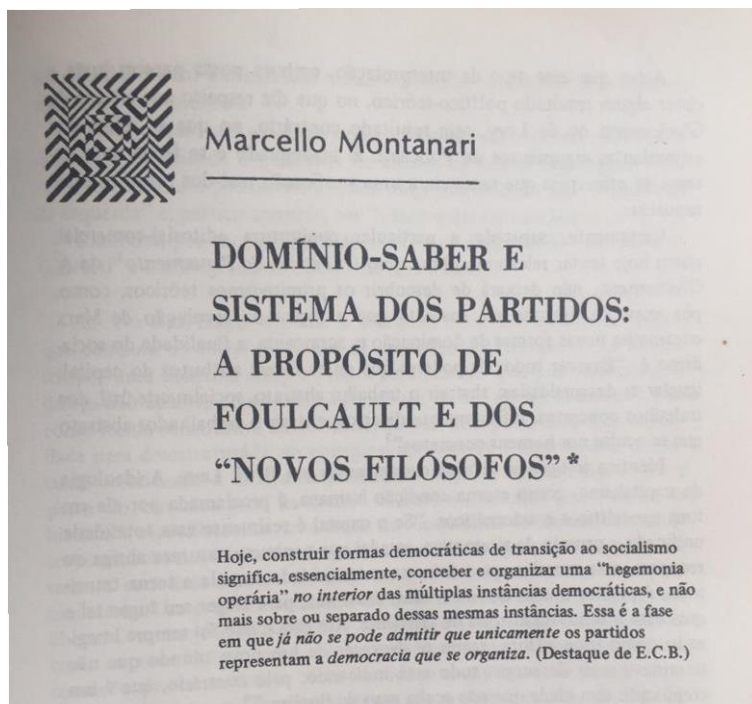
- pp. 13-14

*Segunda capa do volume 21 (março de 1980)*

- p. 14

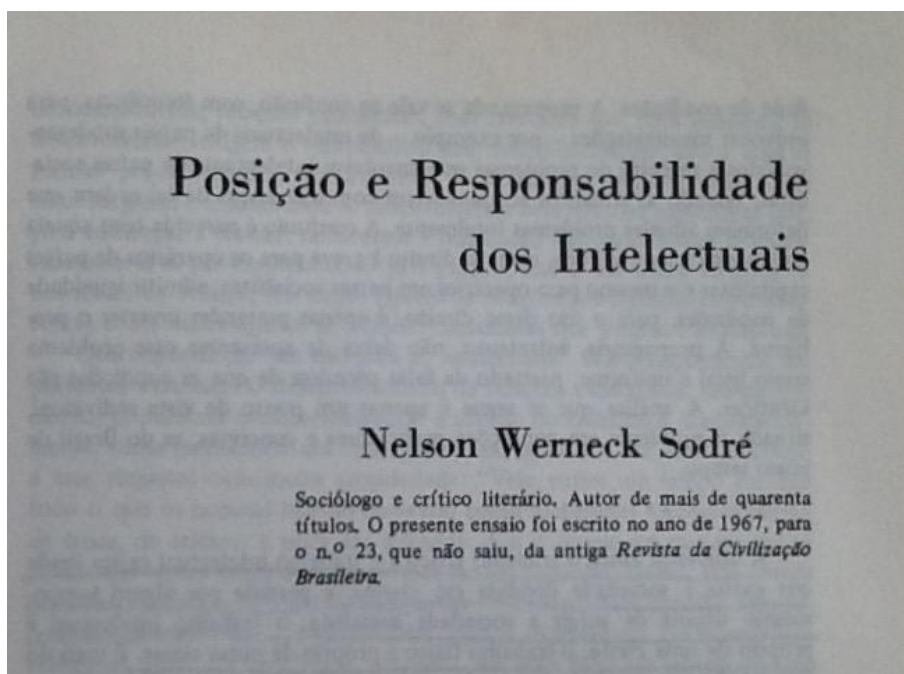
*A passagem de um projeto gráfico a outro*

- p. 20



*Encontros com a Civilização Brasileira*, vol. 22, p. 73

- p. 59



*“Posição e responsabilidade dos intelectuais”* (vol. 18, p. 99), originalmente escrito para o número 23 da RCB que não saiu por conta do fechamento da revista no vol. 22 após o AI-5

## ANEXO II

*Publicações dos 29 volumes da Encontros com a Civilização Brasileira com seus respectivos autores. Tabelas separadas por volume.*

### Volume 1 – julho/1978

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Por quê e para quê	Ênio Silveira	7
Sobre o óbvio	Darcy Ribeiro	9
Humanismo e barbárie: terrorismo neste final de século	Eric Hobsbawm	23
Antropologia e direitos humanos	Henrique C. de Lima Vaz, S.J.	33
Ação sindical e desenvolvimento econômico	Barbosa Lima Sobrinho	65
Impressões de Cuba: júri no Caribe	Ignácio de Loyola Brandão	76
Entrevista com Gianfrancesco Guarnieri	Fernando Peixoto	93
Poemas inéditos	Moacyr Félix	114
O trabalho médico, a produção capitalista e a viabilidade do projeto de prevenção	Antônio Sérgio da Silva Arouca	132
Estado de direito e segurança nacional	Bernardette Pedrosa	156
O brasileiro negro, 90 anos depois	Cláudio Bojunga	175
Transferência de tecnologia e dependência na América Latina	J. Leite Lopes	205
O Estado e a organização da cultura	Octavio Ianni	216
Política a curto prazo e religião a longo prazo	Ralph Della Cava	242
In memoriam: Carpeaux e Alexandria	Sebastião Uchoa Leite	259
In memoriam: Darwin Brandão e a resistência cultural	Zuenir Ventura	272
In memoriam: Max da Costa Santos	Waldir Pires	276

**Volume 2 – agosto/1978**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Fazer história ou não, eis a opção	Ênio Silveira	7
Teses para o terceiro mundo	Mário Pedrosa	11
Os direitos de Carter e os diretos de Chomsky	Sérgio Augusto	31
Modernização, desenvolvimento nacional e desenvolvimento social	Hélio Jaguaribe	41
Estado e revolução	Umberto Cerroni	57
<b>Função política da literatura e da arte</b>	<b>Franklin de Oliveira</b>	<b>81</b>
Da prática pastoral popular	Frei Betto	95
A morte da baleia	Affonso Romano de Sant'Anna	113
A reprodução da força de trabalho e os índices salariais	Zuleide Faria de Mello	123
En el reino del revés, el sol sale a medianoche	Eduardo Galeano	139
A imprensa brasileira após 64	Sebastião Geraldo Breguêz	145
<b>Atualidade de Mário de Andrade</b>	<b>Antônio Carlos de Brito</b>	<b>165</b>
Hombre	Sérgio Faraco	181
Conciliação e violência na história do Brasil	Gisálio Cerqueira Filho e Gizlene Neder	189
Lei de segurança nacional	Heleno Fragoso	229

**Volume 3 – setembro/1978**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Raciocinar é uma coisa, pensar é outra	Moacyr Félix	7
Comunidades cristãs e política partidária	Clodóvis Boff e Leonardo Boff, O.F.M.	11
O intelectual orgânico: a serviço do sistema ou das classes populares	Luiz Alberto Gómez de Souza	27
Entrevista com Pontes de Miranda	Republicação da revista jurídica LEMI	43
Extração de mais-valia, repressão da sexualidade e catolicismo na América Latina	Otto Maduro	53
Vanguarda literária e ideologia	Fábio Lucas	67

Dualidades e “Escravidão colonial”	Ignácio Rangel	79
A tortura e a morte de presos políticos: o caso Wladimir Herzog	Heleno Cláudio Fragoso e Sérgio Bermudes	93
Notas de um diário	Ferreira Gullar	113
Oliveira Vianna: nacionalismo ou racismo	Vanilda Paiva	127
Tecnologia apropriada	José Goldemberg	157
Saúde e democracia	Wilson Fadul	163
Poemas	Domingos Pellegrini Jr.	169
Por detrás das plumas e paetês: reflexões sobre Gabriela	Maria Arminda do Nascimento Arruda	181
Que fazer?	Jacques Julliard	195
Protestantismo e repressão	Rubem A. Alves	199
Araceli meu amor	Antônio Houaiss	205
Problemas ligados à cultura das classes pobres	Ecléa Bosi	211
<i>Tudo bem</i> , o filme de Arnaldo Jabôr	Glauber Rocha	219
Das obras de juventude de G. Lukács	José Paulo Netto	225

#### Volume 4 – outubro/1978

TÍTULO	AUTOR	PÁGINA
Dezoito parênteses do verão contraditório	Moacyr Félix	7
Empresas multinacionais e interesses de classe	Luiz Bresser-Pereira	11
Conflito Igreja-Estado	J.B. Libânio, S.J.	29
O romance latino-americano: uma literatura que é dona de sua alma	Ronaldo Lima Lins	41
Filosofia no Brasil	Roland Corbisier	52
Consciência e realidade nacional	Pe. Henrique C. de Lima Vaz, S.J.	68
O pensamento marxista e a exigência de sua renovação	Entrevista de Gerd Bornheim a João da Penha	82
Origens e evolução do PTB	Luiz Alberto Moniz Bandeira	95
Nove poemas de Paulo Mendes Campos	Paulo Mendes Campos	117
O modelo político e a estrutura econômico-social brasileira	Hélio Jaguaribe	129

A bienal latino-americana: o desvirtuamento de uma iniciativa	Aracy Amaral	167
A revolução burguesa no Brasil	Emilia Viotti da Costa	176
Estrutura e história	Paulo Silveira	186
O papel do Estado na recente fase do desenvolvimento capitalista no Brasil	Juarez Rubens Brandão Lopes	190
Sobre o populismo na América Latina	Bernardo Berdichewsky	196
Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica	Florestan Fernandes	200
O papel da ciência no Brasil	Pedro Wilson Leitão Filho e Luiz Sérgio Nascimento Henriques	209
Comentários “Sobre o óbvio” de Darcy Ribeiro	Lauro de Oliveira Lima	217
Dossiê sobre o eurocomunismo	Eric Hobsbawm, Narciso Isa Condé, Niels Larsen, Jean Kanapa e Edvard Kardelj	223

### Volume 5 – novembro/1978

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
As magras parêmias do inverno	Moacyr Félix	7
A quem cabe a responsabilidade da orientação das pesquisas?	Luiz H. Pereira da Silva	11
A competição e a dominação entre as potências capitalistas mundiais	James Petras e Robert Rhodes	27
Dois nomes da historiografia inglesa contemporânea: Maurice Dobb e Eric Hobsbawm	Carlos Guilherme Mota	51
Ainda é possível salvar a Amazônia?	Márcio Souza	59
A propósito de rebelião e trabalho escravo	Manoel Maurício de Albuquerque	79
Flash sobre o mundo de hoje	Pedro Lyra	91
Gramsci: Lênin no Ocidente?	Alexandre Adler	99



A implantação de um modelo alienígena exótico e outras questões pertinentes: a seleção brasileira de futebol – 1978	Jacob Klintowitz	113
Na CBD até o papagaio bate continência	Joel Rufino dos Santos	119
Poemas de Aristides Klafke	Aristides Klafke	131
Marx e Weber: sobre o conceito de classes sociais	Michel Misse	139
Três contos de Maria de Lourdes Coimbra	Maria de Lourdes Coimbra	169
Em busca de horizonte: o autor teatral	Maria Helena Kühner	177
Clarice Lispector: a função desalienante da sua criação literária	Lucia Helena	193
Criminalidade e Estado de direito	Virgílio Luiz Donnici	201
Resposta a uma agressão pessoal	Jacob Gorender	237
A ABI no Congresso Nacional sobre as reformas políticas	Barbosa Lima Sobrinho	241
Sobre a emancipação indígena: a posição dos antropólogos	Cláudia Menezes, Eduardo B. Viveiros de Castro	249

### Volume 6 – dezembro/1978

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Apresentação	Ênio Silveira	7
Ideologia e Estado em Althusser: uma resposta	Eginardo Pires	11
O enfoque histórico do desenvolvimento econômico	Barbosa Lima Sobrinho	41
Marxismo e cristianismo	Leandro Konder	57
Mulheres na China: uma revolução dentro da revolução	Heloneida Studart	67
<b>Ficção e sociologia: a literatura hispano-americana</b>	<b>Carlos Alberto Azevedo e R. Parry Scott</b>	<b>73</b>
Nosso adeus a Joaquim Cardozo	Nota e seleção de Moacyr Félix	83
Estado de direito e segurança nacional	Alcides Munhoz Netto	97

Dias Gomes	Entrevista com Ferreira Gullar e Moacyr Félix	121
Dois contos	Renard Perez e Flávio Moreira da Costa	141
Três crônicas de Joel Silveira	Joel Silveira	157
O sistema burocrático: instrumento e obstáculo no processo chileno de reforma agrária	Jacques Chonchol	163

### Volume 7 – janeiro/1979

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Os arautos da mentira	Ênio Silveira	7
Da segurança nacional ao trilateralismo	Arturo Sist e Gregorio Iriarte	11
Evolução política nuclear brasileira	Luiz Pinguelli Rosa	29
Perspectivas no estudo do populismo brasileiro	Regis de Castro Andrade	41
<b>Cultura e política no Estado Novo (1937-1945)</b>	<b>Carlos Guilherme Mota</b>	<b>87</b>
O conceito marxista do Estado: uma introdução	José Nilo Tavares	95
Poemas de Carlos Rodrigues Brandão	Carlos Rodrigues Brandão	115
Orfeu e narciso, heróis marcuseanos contra a repressão	João da Penha	125
Murilo Mendes: um bom exemplo na história	Flora Sussekind	147
Questão agrária e agricultura	Ignácio Rangel	172
Notas sobre a política agrícola brasileira	Luis Carlos Guedes Pinto	193
A concentração da posse da terra no Brasil	Rodolfo Hoffmann	207
A lata e a luta	Ignácio de Loyola Brandão	223
Os direitos humanos e sua proteção jurisdicional	João Batista Herkenhoff	229

### Volume 8 – fevereiro/1979

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Poesia e política: parêmias que são uma só	Moacyr Félix	7
Autoritarismo político e filosofia	Wilmar do Valle Barbosa	11

Cultura, classe social e participação em cidades brasileiras	Ruben George Oliven	29
Política e poder	Mário Tronti	43
O aquário negro	Frei Betto	61
O marxismo de A. Sánchez Vázquez	Gilvan P. Ribeiro	69
Três faces do populismo	Vivian Trías	81
O teatro das nações em Caracas: a chama viva que o Brasil perdeu	Yan Michalski	99
Rosa Luxembourg	Mário Pedrosa	117
Rafael Hernández: Cuba, literatura dentro da revolução e revolução dentro da literatura	Chali Zárata	125
Crise de democracia	Jurgen Habermas	133
Fascismo e ditaduras militares na América Latina	Maurício Dias David	149
Poesias	Kuri	164
Poesias	Olga Savary	166
Poesias	Myriam Fraga	169
Poesias	Maria Amélia Mello	173
Poesias	Maria Magdalena Lana Gastelois	176
Poesias	Kátia Bento	179
Poesias	Regina Braga	182
Anistia: um balanço	Roberto Ribeiro Martins	187
Contra Thomas Skidmore: silêncio no Uraricoera?	Janice Theodoro da Silva	209
Teses sobre a música	Antônio Jardim e Nestor de Hollanda Cavalcanti	223
Estruturalismo e história	Philomena Gebran	247

### Volume 9 – março/1979

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
O conveniente fantasma do comunismo	Ênio Silveira	7
Um socialismo a ser inventado	Lucio Lombardo Radice	13
A democracia como valor universal	Carlos Nelson Coutinho	33
Planejamento e Estado nas sociedades capitalistas	Horácio Martins de Carvalho	49
Puebla e as práticas populares na América Latina	Luiz Alberto Gómez de Souza	79

Encontro com I.F. Stone, um herói da imprensa na guerra fria	Argemiro Ferreira	95
A Internacional Socialista vai à América Latina	Pedro Celso Uchôa Cavalcanti	111
Aproximação latino-americana à Revolução Bolchevique	Rubén Elias	121
A ideologia da linguagem como criação literária	Cid Seixas	153
Dois contos	Tércio Santos e Alberto Crusius	161
Poesias	Antônio Barreto e Luís Sérgio dos Santos	171
Em torno do <i>Poema sujo</i>	Alcides Villaça	184
Um rubi no umbigo	Hélio Pellegrino	193
Ferreira Gullar: o fogo solidário	Santiago Kovadloff	205
Direito do trabalho no Estado de direito	Evaristo de Moraes Filho	223
Uma nova perspectiva da evolução econômica brasileira	José Jobson de A. Arruda	241
Documentário	Maria Yedda Linhares	253

### Volume 10 – abril/1979

TÍTULO	AUTOR	PÁGINA
Parêntesis do poeta e seu fim	Moacyr Félix	7
“Crise” da PUC: descendo às raízes	Henrique de Lima Vaz, S.J.	13
O significado dos direitos humanos para os países capitalistas desenvolvidos	Norbert Lechner	19
Estados Unidos: sistema democrático e relações com o Terceiro Mundo	Hélio Jaguaribe	43
Para onde vai a agricultura?	José Graziano da Silva	58
Capitalismo e tecnologia no campo: notas preliminares	Francisco Graziano Neto	71
Massas e poder	Pietro Ingrao	91
Era um dia diferente quando se matava porco	João Ubaldo Ribeiro	119
A problemática política do Brasil contemporâneo	Ignácio Rangel	125
Sobre o teatro popular	Gerd Bornheim	135

A versão argentina do populismo: o projeto nacional peronista (1943-1955)	Werner Altmann	166
A Argentina, o poder e os militares	Georges Fournial	189
Poemas	José Paulo Moreira da Fonseca e Mário da Silva Brito	199
O erotismo na literatura: o caso Rubem Fonseca	Afrânio Coutinho	213
Darcy Ribeiro	Guillermo Bonfil Batalla	237

### Volume 11 – maio/1979

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Nem de um lado nem de outro: dentro do poder	Ênio Silveira	7
A Amazônia e a geopolítica do Brasil	Bernardo Kucinski	12
As multinacionais na Amazônia	Joaquín Molano Campuzano	21
Daniel Ludwig e a exploração da Amazônia	Marcos Arruda	35
Pacto amazônico: dominação ou integração?	Gal. Edgardo Mercado Jarrín	57
O tratado de cooperação amazônica	Juan Pablo Carrasco	79
O trabalhador rural em busca de terra	Octávio Ianni	89
O caboclo e o brabo	João Pacheco de Oliveira Filho	101
Um levantamento dos fatores responsáveis pela violência policial	Paulo Rogério Menandro	141
Poemas	Antônio Caos, Salgado Maranhão e Sérgio Varela	151
Eles	Victor Giudice	165
Debate sobre a crise brasileira	Pedro Malan, Rômulo de Almeida, Maria da Conceição Tavares, Frederico Magalhães Gomes, Adilson de Oliveira, Alberto Passos Guimarães, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Saturnino Braga, Luiz Pinguelli Rosa, Paulo Cesar Timm, Luiz Ignácio da Silva (Lula) e Alberto Goldman	175

Revelado manifesto secreto aos míopes	Manduka	219
Estado e direito	Tarso Fernando Genro	223
1964: ação da CIA no sindicalismo jornalístico no Brasil	J.A. Mesplé	233
Um depoimento sobre a imprensa brasileira	Sebastião Breguêz entrevista Alberto Dines	245

### Volume 12 – junho/1979

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Um ano de Encontros	Ênio Silveira	7
Trinta e quatro parêmas do homem e da mulher	Moacyr Félix	9
A tempestade mundial e o degelo brasileiro: uma alternativa cívico-militar	Jaison Barreto	17
Autogestão e estatização	Cibilis da Rocha Viana	33
O Estado e o homem	Zdenek Mlynar	43
Autarquias especiais: autonomia ou dependência para as universidades?	Joel Regueira Teodósio	63
Antropologia ou a teoria do bombardeio de Berlim	Darcy Ribeiro entrevistado por Edilson Martins	81
Terras e territórios indígenas no Brasil	Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro	101
Direito, ideologia e comunidades indígenas	Luiz Carlos Halpapp e Remy Fontana	115
Habitação indígena no Alto Xingu	Cristina da Costa e Sá e Eduardo Henrique Bacellar	129
Os índios nos Estados Unidos	Jimmie Durham	143
Poemas	Arnaldo Xavier	153
Com certeza	Waldo Cesar	165
O compromisso do escritor (questões gerais)	Luiz Fernando Emediato e Rubén Elias	172
Função do intelectual: podemos ter esperanças não-utópicas de maior liberdade?	Reinhard Hesse	185
Dilema político dos intelectuais	Manoel Maldonado Denis	193
O conto na revolução	Júlio Cortázar	203
O debate ideológico e a questão cultural	Adauto Novais	215
Sobre a neutralidade científica	Wilson Mendonça	225

Os bobos da corte estão levitando	Sérgio Augusto	231
Ciência e crise política: a sociologia a caminho da roça	José de Souza Martins	243
Onde andarás o velho Braga?	Davi Arrigucci Jr.	249

### Volume 13 – julho/1979

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Liberdade: difícil e exigente	Moacyr Félix	7
24 de agosto de 1954	Affonso Romano de Sant'Anna	9
Bate-papo com um proleta no exílio	Roberto Morena entrevistado por Carlos Eugenio Sarmiento C. da Paz e Sérgio Ribeiro Granja	11
Apontamentos sobre a questão operária e sindical	Luiz Werneck Vianna	51
A organização sindical brasileira e os direitos do homem	Eugenio Roberto Haddock Lobo	65
Hegemonia e pluralismo: a elaboração teórico-política do marxismo italiano	André Tosel	77
A emulação permanente em Cuba: os comitês de defesa da revolução	Artur José Poerner	97
Deixai as crianças	Sílvio Fiorani	109
Certa noite em 64	Carlos Jurandyr	113
O caráter de classe no sistema partidário brasileiro	Horácio Martins de Carvalho	117
Poemas	Adão Ventura e Gabriel Nascente	153
A educação nas classes populares	Frei Betto	162
Universidade brasileira: crescimento para quem e para quem?	Luiz Alberto Gómez de Souza	175
Vestibular: a volta do pêndulo	Luiz Antônio Cunha	195

**Volume 14 – agosto/1979**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Variações de um Singular Plural	Moacyr Félix	7
Tarefas dos intelectuais na revolução democrática	Florestan Fernandes	25
A nova máscara do imperialismo	Julio de Santa Ana	35
A questão dos minérios em nosso país	Senador Henrique Santillo	51
O governo Médici: uma análise de conjuntura	Maria Lucia Werneck Vianna	59
O problema energético brasileiro	Ignacio Rangel	77
Proposições sobre o formalismo e a literatura comprometida	Fabio Lucas	87
Do socialismo científico ao socialismo utópico	Adolfo Sánchez Vásquez	95
Universidade e política	Wilmar do Valle Barbosa	137
A segunda revolução agrícola	Alberto Passos Guimarães	147
Matemática, ciência empírica	Caio Prado Jr.	155
Ai de ti, Amazônia	Ana Helena Gomes	173
Xô, Peru!	Julio Cesar Monteiro Martins	185
Corrida armamentista na América do Sul	Carlos Portales e Augusto Varas	195

**Volume 16 – outubro/1979**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Estas bandeiras não servem: estão podres	Moacyr Félix	7
Trilateralismo: a receita das multinacionais para o regime militar brasileiro	Freitas Diniz	15
A OPEP na economia internacional: 1973-1978	Giacomo Luciani	27
A síndrome da recessão brasileira	Ignácio Rangel	41
A crise ideológica e o integralismo	Luiz Eduardo Bicca	53
Tecnologia nacional: dilemas e perspectivas em face da internacionalização	Luiz Pinguelli Rosa	69
Academicismo e vida universitária	Gilberto Velho	78



Ensino e pesquisa: uma associação problemática	Luiz Antonio Cunha	82
Formação do pesquisador: um processo em questão	Marcio D'Olne Campos	88
De modelos e modelagens	Carlos Vogt	92
O campus universitário no Brasil: arquitetura – aspectos ideológicos	Carlos Nelson F. dos Santos	97
Dependência ou independência na literatura brasileira	Fritz Teixeira de Salles	103
Histórias sem razão	José Arthur Giannotti	115
Poemas	Hamilton Farias e Márcio Almeida	135
A geografia serve para desvendar máscaras sociais	Ruy Moreira	143
A moça da segunda-feira	Dayse Mayer	171
Conceitos de cultura em Mao Tsé-Tung	João Ricardo Moderno	175
Da categoria de cultura: do aparelho cultural do Estado	Carlos Henrique de Escobar	183

**Volume 17 – novembro/1979**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Diálogo de surdos	Ênio Silveira	7
Por que o socialismo?	Albert Einstein	11
Cultura e democracia no Brasil	Carlos Nelson Coutinho	19
Atualidades e perspectivas: a saída para a crise	Jaison Barreto	49
Valor e atualidade da revolução de outubro	Paolo Bufalini	77
Poesia	Geir Campos e Tárik de Souza	93
Perspectivas da política energética brasileira face à crise do capitalismo: é possível uma política energética nacional?	Adilson de Oliveira	103
A máscara e a fenda	Alfredo Bosi	117
Política e censura	Moacir Pereira	151
A universidade e a antropologia no Brasil, hoje	Otávio Guilherme Velho	169
Contos	Maria Amélia Mello	181
Repressão e censura no campo da literatura e das artes na década de 70	Silviano Santiago	187

A democracia como valor operário e popular	Adelmo Genro Filho	195
“Nós seremos modestos, austeros e audaciosos...”	Lúcio Lara	203
Poemas-ações	Joyce Lussu	205
Do povo buscamos a força	Agostinho Neto	210
Ética e política: observações pessoais	Moacyr Félix	236

### Volume 18 – dezembro/1979

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
No perguntar de um agora	Moacyr Félix	7
A economia brasileira nos anos oitenta	Ignácio Rangel	15
Viagem à União Soviética: do ábaco ao computador	José Goldemberg	33
Estado e governo: ditadura do proletariado	Edmundo Moniz	41
O ministro Delfim Netto e os dilemas da economia brasileira	Sérgio Besserman Vianna	49
Presença de Paulo Freire	Entrevista a Liane Mühlenberg	59
<b>Teoria da superestrutura e sociologia das vanguardas artísticas</b>	<b>Néstor García Canclini</b>	<b>71</b>
Posição e responsabilidade dos intelectuais	Nelson Werneck Sodrê	99
Ferreira Gullar	Bananas podres	123
Tecnologias e necessidades básicas	(sem assinatura)	135
O medo de viver	Suzanne Brogger	145
Cuba e a revolução socialista	Florestan Fernandes	155
Em (e por) Cuba	Antônio Cândido	171
Um país latino-africano	Fernando Moraes	179
Saúde em Cuba: um ano a mais de vida para cada ano de Revolução	Carlos Eduardo Malhado Baldijão e Flávio Luiz Schieck Valente	185
Edições que se esgotam em horas: o livro em Cuba	Ignácio de Loyola Brandão	203

### Volume 19 – janeiro/1980

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Canção de amor à América	Manoel de Andrade	7
As condições para dizer-se marxista	Oskar Negt	11

Notas sobre a Revolução Iraniana	Giorgio Vercellin	19
Irã: a terceira insurreição ou o início de uma revolução?	Luiz Izrael Febrot	43
Darcy Ribeiro fala sobre pós-graduação no Brasil	Entrevista a Danusia Bárbara	73
Para quê pós-graduação?	Ernst W. Hamburger	81
Filosofia e realidade nacional	Gerd Bornheim	93
Agricultura e capitalismo no Brasil	Paulo Roberto Beskow	113
Arp strings	Duílio Gomes	127
Desenvolvimento retardado para os países mais pobres	Loris Gallico	137
Poemas	Aricy Curvello, Tetê Catalão e Lucia Mousinho	153
O “Teatro do oprimido” invade a Europa	Fernando Peixoto	165
A ideologia autoritária no discurso democrático: o direito de greve, a autonomia sindical e a liberdade de organização partidária na Constituinte de 1946	João Almino	187
Aspectos jurídico-penais da anistia	Nilo Batista	195
In memoriam – Luís Werneck de Castro	(sem assinatura)	207

### Volume 20 – fevereiro/1980

TÍTULO	AUTOR	PÁGINA
Desordem e possível progresso	Ênio Silveira	7
A utilização político-ideológica da delinquência	J.M. de Aguiar Barros	11
Sinatra no Brasil: a doce melodia do imperialismo	Carlos Jurandir	21
Perspectivas de desenvolvimento e meio-ambiente: o caso do Brasil	Fernando Henrique Cardoso	31
A internacional socialista corteja o Terceiro Mundo	Sergio C. Buarque	71
A nova postura do educador numa sociedade em conflito	Moacir Gadotti	87

A crise internacional do capitalismo: balanço e perspectivas	Theotônio dos Santos	97
Vida nacional e experimentação na literatura brasileira	Regina Zilberman	125
Poesia	Carlos Lima e José Chagas	139
A situação do conto	Luís Gonzaga Vieira	153
Inútil primavera	Luzilá Gonçalves	163
Lukács e Sartre	João da Penh	167
A poesia na década de 70	Moacyr Félix	177
José Celso Martinez Correa	Entrevista com José Arrabal	189

### Volume 21 – março/1980

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
O mito e as 29 anotações obscuras	Moacyr Félix	7
Mulher – direitos – democracia	Zuleika Alambert	23
O contexto histórico-social de Mariátegui	José Paulo Netto	31
As contradições da inflação brasileira	Luiz Bresser-Pereira	55
Determinismo biológico e integridade científica	Ricardo Ferreira	79
Henri Lefebvre: uma vida dedicada a pensar e a teorizar sobre a luta de classes	Entrevista a Bruno Bernardi	87
Segundo Nego de Roseno	Antônio Torres	109
Literatura e liberdade de expressão	Evaldo Amaro Vieira	115
A estrutura sindical brasileira: lutas, experiências, proposta	Hércules Correa	127
Prática pastoral e prática política	Frei Betto	141
Psicanálise e materialismo histórico	Lucien Sève	159

### Volume 22 – abril/1980

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Sartre: um coração nas proas do tempo	Jean-Paul Sartre	5
Olívio Dutra: um líder sindical	Entrevista com Antonio Hohlfeldt	11

Estado, sociedade e educação no Brasil	Vanilda Paiva	37
Diálogos com Noam Chomsky	João da Penha	59
Domínio-saber e sistema dos partidos: a propósito de Foucault e dos “novos filósofos”	Marcello Montanari	73
Comunidades eclesiais de base e camadas populares	Francisco C. Rolim	89
Bola falando grosso	Edilberto Coutinho	115
Base social e papel revolucionário de uma democracia de massa	Jean-Louis Moynet	121
Poesia	João de Jesus Paes Loureiro e Ulisses Tavares	147
A propósito de terra e igreja	Otávio Guilherme Velho	157
O direito agrário e o Estado de direito	Raymundo Laranjeira	169
A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária	José de Souza Martins	199
Caráter da reforma agrária brasileira	Moisés Vinhas	223
As novelas de José Américo de Almeida	Renard Perez	233
Uma carta de Antônio Houaiss	Antônio Houaiss	237

### Volume 23 – maio/1980

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Ordem, progresso e dependência	Ênio Silveira	5
A questão energética	Carlos Lessa	11
Impasse atual e perspectivas a longo prazo da política energética no Brasil	Adilson de Oliveira, João Lizardo R. H. de Araújo e Luiz Pinguelli Rosa	19
Violência e criminalidade ou das transformações sociais de que o Brasil carece	Henrique Santilo	31
As novas formas de propriedade social: solução nacionalista à crise social brasileira	Cibilis da Rocha Viana	41

Entrevista com Mario Benedetti	Mario Benedetti	49
Para deter a calamidade ou uma alternativa ao projeto oficial sobre a floresta amazônica	Roberto Santos	65
Valor-trabalho e ideologia	Eginardo Pires	87
A dialética do prazer	Enrique Gonzales Duro	127
Poesia	Lara de Lemos e Carlos Nejar	137
Primeira aula prática de filosofia	Zulmira Ribeiro Tavares	145
Amanhã não é domingo	Wanilton Cardoso Affonso	149
Dominação burguesa <i>versus</i> democracia burguesa (Sobre o caso Argentina)	Carlos M. Villas	153
O caso Amado: acerca do nacional e do popular	Roberto Ventura	175
Contra qualquer filosofia oficial	Jean-Paul Jovary	189
A questão ideológica	Leonardo Cavalcanti	199

#### Volume 24 – junho/1980

TÍTULO	AUTOR	PÁGINA
Poetas à margem do Tietê, eu os saúdo!	Moacyr Félix	7
O intelectual e os setores populares	Gisálvio Cerqueira Filho	15
A atualidade da questão nacional no debate pela redemocratização do país	Adilson de Oliveira e Luiz Pinguelli Rosa	23
Início da discussão	(Debate sobre a questão nacional hoje)	27
Sumário dos pontos levantados e de algumas ideias surgidas no seminário	Luiz Pinguelli Rosa	91
Democracia e socialismo na Europa Ocidental	Lelio Basso	105
O socialismo e os impasses atuais do Brasil	Elias Chaves Neto	125
O trabalho torna as pessoas livres?	Manuel Perez Ledesma	147
O controle do crime na sociedade capitalista: uma filosofia crítica da ordem legal	Richard Quinney	165

Raízes da violência	Marcello Cerqueira	189
Um novo personagem: o homem violento	Ronaldo Lima Lins	201
Violência e reação	Fernando Henrique Cardoso	211
Obra poética de Bandeira Tribuzi	Carlos Cunha	215

### Volume 25 – julho/1980

TÍTULO	AUTOR	PÁGINA
O som e a fúria... significando muito	Ênio Silveira	7
A 4ª Dualidade	Ignácio Rangel	11
O caso Bukharin	Moacir Werneck de Castro	23
Contratos de risco: o fim do monopólio estatal do petróleo	Adilson de Oliveira	43
Entrevista com Conrad Detrez	Conrad Detre	63
Nicarágua, Nicarágua	Gilberto Galvão, Pyr Marcondes e Lia John	73
Poesias	Magda Frediani	101
Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos	Luiz Eduardo Wanderley	107
Literatura de Paulo Francis: irreverência e conciliação	Sérgio Weigert	135
Paulo Francis responde	Paulo Francis	145
Proposição e redução do romance político brasileiro da década de 70: <i>Cabeça de papel</i> , de Paulo Francis	Luiz Izrael Febrot	151
Paulo Francis responde	Paulo Francis	163
Indústria cultura e cultura brasileira: pela utilização do conceito de hegemonia cultural	Carlos Eduardo Lins da Silva	167
A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo	Edmundo Moniz	195
Manuel Scorza: mito, novela, história	Juan E. Gonzales	203
O papel reservado ao intelectual e à ciência nos países pobres	Darcy Ribeiro	213

**Volume 26 – sem mês/ 1980**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Mulher	E.C.B.	7
As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina	Maurice Godelier	9
Por uma antropologia da mulher	Clarice Novaes da Mota	31
O futuro das relações entre os sexos	Agnes Heller	49
Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: anistia, custo de vida e creches	Eva Alterman Blay	63
Feminismo e freudismo	Franca Masciarelli	71
Uma proposta para o movimento feminista: subverter os conceitos e as ideias vigentes	Maria José Nascentes	87
O fundo da imagem na questão feminina	Nelly Schnaith	97
Os marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher	Zuleika Alambert	105
Quando as mulheres filmam	Elice Munerato e Maria Helena Darcy de Oliveira	127
A mulher e a CLT	Grupo feminista do Rio	143
A questão da mulher na reprodução da força de trabalho	Mary Garcia Castro	157
Trabalhadoras sem terra: um estudo de caso do trabalho feminino no campo	Claudio Fonseca	173
Três prefácios e uma “orelha” sobre liberdade e sexo	Moacyr Félix	189
Mulheres na migração: redes de parentesco como uma estratégia de sobrevivência	Dominique Ridley-Leigh	209
Controle da natalidade, legalização do aborto e feminismo	Mary Garcia Castro	223
Aborto: uma questão em debate	Nota oficial do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde	232
Uma carta para a revista Veja	Moacyr Félix	235



**Volume 27 – sem mês/ 1980**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Poemas	Moacyr Félix	7
Universidade e política	Antônio Cândido	11
O plano Cohen: o anticomunismo como chava para golpes de Estado	Hélio Silva	23
Revisitando a “Questão Nacional”	Ignácio Rangel	47
Proálcool: legislação, ecologia e questão social	Valdir Pietre	59
Análise marxista do capitalismo contemporâneo	Guido Carandini	79
O capital transnacional e o Estado na América Latina	Herbert de Souza	87
Em busca das necessidades perdidas	Franco Basaglia	100
A psicanálise de hoje morrerá nos braços da genética de amanhã	Fernando Fortes	109
Psicologia médica, a relação médico-paciente	Antônio Augusto Quadra	115
Psiquiatria e sociedade	Luiz Salvador de Miranda Sá Jr.	121
Situação sanitária atual	Jorge Humberto Béria	131
Classes sociais e meio ambiente	Tomaz Langenbach	135
Poesias	Mário de Oliveira, Enrica Bernardelli, Stela Maris Rezende Paiva e Edivaldo de Jesus Teixeira	141
Perguntas de vinte intelectuais a Luiz Carlos Prestes	Luiz Carlos Prestes	155
Democracia formal e democracia socialista	Agnes Heller	171
As nanicas cresceram	Luis Vergniaud	189
Tiradentes: sua defesa contra um texto recente	Isolde Helena Brans Venturelli	202

**Volume 28 – sem mês/ 1981**

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Penúltimos poemas	Moacyr Félix	7
<b>Os riscos da esquerda brasileira: “infantilismo” ou esclerose</b>	<b>R.A. Amaral Vieira e Ailton Benedicto de Souza</b>	<b>29</b>

Os oito mitos da fome	Frances Moore e Joseph Collins	51
Que é poupança interna?	Ignácio Rangel	67
O consumo estratificado da produção cultural	Waldenir Caldas	77
O sistema mundial de poder: crise e alternativas	Equipe do Instituto de Estudos do Terceiro Mundo (IETEM)	95
O papel político das classes médias na América Latina	Antonio Cortés T.	105
Os olhos da dor	Marcos Santarrita	119
Marxistas e cristãos: aqui e agora	Ricardo Abramovay	131
Musiliana	José Guilherme Merquior	145
Os programas de energia nuclear no mundo em desenvolvimento: avaliação e impacto	Jorge A. Sabato e Jairam Ramesh	151
Itinerário filosófico de Roland Corbisier	João da Penha	169
Dois textos	Fábio Lucas	185
O indígena e o invasor	Carlos A. Dias	201

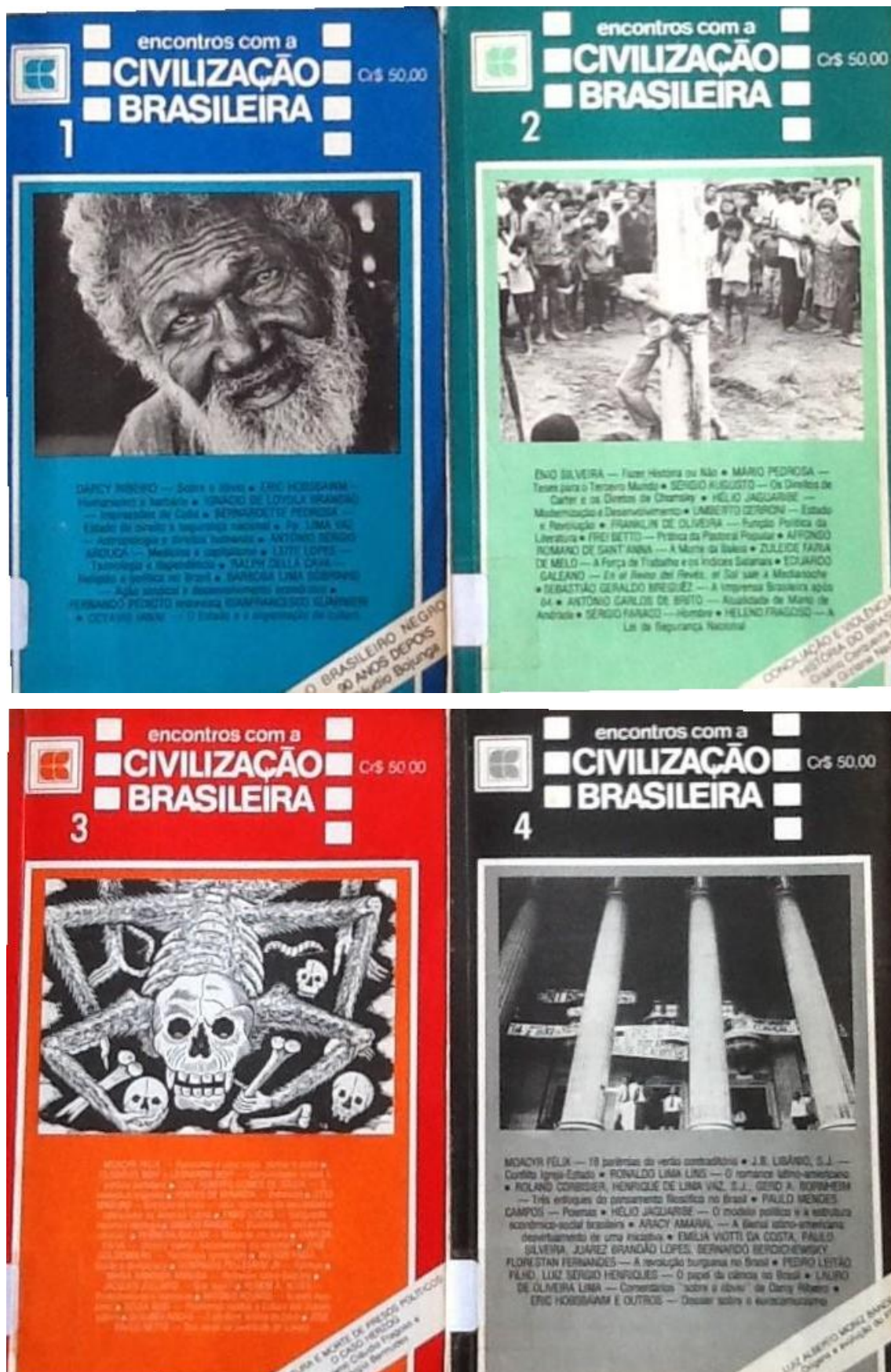
### Volume 29 – sem mês/ 1982

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PÁGINA</b>
Canudos: o suicídio literário de Vargas Llosa	Edmundo Moniz	7
A Polônia e o ciclo longo	Ignácio Rangel	21
Nosotros Latino-Americanos	Darcy Ribeiro	33
A internacionalização do Capital e as “multinacionais” na indústria brasileira	Maria da Conceição Tavares e Aloísio Teixeira	56
Poesias	Otto Rene Castillo	86
Poesias	Rumen Stoyanov	88
Poesias	Afonso Henriques Neto	89
Poesias	Paulinho Assunção	93
Poesias	Carlos Augusto Correa	97
Ernst Bloch: marxismo e liberdade	Luiz Eduardo Bicca	101
Liberdades formais e liberdades reais	Fábio Konder Comparato	118
Uma resposta crítica ao socialismo de Estado	Rudi Supek	141
Crise da democracia e abertura no Brasil	Miguel Arraes	163

Populismo, autoritarismo e democracia, nas presentes condições brasileiras	Helio Jaguaribe	175
O quadro internacional	Celso Furtado	196
Semântica e democracia	Zulmira Ribeiro Tavares	208
Jean Duvignaud responde	Sete perguntas de Moacyr Félix	213
Um muro no muro	Tristão de Athayde	222
Sobre uma dialética do desespero	José Paulo Netto	226

## ANEXO III

## Capas





encontros com a

**CIVILIZAÇÃO**

**BRASILEIRA**

Cr\$ 50,00

5



MOACYR FELIX — As magras parábolas do inverno • LUIZ H. PEREIRA DA SILVA — A quem cabe a responsabilidade da orientação das pesquisas? • JAMES PETRAS, ROBERT RHODES — Competição e dominação entre as potências capitalistas • CARLOS GUILHERME MOTA — Dois nomes da historiografia inglesa contemporânea: Maurice Dobb e Eric Hobsbawm • MANOEL MAURICIO DE ALBUQUERQUE — A propósito de rebelião e trabalho escravo • PEDRO LYRA — Flash sobre o mundo de hoje • ALEXANDRE ADLER — Gramsci: Lênin no Ocidente? • JACOB KLINTOWITZ, JOEL RUFINO DOS SANTOS — Futebol e História • ARISTIDES KLARKE — Poemas • MICHEL MESSÉ — Marx e Weber: sobre o confronto de classes sociais • MARIA DE LOURDES COIMBRA — Três contos • MARIA HELENA KUHNER — Em busca de horizontes: o autor teatral • LÚCIA HELENA — O cantor Uspenski: a função desoladora de sua criação literária • VIRGÍLIO DORRÃO — Criminalidade e Estado de direito • JACOB GÖHENDORF — Resposta a uma agressão pessoal • DOCUMENTÁRIO — A ABI e as reformas políticas — A posição dos antropólogos sobre a emancipação indígena

ALÍPIO SOUZA  
Amor e paixão em São Paulo e Anápolis

encontros com a

**CIVILIZAÇÃO**

**BRASILEIRA**

Cr\$ 60,00

6

NÚMERO ESPECIAL



ÊNIO SILVEIRA — Apresentação • EGINARDO PIRES — Ideologia e Estado em Althusser • BARBOSA LIMA SOBRINHO — O Ectoplasma Histórico do Desenvolvimento Econômico • LEANDRO KÖNIGER — Marxismo e Cristianismo • HELENEIDA STUART — Mulheres na China • CARLOS ALBERTO AZEVEDO e R. PARRY SCOTT — A Literatura Hispano-Americana • ALDORES MUNHOZ NETTO — Estado de Direito e Segurança Nacional • JACQUES CHONCHOL — O Processo Chileno de Reforma Agrária • JOEL SILVEIRA — Três Crônicas • RENARD PEREZ • FLÁVIO MOREIRA DA COSTA — Oze Contos • ENTREVISTA COM DIAS GOMES • NOSSO ADEUS A JOAQUIM CARDOSO

**ALCEU: 85 ANOS**  
**HOMENAGEM AO GRANDE BRASILEIRO**  
ESCREVEM

Ênio Silveira / Frei Betto / D. Paulo Evaristo Arns / Helio Pellegrini / Antônio Houaiss / Otto Lara Resende / Oscar Niemeyer / Heio Silva / Nelson Werneck Sodré / Otto Maria Carpeaux / Edgar da Mata-Machado / A.L. de Almeida Prado / Neusa Simões, O. G. N. / Leonardo Boff, O. F. M.


encontros com a

**CIVILIZAÇÃO**

**BRASILEIRA**

Cr\$ 60,00

7



ÊNIO SILVEIRA — Os Anais da Mentira • ARTURO SIST • GREGÓRIO IRIARTE — Da Segurança Nacional ao Trilateralismo • LUIZ P. ROSA — Evolução da Política Nuclear Brasileira • CARLOS GUILHERME MOTA — Cultura e Política no Estado Novo • JOSÉ NILO TAVARES — O Convento Mariana do Estácio • CARLOS RODRIGUES BRANDÃO — Poemas • JOÃO DA PENHA — Considerações sobre a Filosofia de Marcuse • FLÓRIA SUSSEKIND — Murilo Mendes: um Bom Exemplo na História • IGACIO RANGEL — Questão Agrária e Agricultura • LUIS CARLOS G. PINTO — Notas sobre a Política Agrícola Brasileira • RODOLFO HOFFMANN — A Concentração da Posse da Terra no Brasil • IGACIO LOYOLA BRANDÃO — A Luta e a Luta • JOÃO BAPTISTA HERKENHOFF — Os Direitos Humanos e sua Proteção Jurisdicional

Rézia de Castro Andrade  
ESTUDO DO POPULISMO BRASILEIRO

encontros com a

**CIVILIZAÇÃO**

**BRASILEIRA**

Cr\$ 60,00

8



MOACYR FELIX — Poesia e Política: Parábolas que São uma Só • WILMAR DO VALLE BARROSA — Autoritarismo Político e Filosofia • RUBEN GEORGE OLIVEN — Cultura, Classe Social e Participação em Cidades Brasileiras • MARIO TRONTI — Política e Poder • FREI BETTO — O Aquário Negro • GILVAN P. RIBEIRO — O Marxismo de Sánchez Vazquez • VIVIAN TRIAS — Três Faces do Populismo • YAN MICHALSKI — O Teatro das Nações em Caracas • MARIO PEDROSA — Rosa Luxemburgo • CHALI ZAPATE — Rafael Hernández: Cuba, Literatura e Revolução • JÜRGEN HABERMAS — Crise de Democracia • MAURICIO DIAS DAVID — Fascismo e Ditaduras Militares na América Latina • ROBERTO RIBEIRO MARTINS — Azeite: um Balanço • JANICE THEODORO DA SILVA — Contra Thomas Skidmore • ANTONIO JARDIM e NESTOR DE HOLLANDA CAVALCANTI — Teses sobre a Música • PRILDMENA GERMAN — Estruturalismo e História • KURS / OLGA SAVARY / MYRIAM FRAGA / MARIA AMÉLIA MELLO / MARIA MADALENA GASTELIS / KATIA BENTO / REGINA BRAGA — Poesia













